



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº4/2026-----

-----2ª Sessão Ordinária de 2026 – 1º Mandato 2025-2029-----

-----Reunião de 30 de abril de 2026-----

-----Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência do seu Presidente, Excelentíssimo Senhor **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, coadjuvada por **Andreia Filipa Muchacho de Sousa**, primeira secretária e **José Júlio de Jesus Ferreira**, segundo secretário da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Clemente Luís Bentes Camarinha	Partido Socialista
Ana Catarina Martins Sousa	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Partido Socialista
Cristiano Dâmaso Malha Gregório	Partido Socialista
Maria Helena Da Avó Costa	Partido Socialista
Nuno Filipe Marcelo Monteiro	Partido Socialista
Márcia Filipa Nunes Duarte	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco José Silva Santana Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
Ricardo José Jorge Sobral Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
João Pedro Mendes Baía Nunes Martins	CHEGA
Jorge Manuel da Silva Vicente	CHEGA
Mário Alexandre Gouveia Marques	CHEGA
Diogo Miguel Ferreira Coelho	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Joana Isabel Moreira Mira Baptista	CHEGA
Emanuel Afonso Torres	CHEGA
Rui Manuel Parracha Waddington Peters	CHEGA
Dumitru Lupu	CHEGA
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ana Carolina Rodrigues da Purificação	Partido Social Democrata
Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset	Iniciativa Liberal
Mónica Elisa Pitman Dias	CDS - PP
Joana Filipa Pereira Vilhena	CDS -PP
Lucinda Oliveira Caetano	Coligação “Unidos Por Portimão”

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido PPD/PSD

-----De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 3 de março de 2026, a Senhora Deputada Municipal **Raquel Gonçalves Bernardino**, pelo que foi chamada a assumir as funções de membro afetivo a **Senhora Ana Carolina Rodrigues da Purificação**. -

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Carlos Manuel Domingos Monteiro	Partido CHEGA

-----De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 25 de março de 2026, o Senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel Domingos Monteiro**, pelo que foi chamada a assumir as funções de membro afetivo a **Senhora Joana Isabel Moreira Mira Baptista**. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Dina Maria Almeida Duarte	Partido CHEGA

-----De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 9 de abril de 2026, a Senhora Deputada Municipal **Dina Maria Almeida Duarte**, pelo que foi chamada a assumir as funções de membro afetivo o **Senhor Emanuel Afonso Torres**. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
Chega	Maria da Conceição Godinho De Faria E Silva	1 dia	30/04/2026	Rui Manuel Parracha Waddington Peters
Chega	João Pedro Gonçalves Marques Caetano	1 dia	30/04/2026	Joana Filipa Pereira Vilhena
PS	Joaquim Paulino Pacheco Duarte	1 dia	30/04/2026	Maria Helena Da Avó Costa
PS	Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	1 dia	30/04/2026	Nuno Filipe Marcelo Monteiro
Chega	José Manuel da Costa Paiva	1 dia	30/04/2026	Dumitru Lupu
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	30/04/2026	Márcia Filipa Nunes Duarte

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Sandra Maria Duarte Pereira	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Jorge Manuel de Campos Inácio	Vereador – Partido Socialista
Paulo Miguel Pinto Bernardes	Vereador – Partido CHEGA
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – Partido CHEGA
Ester Maria Coutinho Albuquerque e Castro Coelho	Vereadora – Partido CHEGA
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Vereador – Partido Social Democrata
Maria Alexandra Martins Rodrigues Evangelista	Vereadora – Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
-------------------------------------	---------------------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, declarou aberta a **2ª Sessão Ordinária de 2026**, boa noite a todos, bem-vindas e bem-vindos à 2ª Sessão Ordinária de 2026. Começo por vos fornecer algumas informações antes de começarmos propriamente com os trabalhos. A primeira é que por estar a gozar um período curto de férias, o senhor Presidente da Câmara não está presente nesta reunião, mas vai estar presente nas que seguirão na segunda e terça-feira e, portanto, faz-se representar pela senhora Vice-Presidente Sandra Pereira. -----

----- Informo também que entraram nos serviços pedido da renúncia de mandato da deputada municipal Raquel Bernardino na data de 3 de março de 2026 e tomou posse a deputada Ana Carolina Rodrigues da Purificação. -----

Temos também pedido de renúncia de mandato do deputado municipal Carlos Manuel Domingos Monteiro na data de 25 de março de 26, tomou posse Joana Isabel Moreira Mira Baptista, é da bancada do Partido Chega e o pedido da renúncia de mandato da deputada municipal Dina Maria Almeida Duarte na data de 9 de abril de 2026 e tomou posse Manuel Afonso Torres. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, referiu que vão entrar no ponto um que é o Período de Intervenção dos Cidadãos para o qual o regimento prevê trinta minutos e prevê também que cada intervenção tenha a duração máxima de cinco minutos. Antes de chamar pela ordem de entrada, digamos assim dos pedidos de intervenção de cidadãos, quero só recordar que para além de que o tempo máximo é cinco minutos e por uma questão de facilitar o processo da elaboração das atas, as intervenções serão gravadas. Por isso, quando os cidadãos se dirigirem para essa mesa para fazer a sua intervenção, eu solicito que carreguem aí no botãozinho de maneira a que fique este sinal vermelho que indica que está a gravar. Começou por explicar que foi rececionada quatro inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

----- Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Ilídio Bernardo Martins**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Grupos Parlamentares e o Excelentíssimo Público. Eu agradecia que o Senhor Presidente tirasse dois documentos que estão aí e me dissesse qual era o número. Há um com o número dois, outro com o número um. Um é passeios, outro é passeadeiras. Agradecia que puxasse aí o das passeadeiras. Agradecia que lhe dissesse a minha intervenção. Eu faço esta intervenção porque nessa passeadeira que o meu amigo está aí a ver e pode mostrar aí hoje, morreram lá duas pessoas o ano passado, uma delas minha conhecida. Eu sou o fiscal da Câmara Pro bono, para quem não sabe o que é, são pessoas que trabalham de borla, portanto eu trabalho de borla para a Câmara. E quando vejo alguma coisa mal, tiro fotografia e envio para o pelouro



indicado e nessa passadeira, tem lá um candeeiro para fazer incidir a luz na passadeira, porque quem é de cá sabe. Agora pergunto, quanto tempo tenho para falar? Eu não quero ultrapassar nada, mas tem lá um candeeiro e o candeeiro por azar está metido dentro de uma árvore que a luz, tive o cuidado antes de fazer isto ir lá e contei onze passos da passadeira até onde aquilo ilumina, está a perceber a situação, portanto tem onze passos onde contei onde estava a passadeira e quando é que aparecia a luz a incidir, onze passos depois. Portanto, quem é de Portimão é natural que saiba que está ali uma passadeira, quem não é, pois se calhar aconteceu aquilo que aconteceu e não sei se a Câmara aí, se alguém se mexesse não teria responsabilidade, porque a passadeira, tem lá o candeeiro, mas não vale a pena gastar dinheiro naquilo. Pronto, esse é um exemplo. O outro exemplo é ali, já agora o número dois que é o do passeio da Casa Inglesa e da Teixeira Gomes. Está situado? Eu não sei, e também se calhar é melhor não saber quem foi que fez aquele desenho daquela saída de Portimão para Faro, porque há dias, isto passou-se comigo, aquilo entra com uma fila e sai com duas. O que é que acontece? Eu estava no fim da fila e já estavam dois piscas, piscas, a virar para a esquerda, mas não podia voltar porque não tinha espaço para voltar. Portanto, eu pergunto, o que é que estão fazendo duas vias à frente e uma só atrás? Olha, há duas coisas que eu agradecia, é que um dos senhores que estão aqui passassem uma noite ali nessa passadeira, que é a passadeira que quando vai da Rua Herminio Mergulhão para o Continente, foi aí que morreram as duas pessoas. Vão lá a esta hora e vejam como é que aquilo está. Para não falarem de Borla, que eu também não costumo falar nada de Borla. Só faço, só ponho, aquilo que eu tenho a certeza que é. Portanto, aí, não sei quem é que desenhou aquilo, mas é meu entender, não sou engenheiro, nem desenhador, mas tenho oitenta e sete anos. E gostava que me respondessem se aquilo está bem ou se está mal. Eu acho que está mal. Sendo assim, só quero dizer uma coisa. Sou o único presidente de junta do PSD que ganhou a junta do Portimão, em Mil Novecentos e Oitenta e Nove. De Oitenta e Nove a Noventa e três. Muito obrigado.» -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao segundo cidadão inscrito, **José Manuel Sequeira**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite, Senhores Vereadores. Boa noite, Senhores, Deputados e Deputadas Municipais. O assunto que me traz cá hoje é o seguinte. Na consulta que efetuei, sob as atas da Assembleia Municipal, de 2021 a 2025, está tudo a zero. Em 2026 está uma, em PDF, que não se consegue abrir, que é do dia 12 de janeiro de 2026. Agradeço-lhe que o Sr. Presidente tomasse nota disto, porque eu não posso vir cá muitas vezes, por uma questão, de não querer vir, e a segunda porque tenho dificuldade de mobilidade e não posso andar para trás e para a frente. -----

O segundo ponto. Eu gostaria de focar aqui uma frase de um filósofo, que é o Bismarck, a política destrói o carácter das pessoas. Houve pessoas que, na última campanha eleitoral, tomaram determinadas posições nas redes sociais, que eu consegui ler e ver o conteúdo, estar relacionado com pessoas que, estão agora na Câmara Municipal, mas que me deixaram abismado. Entretanto, na véspera das eleições autárquicas, houve um amigo meu, porque temos um grupo onde somos os três bancários, que constantemente almoçamos, ou



em sardinhas ou outros almoços, e desta vez ele perguntou-me, estás a ver isto? Vi! E sabes quem é? Não. Epá, logo não lhe deu o nome. Depois ele confirmou-me que aquilo que está lá é uma vergonha. E o filósofo John Locke diz: onde acaba a lei, que começa a tirania. Isto agora, vamos a um outro caso. Há cerca de três, quatro anos, falei com um atual vereador da Câmara de Portimão, concretamente o José Pedro Cardoso, por causa do acesso à Praia da Rocha. Não há um elevador de acesso à Praia da Rocha. Eu não posso ir à Praia por uma questão, para já, de mobilidade. Mas se tivesse um elevador lá, eu era capaz de pagar o X, ou o Y, ou o Z, por mais que não fosse para andar no passadiço da Praia da Rocha. E com isto tudo, o que é que eu vejo? Já há três, quatro anos que o assunto está em estudo. Eu pergunto. Afinal, o burro sou eu que não estudei engenharia? É ele que é engenheiro? Ou são os engenheiros da Câmara que não dão seguimento ao assunto? Era isto que eu queria assinalar. Muito obrigado. Muito obrigado, Senhor José Cardoso.» -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, ao terceiro cidadão inscrito, **João Vasconcelos**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentá-lo e na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, incluindo o público aqui presente. Senhor Presidente, traz-me aqui duas questões, embora por lapso só tenha mencionado uma. A primeira tem a ver com o estacionamento. Como sabemos, a falta de estacionamento é um dos problemas que a nossa cidade enferma há muito tempo e que, infelizmente, a Câmara não tem tido soluções adequadas para atender. Bem sei que as viaturas são cada vez mais, mas não foram criadas alternativas. E, nesta cidade, existem espaços concretos onde esse estacionamento é ainda mais difícil. Refiro-me, por exemplo, no bairro Operário, ali próximo da Segurança Social. Como sabemos, é um bairro bastante antigo. Muitas pessoas são já idosas e têm muita dificuldade, por exemplo, quando vêm dos seus empregos, quando querem ir ao supermercado para colocar os seus haveres em casa. E têm uma gritante falta de estacionamento. Ainda por cima, infelizmente, todos nós sabemos, naquela zona, existe ali uma oficina, Blue Classics, como se sabe, que repara automóveis e aluga muitas viaturas e é frequente ocupar aquelas ruas por muitas dessas viaturas, o que ainda dificulta mais esta situação. O que eu pedia na pessoa do Senhor Presidente, que a Câmara Municipal intercedesse naquele espaço e que criasse soluções, nomeadamente, para terem em conta o estacionamento daquelas pessoas. Por exemplo, não digo que seja apenas reservado para as pessoas daquele bairro, mas para menos que há algumas horas da noite em que isso seja um facto. E também para que haja, portanto, uma mais atuação visível junto dessa empresa, porque, como sabemos, abusa um pouco, infelizmente, e, por vezes, também faz lavagens ali na via pública, o que sabemos que não é permitido. Segunda a questão, embora, por lapso eu não tenha referido no documento, tem a ver com as assistentes operacionais. Senhor Presidente, como se sabe, os profissionais de educação aqui de Portimão, e, nomeadamente, as assistentes operacionais, voltaram à luta. Elas estão cansadas, têm sido desconsideradas, não são valorizadas, a sua carreira, não é dignificada e estão fartos de reclamar. Bem, sei



que muitas das questões que elas têm é também do Poder Central, mas também sabemos que a Câmara tem diversas responsabilidades nessa área, até porque assumiu, até antes de tempo, muitas das competências na área de educação, agora, embora seja por lei, mas parece que faz, muitas vezes, ouvidos moucos a essas reivindicações. Sabemos que nos refeitórios e, nomeadamente, nas cantinas dos refeitórios, duas ou três pessoas têm que elaborar centenas de refeições, portanto, é impensável, não conseguem aguentar e é por isso que as pessoas vão voltar à luta. Claro que a solução não é recorrer aos contratos de emprego e inserção, porque isso será pior a emenda que o soneto, porque não é ir buscar pessoas ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, muitas vezes não têm formação, ao fim do ano vão para casa e a situação não resolve, além de a auferirem uma ninharia em termos pecuniários. Portanto, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeço que, tenha conta esta minha preocupação e que o Senhor Presidente, como sabe ser que, vai receber os representantes dos trabalhadores enfim que, apresente soluções adequadas que tenha em conta que é evidente que, será ainda mais difícil se, por exemplo, tivermos aqui uma semana de greves, ninguém quer, nem pais, nem alunos, nem câmara, nem profissionais de educação, se a situação for devidamente resolvida e é por isso que elas voltaram à luta para ser ouvidas.»-----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, à quarta cidadã inscrita, **Ana Maria Vieira Gil**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: « Ora, boa noite a todos os cidadãos e cidadãs aqui presentes. Eu sou docente da Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes e venho aqui muito em representação dos meus colegas para falar do estado de negligência e abandono em que o edifício da nossa escola chegou. Não só o edifício, mas também o espaço exterior. Pode dizer-se que está desconfortável, está triste, está negligenciado e todos nós sentimos isso. Neste momento ocorre-nos uma certa angústia e também revolta por ver que as obras prometidas há décadas continuam a ser indefinidamente adiadas. E isso de facto deixa-nos preocupação. Porquê? Porque o edifício começa a estar um pouco em ruínas. São fissuras em que a cofragem de ferro já está à mostra. São janelas muito fragilizadas que se partem com facilidade nomeadamente com as tempestades que ocorreram este inverno, que foram agressivas e violentas. Em dias de chuva, e não precisa chover muito e em dois blocos principalmente parece que temos uma feira com tudo o que é baldes e alguidares, todos os tipos, cores e tamanhos para conseguir apanhar alguma da chuva. Com a chuva e as tempestades também ficámos com problemas de eletricidade porque a água infiltra-se nas paredes infiltra-se junto aos fios, não é? Provoca curtos-circuitos. Tivemos um dos blocos algumas semanas sem luz parecia assim um pouco uma caverna, não é? As salas são mal iluminadas. Temos persianas que não abrem ou não fecham. Corremos também o risco e já me aconteceu de abrir uma persiana e a mesma se despencar no chão lá em baixo, estava no primeiro andar. Temos caixas de persianas também muito degradadas e que eu geralmente até peço aos meus alunos para não se sentarem em algumas salas junto às janelas porque tenho receio, que algum dia alguma delas lhes caia em cima. Temos enfim, temos escadas



com o que o corrimão partido em alguns pontos e as lascas ali, para quem passa e pode magoar-se. Temos um polivalente que já não é polivalente e é cantina porque a cantina basta chover, ficou inundada e danificada, portanto os alunos usam o polivalente que é o local de convívio para almoçar ou seja, ficaram sem local de convívio. Temos salas com bolor, com tudo o que isso implica, enfim, canalizações já tão antigas que o cheiro é insuportável e salva-se sem dúvida o capital humano que tem amor à camisola e vai lutando e acolhendo novos colegas, novos funcionários, novos alunos todos os anos e pais também. Mas neste momento já nos custa aceitar, que o prazo para as ordens tivesse sido deslocado para 2029, isto quando há décadas e décadas que o prazo vem sendo consecutivamente adiado dois em dois, três em três anos. Eu acho que está na hora. O espaço exterior também está em absoluta degradação, aliás já tombaram duas árvores de grande porte uma delas durante o dia quase praticamente a coincidir com a saída dos alunos de um bloco, portanto não aconteceu a tragédia por milagre, sei lá não sei, e esta última foi durante a tempestade, volto a repetir e realmente danificou a entrada do bloco B, que é um dos mais movimentados. Felizmente foi durante a noite, porque se tivesse sido durante o dia estaríamos a lamentar, nós perguntamos todos os dias será preciso acontecer uma tragédia uma desgraça para que finalmente as intervenções de fundo ocorram na nossa escola, portanto é sobre isto que eu gostaria e falei.»-----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café,** informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº 9/2025 referente à 5ª Sessão Ordinária de 2025, realizada em 15 de dezembro de 2025. -----

-----**A ata nº 9/2025 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião da referida Sessão Ordinária.** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº2/2026 referente à 2ª Sessão Extraordinária de 2026, realizada em 02 de fevereiro de 2026. -----

-----**A ata nº2/2026 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião da referida Sessão Extraordinária.** -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café,** informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Proposta de Recomendação – Pela inventariação, atualização do património imóvel municipal - (subscrito pela Bancada da Iniciativa Liberal,** cujo teor se transcreve na íntegra: « **Preâmbulo**-----
A boa gestão dos recursos públicos exige que o Município disponha de informação rigorosa, actualizada e acessível sobre o património que detém -----



O conhecimento efectivo dos activos municipais — designadamente terrenos, edifícios e demais imóveis — constitui uma condição essencial para uma gestão eficiente, para o adequado planeamento de políticas públicas e para o exercício das competências de fiscalização por parte da Assembleia Municipal. -----

A transparência na gestão do património público reforça a confiança dos cidadãos nas instituições e contribui para uma utilização mais racional e responsável dos recursos disponíveis. -----

Recomendação -----

A Assembleia Municipal de Portimão recomenda ao Executivo Municipal que: -----

Proceda à consolidação e actualização de um inventário do património imóvel municipal, incluindo a identificação matricial, localização, tipologia, situação jurídica e afectação dos imóveis; -----

Assegure que esse inventário seja mantido actualizado de forma regular, com definição clara dos serviços responsáveis pela sua gestão; -----

Promova a disponibilização pública, de forma estruturada e acessível, preferencialmente no site da Câmara Municipal de Portimão, da informação relativa ao património imóvel municipal, incluindo a identificação da localização, tipologia e estado de utilização dos imóveis, salvaguardando as restrições legais aplicáveis; -----

Informe a Assembleia Municipal sobre o ponto de situação deste levantamento e eventuais desenvolvimentos futuros, no prazo máximo de 90 dias, incluindo o calendário previsto para a sua conclusão e implementação.»

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que esta recomendação é simples. Saber o que o município tem, em que estado está e para que está a ser utilizado. Sem informação atualizada e acessível sobre o património imobiliário não há boa gestão nem fiscalização eficaz. -----

----- O que propomos é apenas isto. Rigor, transparência e informação utilizável. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Cristiano Dâmaso Malha Gregório**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente à proposta ali apresentada querem referir que o Partido Socialista valoriza como sempre valorizou a boa gestão do património municipal e a transparência na sua utilização e é precisamente por levarmos estes princípios a sério que importa começar por clarificar o essencial. O inventário do património municipal não é uma lacuna nem é uma matéria para resolver através de recomendações pontuais. É uma obrigação legal permanente integrada no funcionamento regular da administração municipal sujeita a controle técnico, contabilístico e auditorias. Importa referir que não existe ausência de instrumentos, existe isso sim, a sugestão que eles não existem e essa sugestão não corresponde à realidade. -----

----- A proposta da Iniciativa Liberal pode ter um tom um pouco mais moderado que uma outra proposta aqui apresentada, mas mantém o mesmo problema de base. Parte de um diagnóstico impreciso e acaba por duplicar aquilo que já é feito pelos serviços municipais. A atualização, organização e gestão da informação patrimonial não são medidas extraordinárias, são trabalho corrente da administração pública. -----



----- Queremos também referir que no que respeita à disponibilização pública da informação importa ser claro. Transparência não é divulgação indiscriminada e deve ser promovida com responsabilidade. -----

----- A divulgação de elementos como localização, tipologia, estado de utilização dos imóveis sem critérios rigorosos pode permitir inferências sobre situações concretas da ocupação habitacional. É por isto que a gestão de informação pública exige critério, proporcionalidade e respeito pelos limites legais. A boa gestão pública não se mede pela quantidade de informação divulgada, mas pela qualidade, pelo critério e pelo respeito dos limites legais. Por outro lado, o prazo de noventa dias volta a revelar uma abordagem simplificada a processos que são na prática complexos, exigentes do ponto de vista técnico e administrativo. -----

----- A gestão do património municipal faz-se com continuidade, com o planeamento e com responsabilidade. Não com iniciativas pontuais que criam mais perceções do que soluções. -----

----- O Partido Socialista está disponível para melhorar como sempre esteve, mas melhorar não é repetir o que já existe nem é partir de um diagnóstico que não corresponde à realidade. Há uma diferença entre reforçar a gestão pública e criar a ideia de que ela não existe, e essa diferença é essencial. -----

----- Por estas razões, o grupo municipal do Partido Socialista não acompanhará esta proposta. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que relativamente a esta recomendação da Iniciativa Liberal, na sua ótica e acha que na ótica de todos vai ao encontro do que o executivo municipal diz que está aberto a criar maior transparência, e eu gostaria de saber qual é a legislação que impede que esteja no site esta documentação que o colega deputado acabou de salientar. Obrigada. ----

----- Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, eu no passado dia 22 de janeiro, através do Presidente desta Assembleia Municipal enderecei ao Presidente da Câmara uma pergunta sobre a existência ou não daquilo que nós propomos que seja feito. Como ele até hoje não me respondeu, o que presumi que ele não me podia responder porque não existia, sendo que aquilo que nós pedimos, para já a nossa proposta inclui a salvaguarda de todos os requisitos legais, a nossa proposta não é um simples inventário, a nossa proposta destina-se a esclarecer as pessoas sobre aquilo que existe e para que é que está a ser utilizado. Acho que é um direito do público conhecer e inclusivamente se quer que lhe diga francamente acho que poderia pôr termo a muita especulação e rumores que por vezes nós temos que lidar e que correm por aí. Muito obrigado. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a proposta que a iniciativa Liberal apresentou hoje já não é a primeira vez que a têm ali a ser discutida e gostariam de, não obstante a lei assim o exigir, que esta proposta avançasse, porque efetivamente faz falta a Portimão, faz falta aos cidadãos e é para isso que lá estão para ser transparentes e nesse sentido a votação será a favor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela inventariação, atualização do património imóvel municipal - (subscrito pela Bancada da Iniciativa liberal**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	8	4	1	2	1	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	14	0	0	0	0	0	14

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Reforço e avaliação das medidas de controlo de pragas urbanas no Município de Portimão - (subscrita pela Bancada do Partido Chega)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A Assembleia Municipal de Portimão, enquanto órgão deliberativo e fiscalizador, tem o dever de assegurar que o Executivo Municipal cumpre de forma eficaz as suas responsabilidades em matéria de saúde pública, salubridade e qualidade de vida.-----

O controlo de pragas urbanas, designadamente de roedores e insetos como baratas, constitui uma competência essencial do Município. No entanto, a realidade verificada no concelho de Portimão, em particular durante o último período estival, evidencia fragilidades claras na resposta municipal nesta área. -----

Com efeito, foram reportadas de forma recorrente por parte dos munícipes e comerciantes um aumento significativo da presença de baratas e ratos em várias zonas da cidade, incluindo áreas residenciais, comerciais e espaços públicos, evidenciando uma falha persistente na resposta municipal. A persistência deste problema levanta dúvidas legítimas quanto: -----

- à adequação dos serviços contratualizados pelo Município; -----
- à frequência e abrangência das ações de desinfestação e desratização; -----
- e aos meios técnicos e operacionais afetos a esta área. -----

Num concelho com elevada exposição turística, a manutenção de padrões elevados de higiene urbana não é apenas desejável, mas sim, uma exigência. A ausência de uma resposta suficientemente eficaz compromete não só a saúde pública, mas também a imagem externa de Portimão. -----

Proposta-----

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal de Portimão delibere recomendar ao Executivo Municipal: -----



- A realização de uma avaliação rigorosa e transparente da eficácia dos contratos e serviços atualmente em vigor no controlo de pragas urbanas; -----
- A revisão da periodicidade e da cobertura territorial das intervenções, assegurando uma atuação preventiva e não meramente reativa; -----
- O reforço imediato das ações de desinfestação e desratização nas zonas críticas identificadas, nomeadamente redes de saneamento, áreas urbanas densas, zonas comerciais e espaços públicos; -----
- A verificação da adequação dos meios técnicos e humanos afetos a esta função, garantindo capacidade de resposta eficaz; -----
- A implementação de um sistema regular de monitorização e reporte público dos resultados das intervenções realizadas. -----

A Assembleia Municipal, ao aprovar a presente proposta, estará a exercer plenamente a sua função fiscalizadora, exigindo maior eficácia, transparência e responsabilidade na atuação do Executivo Municipal, em defesa da saúde pública, da higiene urbana e da qualidade de vida dos munícipes.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Diogo Miguel Ferreira Coelho**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que apresentam esta proposta porque o controlo de pragas urbanas em Portimão está a falhar de forma visível e preocupante. Durante o último verão, munícipes e comerciantes reportaram um aumento significativo de baratas e ratos em zonas residenciais, comerciais e espaços públicos. Este problema não é pontual, é recorrente e revela fragilidades graves na resposta do município. -----

----- Dúvidas sérias pairam sobre a eficácia dos contratos existentes. A frequência das desinfestações, cobertura territorial e os meios técnicos e humanos afetos a esta área. Num concelho fortemente turístico como Portimão não podemos aceitar que a higiene urbana esteja comprometida. Isto afeta a saúde pública de todos e a imagem da nossa cidade.-----

----- Nestes termos propõe-se que a Assembleia Municipal de Portimão delibere recomendar ao executivo municipal os seguintes pontos: -----

- - Realizar uma avaliação rigorosa e transparente da eficácia dos contratos de controlo de pragas; -----
- - Reveja a periodicidade e a cobertura das intervenções, passando de uma atuação reativa para uma estratégia preventiva das mesmas; -----
- - Reforce imediatamente as ações de desratização e desinfestação nas zonas críticas, especialmente redes de saneamento, áreas densas, zonas comerciais e espaços públicos; -----
- - Verifique se os meios técnicos e humanos são suficientes para garantir uma resposta eficaz; -----
- - Implemente um sistema regular de monitorização e reporte público dos resultados. -----

----- Esta proposta não é um ataque, é uma exigência legítima de maior eficácia, transparência e responsabilidade na defesa da saúde pública e na qualidade de vida dos portimonenses. Contamos com o



apoio de todos os membros desta Assembleia que priorizam o bem-estar dos munícipes acima de qualquer outra consideração. Muito obrigado. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que nesta moção alega-se a existência de fragilidades claras, isto é *ipsis verbis* diz isto e uma suposta falta de transparência. No entanto, eu fui verificar e basta consultar o portal da EMARP, a página da internet da EMARP, entidade na qual o município delegou as competências para verificar e tratar do controlo de pragas urbanas, sejam eles lantanídeos ou murídeos, não é de forma errática, mas sim através de um polimento sistemático e é público. Até ao ano passado consegui constatar e, porque isto é público, não está nada escondido, eram feitas campanhas trimestrais, ao que eu depreendi. Penso que neste ano vão passar a fazer e concentrar as intervenções mais no período de maior calor, e porque já foi experimentado noutros municípios e que eventualmente teve sucesso e obviamente são acrescidas sempre as outras intervenções quando reportadas pela população. -----

----- Ademais, também na página da EMARP é disponibilizado o mapa interativo que permite a qualquer munícipe verificar rua a rua a calendarização das intervenções e bem como os relatórios e os resultados e estão lá, são públicos e, portanto, qualquer pessoa pode monitorizar o acompanhamento do que é feito no âmbito da desbaratização e do controlo de pragas. Nós compreendemos, devemos todos pugnar pelo reforço, pela modernização pública, mas quer dizer estamos aqui a pedir para a Câmara fazer aquilo que já faz através da EMARP, isto penso que é uma redundância desnecessária, mas pronto. -----

----- Também quero dizer, obviamente que nós compreendemos e temos o mérito, respeitamos o mérito da causa, porque também achávamos que a higiene urbana é prioritária, mas temos de ser justos e rigorosos naquilo que afirmamos, e porque a moção não acrescenta nenhuma medida inovadora e ignora a transparência que já existe, iremo-nos abster. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do PS informa sobre este controlo de pragas urbanas a eficácia operacional do município de Portimão. No seguimento da proposta apresentada cumpre clarificar que o município de Portimão através da EMARP não só reconhece a importância da salubridade pública, como tem vindo a implementar uma estratégia dinâmica e adaptada a novos desafios climáticos, superando a média reatividade. -----

----- Ao contrário do modelo estático como já foi dito aqui, que vigorou até ao final de 2025, a atuação estruturava-se em três campanhas anuais de desratização e desbaratização na rede pública e de saneamento com uma duração média de cerca de trinta e cinco dias cada, distribuídas ao longo do ano, fevereiro, março, junho e julho, outubro e novembro. -----

----- A EMARP procedeu a uma revisão profunda da estratégia para 2026. A concentração das campanhas entre 6 de abril a final de setembro não é aleatória, é uma resposta técnica direta ao aumento das



temperaturas e às noites tropicais, e esta antecipa visar, atacar o ciclo de reprodução das pragas no seu auge, garantindo a intervenção que é feita quando é mais eficaz e não apenas por um calendário administrativo. ---

----- A atuação da EMARP assenta num modelo misto de alta eficácia. Campanhas intensivas na rede de saneamento, espaços públicos não ajardinados, ilhas ecológicas e linhas de águas urbanas. -----

----- Garantia de intervenções específicas semanais baseadas em relatórios da população demonstram que o canal de comunicação aberto e a capacidade de resposta ágil às necessidades pontuais em função das solicitações recebidas dos bairros e do comércio local. -----

----- A adoção de metodologias com provas dadas em territórios vizinhos, como no caso de Lagos, demonstra que Portimão está alinhado com as melhores práticas regionais. A gestão personalizada através dos serviços técnicos especializados permite o aceso a meios técnicos avançados, cuja adequação é monitorizada continuamente também pela empresa municipal. É fundamental pautar o debate pela honestidade técnica, que a indicação total das pragas do meio urbano é cientificamente exequível. -----

----- O objetivo deste executivo e da EMARP é controlar e minimizar os impactos garantindo que Portimão mantenha os seus elevados padrões de higiene exigidos a um destino turístico de excelência, protegendo a saúde pública sem criar falsas expetativas da eliminação absoluta. -----

----- A fiscalização e o reforço sugeridos na proposta já se encontram, na verdade, integrados na nova dinâmica operacional da EMARP. O município mantém-se vigilante com uma constante atualização dos seus planos de desinfestação, assegurando o investimento público nesta área que se traduz em resultados práticos visíveis na qualidade da vida dos portimonenses. Posto isto, a bancada do PS abstém-se desta proposta. Só queria salientar aqui uma coisa, é conforme o regimento da Assembleia Municipal de Portimão no artigo quarenta e um é designado pelo Período Antes da Ordem do Dia na alínea d), vem ao debate moções e recomendações e não propostas. Fica só aqui a dica. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Diogo Miguel Ferreira Coelho**, fica claro depois de ouvir as intervenções da bancada do PS e do PSD que estes partidos não vão apresentar uma solução e uma melhora desta situação em Portimão e os munícipes de Portimão podem continuar neste verão e nos próximos a continuar a ter as ruas cheias de baratas e cheias de pragas, não vai haver nenhuma melhora significativa nem revisão do que está a ser feito. Vim aqui apresentar relatórios, burocracias, falinhas bonitas, mas depois na prática os munícipes cada vez se queixam mais, eu andar na rua cada vez vejo mais, é uma vergonha e nada vai ser feito, vai continuar tudo como está. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que acha que o senhor deputado não ouviu, ou estava distraído. Como já foi dito e foi tanto dito aqui pelo PS como no PSD, o que fazíamos o ano passado deixou de ser feito. Agora, estamos com uma nova dinâmica que é a adoção de metodologia já aprovada que já aconteceu em Lagos e que está a ter grandes melhorias. Por isso, vamos ver, ainda não começou o verão e neste momento e como disse e disse bem,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aquelas pessoas que fazem queixas e isso já aconteceu comigo mesmo, fiz a queixa e passado uma semana ou duas ficou erradicado lá os ratos no jardim perto da minha casa. Por isso, está a funcionar, desculpe que está a andar distraído. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Reforço e avaliação das medidas de controlo de pragas urbanas no Município de Portimão - (subscrita pela Bancada do Partido Chega)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	8	0	1	2	0	11
ABSTENÇÕES	14	0	4	0	0	1	19
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Reavaliação das envolventes Escolares e promoção de Acessos Pedonais Seguros - (subscrita pela Bancada do Partido Social Democrata)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A segurança no espaço público constitui uma prioridade no âmbito da gestão municipal, assumindo particular relevância nas áreas envolventes aos estabelecimentos de ensino. Nestes locais, é essencial garantir condições adequadas para a circulação pedonal, assegurando percursos contínuos, acessíveis e livres de obstáculos, de forma a proteger as crianças e todos os que as acompanham no seu percurso diário. Simultaneamente, importa promover e incentivar a mobilidade suave, valorizando deslocações a pé e outros modos sustentáveis, contribuindo para um ambiente urbano mais seguro, saudável e inclusivo. -----

Considerando que: -----

As zonas envolventes dos estabelecimentos de ensino devem garantir condições de segurança, acessibilidade e conforto para todos os utilizadores, em particular crianças e jovens; -----

O acesso pedonal às escolas constitui um elemento fundamental da mobilidade urbana sustentável, devendo ser protegido e incentivado; -----

Se verifica, de forma recorrente no concelho de Portimão, a ocupação indevida dos passeios por: -----

- Automóveis estacionados; -----
- Trotinetes e scooters elétricas; -----
- Outros obstáculos que condicionam ou impedem a circulação pedonal; -----



Estas práticas prejudicam especialmente pessoas com mobilidade reduzida, crianças, idosos e encarregados de educação com carrinhos de bebé, obrigando-os muitas vezes a circular na faixa de rodagem; -----

A desorganização do estacionamento de modos de mobilidade suave (como trotinetes e scooters) decorre, em parte, da ausência de espaços devidamente definidos e regulamentados; -----

A promoção de comportamentos cívicos e a fiscalização adequada são instrumentos essenciais para garantir o cumprimento das regras de utilização do espaço público; -----

A Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária, delibera recomendar à Câmara Municipal que estude e implemente um Programa Municipal de Envolventes Escolares Seguras para que seja feita uma análise local e sejam definidas ações que passem, nomeadamente, por: -----

- Reavaliação das zonas envolventes de todos os estabelecimentos de ensino do concelho, identificando situações críticas de obstrução dos percursos pedonais; -----
- Implementação de medidas físicas de ordenamento do espaço público, nomeadamente: -----
 - Instalação de pilaretes (pinos) nos passeios em zonas críticas, impedindo o acesso e estacionamento abusivo de veículos automóveis; -----
 - Requalificação de passeios, garantindo largura mínima e acessibilidade universal; -----
 - Promoção da criação de espaços próprios e devidamente sinalizados para estacionamento de trotinetes e scooters elétricas, evitando a sua deposição desordenada nos passeios; -----
- Reforço das ações de sensibilização junto da comunidade escolar, incluindo alunos, pais e funcionários, promovendo boas práticas de mobilidade e respeito pelo espaço público; -----
- Desenvolvimento, em articulação com as autoridades competentes, de ações regulares de fiscalização, com especial incidência nos períodos de entrada e saída das escolas; -----
- Avaliar a implementação de soluções complementares, como: -----
 - Zonas de "acesso condicionado" junto às escolas; -----
 - Percursos pedonais seguros ("caminhos escolares"); -----
 - Sinalização vertical e horizontal reforçada; -----

A presente recomendação visa garantir que o espaço público envolvente às escolas do concelho de Portimão seja seguro, acessível e funcional, promovendo uma cultura de respeito pelo peão e incentivando formas de mobilidade mais sustentáveis. -----

A qualificação destes espaços representa um investimento direto na segurança das crianças e jovens, contribuindo para uma cidade mais organizada, inclusiva e ambientalmente responsável.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a sua proposta prende-se com a necessidade no seu entendimento de reavaliação dos acessos pedonais às escolas do município, isto porque



notam que existe muitas vezes dificuldade na circulação, porque viaturas automóveis invadem o espaço pedonal. Existe também estacionamento indevido de trotinetes e scooters elétricas e então achamos que de forma a facilitar e de forma a promover a circulação segura e confortável nos passeios seja feita uma reavaliação. São propostas também algumas medidas como a colocação de pilaretes em passeios para bloquear o acesso de viaturas automóveis aos passeios, a criação de espaços próprios para scooters elétricas e trotinetes, a sensibilização e a fiscalização, entre outras medidas que nós propomos na nossa recomendação. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Clemente Luís Bentes Camarinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito da análise da proposta de recomendação do PSD relativa às envolventes escolares no concelho de Portimão, procedeu-se ao seu confronto específico com um plano de mobilidade urbana sustentável PMUS, com enfoque na organização do espaço público, nas imediações dos estabelecimentos de ensino. O PMUS identifica estas áreas como zonas críticas de mobilidade caracterizados por elevada concentração de fluxos pedonais e picos de tráfego automóvel nos períodos de entrada e saída dos alunos, preconizando a sua requalificação com prioridade para os modos suaves, melhoria da acessibilidade e reforço da segurança rodoviária. -----

Importa salientar que a existência deste instrumento estratégico com um horizonte temporal de 2024-34 evidencia de forma clara a temática das envolventes escolares da segurança nos percursos casa/escola, já constitui uma preocupação do executivo municipal encontrando-se devidamente diagnosticada, planeada e integrada numa visão estruturada de mobilidade urbana sustentável. Neste contexto, a proposta em análise vem ao encontro de uma linha de atuação já definida pelo município, reforçando a pertinência da problemática e validando a abordagem adotada. -----

----- O facto destas matérias se encontrarem consagradas no PMUS demonstra que o executivo está atento às dinâmicas do território, às dificuldades sentidas pela população, procurando dar resposta de forma faseada e sustentada. -----

----- Na análise da realidade local verifica-se que sendo o PMUS um plano de médio prazo, as medidas nele previstas estão em diferentes fases de execução. Algumas já implementadas, outras em desenvolvimento e outras programadas. São disso exemplo a criação dos corredores pedonais acessíveis, rua de Tanger que não tinha passeio pedonal até à escola da Bemposta, a implementação e expansão das rotas acessíveis escola do Pontal e a recente ampliação da rota acessível na avenida Dr. Francisco Sá Carneiro que majora a acessibilidade à escola José Buísel, a instalação de pilaretes para controlo de paragens indevidas, Pontal e Júdice Fialho e a criação de áreas de estacionamento para trotinetes/motociclos em escolas secundárias onde a pressão é maior, pois a condução destes veículos é permitida a partir dos dezassets anos. Não obstante aos progressos verificados subsistem constrangimentos associados e em particular à ocupação indevida dos passeios e a comportamentos menos cívicos, o que reforça a necessidade de complementar as intervenções



físicas com ações de fiscalização e sensibilização com peões, o programa de sensibilização para a mobilidade urbana sustentável ano letivo 2026/2027 em curso. Assim, conclui-se que a proposta de recomendação se encontra plenamente alinhada com o PMUS devendo ser entendida como um contributo adicional que reforça uma preocupação já assumida pelo município. A bancada do Partido Socialista acompanha a proposta do PSD. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, parabenizar o executivo camarário por estar a pensar nisso do ponto de vista de um plano estratégico para todo o município e não apenas para as escolas, e perguntar ao executivo se tem uma data de quando estará então pronto a acessibilidade aqui às escolas conforme recomendação do PSD. Obrigada. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Reavaliação das envolventes Escolares e promoção de Acessos Pedonais Seguros - (subscrita pela Bancada do Partido Social Democrata)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	8	4	1	2	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade.**-----

-----Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Pela melhoria das condições de Circulação Pedonal na Ponte do Arade, em Portimão - (subscrita pela bancada do CDS - PP)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Considerando que:-----

a) A Ponte do Arade constitui uma importante via de ligação, sendo utilizada diariamente por um elevado número de peões; -----

b) A mobilidade pedonal segura é um direito fundamental dos cidadãos e um elemento essencial de uma cidade inclusiva e acessível;-----

c) No passeio da referida ponte existe um poste implantado em plena zona de circulação pedonal;-----

d) Este obstáculo obriga os peões a sair do passeio e a circular momentaneamente na faixa de rodagem;-----

e) Tal situação representa um risco evidente para a segurança rodoviária, expondo os cidadãos a potenciais acidentes;-----

f) A situação afeta particularmente pessoas com mobilidade reduzida, idosos, crianças e utilizadores de



carrinhos de bebé;-----

Conforme reportagem fotográfica:-----



Em face do que foi exposto, os eleitos do Grupo Municipal do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2.ª Sessão Ordinária 2026, realizada em 30 de Abril: -----

a) Recomende ao Executivo Municipal que proceda, com caráter de urgência, à avaliação técnica da situação existente no passeio da Ponte do Arade e que, no âmbito dessa avaliação, sejam consideradas soluções que garantam a circulação pedonal contínua, segura e acessível, nomeadamente: -----

a. A realocização do poste existente; ou -----

b. A reconfiguração do passeio; ou -----

c. A criação de uma nova solução de circulação pedonal segura; -----

b) Que seja definido um prazo concreto para a intervenção e respetiva execução; -----



- c) Que seja dada informação pública sobre as medidas a adotar, promovendo transparência junto da população; -----
- d) Mais delibere em dar conhecimento da presente moção, não só ao Executivo Municipal de Portimão, mas também às entidades competentes em matéria de infraestruturas e segurança rodoviária.» -----
- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, à semelhança da intervenção do público e da proposta anterior, a bancada do CDS traz à Assembleia outro flagelo relativamente à segurança rodoviária, mais concretamente quanto ao perigo existente aquando da saída pedonal da ponte do Arade em que existe um posto de iluminação no passeio impedindo os peões com mobilidade reduzida e carrinhos de bebé de circular no mesmo, tendo de circular na faixa de rodagem perto de uma curva, sendo o perigo evidente. Neste sentido, recomendamos uma avaliação técnica da situação existente e em consequência ou ser realojado o referido poste, ou ser reconfigurado o passeio, ou então que seja criada uma nova solução de circulação pedonal como, por exemplo, a extensão da ponte pedonal existente até em frente à passadeira que dá acesso à farmácia. Disse. -----
- Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, para dizer que a Iniciativa Liberal vai apresentar uma declaração de voto. -----
- Pedi o uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que consideram a matéria desta moção de extrema relevância, e comungam da opinião que a segurança e a acessibilidade são pilares de uma cidade inclusiva, mas a análise ao local revelou-lhes que este poste não é um caso isolado, é apenas um de vários que na mesma linha obstruem a via e devem ser reavaliados e recolocados noutro lugar. Entendemos que a solução não pode ser pontual. É fundamental uma análise integral de toda a linha de postes. Manter obstáculos semelhantes, perpétua a exclusão e o risco de atropelamento. -----
- O nosso voto é favorável, propondo-se ainda um estudo e uma intervenção coordenada que dentro do razoável liberte todo o canal pedonal e garanta a mobilidade contínua segura para todos nós. Disse. -----
- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Diogo Miguel Ferreira Coelho**, como aqui foi dito pela Presidente de Junta de Freguesia de Portimão a moção apresentada pelo CDS – PP tal como está redigida não resolve o problema. Limita-se recomendar a realocação de um único poste, é uma medida manifestamente insuficiente. Para melhorar efetivamente a circulação pedonal seria necessário deslocar todos os postes ao longo do passeio e não apenas um. Além disso, a realocação dos postes implicaria colocá-los do lado de fora das grades, o que constitui uma intervenção técnica complexa, difícil de executar e com custos elevados. -----



-----As outras soluções propostas, a reconfiguração do passeio ou a criação de uma nova circulação pedonal são impraticáveis, não existe espaço físico suficiente para essas alterações sem reduzir a faixa de rodagem, o que não é viável. -----

-----A moção carece de fundamentação técnica e de realismo, não reflete adequadamente os constrangimentos físicos do local, nem apresenta soluções exequíveis. Por estes motivos, o Chega votará contra esta moção. Muito obrigado. -----

-----Pede o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, pronto, se calhar a moção foi pouco bem redigida assim digamos, porque este era só um exemplo, não enumerámos os duzentos exemplos que a cidade tem, mas muito me alegra saber que para o Chega é muito mais importante gastar dinheiro em desbaratização havendo já um plano, do que realojar ou os postes, ou criar uma nova solução. Disse. -----

-----Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, só deixar uma nota do ponto de vista técnico e falando como engenheiro, este tipo de intervenção nem é tecnicamente inviável e nem tão pouco é dispendioso, isto é uma coisa, uma intervenção super fácil de fazer e com custos muito reduzidos que acho que se justifica plenamente. Portanto, não entendo a posição do Chega quanto a esta matéria. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Moção – Pela melhoria das condições de Circulação Pedonal na Ponte do Arade, em Portimão - (subscrita pela bancada do CDS - PP)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	4	1	2	1	22
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	8	0	0	0	0	8

-----**A Moção foi aprovada por maioria.** -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada da Iniciativa Liberal, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** « A Iniciativa Liberal vota **favoravelmente** a presente proposta, reconhecendo a existência de um problema concreto de segurança e acessibilidade na Ponte do Arade, que merece intervenção por parte do Executivo Municipal.-----
A recomendação identifica uma situação que afecta diariamente um número significativo de utilizadores, em particular peões, **incluindo pessoas com mobilidade reduzida**, e aponta soluções que visam melhorar as condições de circulação e segurança naquele local. -----



Não obstante, consideramos que a abordagem apresentada poderia ser mais abrangente. A utilização da Ponte do Arade envolve actualmente diferentes modos de mobilidade, incluindo bicicletas e outros veículos de mobilidade suave, cuja circulação no tabuleiro pedonal, **apesar de proibida**, ocorre com frequência, gerando situações de risco e conflito entre utilizadores.-----

Neste contexto, entendemos que uma intervenção nesta infraestrutura deveria ser enquadrada numa visão mais integrada da sua utilização, contemplando não apenas a resolução pontual do obstáculo identificado, mas também **a gestão dos diferentes modos de circulação e a promoção de condições de segurança para todos os utilizadores**.-----

Sem prejuízo destas considerações, e reconhecendo a pertinência da intervenção proposta, a Iniciativa Liberal acompanha favoravelmente a recomendação.»-----

-----Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pela atualização e fiabilização do registo municipal de Alojamento Local no Concelho de Portimão - (subscrita pela Bancada da Iniciativa Liberal)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «O Alojamento Local constitui uma actividade económica relevante para o concelho de Portimão, com impacto directo no turismo, na economia local e na dinamização do território.-----

A definição de políticas públicas equilibradas nas áreas da habitação, ordenamento do território e turismo exige dados rigorosos, actualizados e correspondentes à realidade efectiva da actividade exercida. -----

Em particular, o conhecimento do número real de estabelecimentos de Alojamento Local assume especial relevância no contexto da elaboração de instrumentos estratégicos como a futura Carta Municipal da Habitação, na medida em que a definição de rácios, indicadores e eventuais medidas de gestão territorial depende da fiabilidade da informação de base. -----

O enquadramento legal em vigor reforça as competências dos municípios em matéria de acompanhamento, verificação de conformidade e fiscalização da actividade de Alojamento Local. -----

A existência de registos desactualizados ou relativos a estabelecimentos que não exercem actividade efectiva pode comprometer a qualidade da informação disponível e prejudicar o planeamento municipal. -----

A presente iniciativa não tem como objectivo introduzir restrições à actividade de Alojamento Local, mas assegurar que qualquer análise ou decisão pública assente em informação rigorosa, actualizada e transparente. -----

Recomendação-----

A Assembleia Municipal de Portimão recomenda ao Executivo Municipal que: -----

Proceda a uma avaliação técnica do estado actual dos registos de Alojamento Local no concelho, designadamente quanto à verificação da actividade efectiva e do cumprimento das obrigações legais aplicáveis; -----



Promova, nos termos da legislação em vigor, os mecanismos necessários à actualização e fiabilização do registo municipal de Alojamento Local, assegurando que o mesmo reflecta a realidade da actividade efectivamente exercida; -----

Informe a Assembleia Municipal sobre os resultados dessa avaliação, no prazo máximo de 90 dias, incluindo dados consolidados que possam contribuir para a definição de políticas municipais nas áreas da habitação, ordenamento do território e turismo.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, para dizer que o alojamento local é um tema sensível e relevante no concelho. Precisamente por isso as decisões têm de assentar em dados rigorosos e atualizados. Existem neste momento as ferramentas necessárias para fazer a atualização removendo os registos que estão inativos ou que não cumprem as condições legais. Tanto quanto sabemos estando em elaboração a carta municipal da habitação torna-se ainda mais importante poder decidir e fazer determinadas opções com base em dados reais. Esta recomendação pede apenas isso, uma informação fiável para que se possam tomar decisões responsáveis. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Pedro Miguel Sousa da Mota**, a proposta apresentada pela deputada municipal da Iniciativa Liberal aborda uma matéria inegável de relevância para o concelho de Portimão. -----

O alojamento local é uma atividade com impacto direto no turismo, na habitação, no ordenamento do território e na qualidade da informação disponível é naturalmente uma condição necessária para uma boa governação municipal. Ainda assim a bancada do Partido Socialista não pode subscrever esta recomendação nos termos que é apresentada pelas razões que a seguir se expõem. -----

Em primeiro lugar, importa enquadrar corretamente a matéria no ponto de vista jurídico. O regime do alojamento local assenta num modelo de mera comunicação prévia, pelo que as responsabilidades da primeira pelo cumprimento das obrigações legais é pela veracidade dos dados registados que recai por lei sobre os próprios promotores da atividade. -----

Acresce que as fiscalizações desta atividade é partilhada com entidades da administração central, designadamente a ASAE, o Turismo de Portugal, em alguns casos a AT, não sendo uma incumbência exclusiva do município. Este deve naturalmente ser interventivo no exercício das suas competências legais dentro dos limites que a lei define. -----

Em segundo lugar, no prazo de noventa dias, diz que é proposto para a realização de uma avaliação técnica abrangente efetiva desta atividade e de todos os registos de alojamento local do concelho revela-se do ponto de vista prático manifestamente exequível. O concelho de Portimão conta com mais de seis mil unidades de alojamento local registadas. Uma avaliação rigorosa deste universo exigiria mobilização de meios humanos e



técnicos completamente desproporcionada face às competências e aos recursos municipais disponíveis, comprometendo inevitavelmente outras propriedades na atuação do município. -----

Em terceiro lugar, cabe recordar que qualquer titular do cargo público que tem não apenas o direito, mas também o dever cívico institucional de sinalizar junto das entidades competentes eventuais situações concretas de incumprimento que tenham o seu conhecimento. -----

A identificação de casos específicos deve seguir esses canais próprios e adequados, sendo mais eficaz do que as propostas de alcance genérico que pela sua abrangência se tornam difíceis de execução. -----

Por fim, o Partido Socialista reafirma o seu compromisso com uma gestão municipal rigorosa, transparente, orientada para o interesse coletivo. É precisamente esse rigor que nos obriga a não subscrever iniciativas que, apesar de bem intencionadas na sua formulação, não se mostram ajustadas nem exequíveis nos termos propostos. Face ao exposto a bancada do Partido Socialista votará contra esta recomendação. Tenho dito. --

-----Pede o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, o senhor deputado não está muito bem informado. Este procedimento foi executado em Lisboa e em Lagoa. O governo disponibilizou uma plataforma que permite aos municípios cumprir as suas obrigações de fiscalização. Uma plataforma que permite a eliminação em massa de registos inativos e que não cumprem a legislação. Talvez seja melhor informar-se e rever potencialmente a sua posição. -----

-----Pede o uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande **Ricardo José Jorge Sobral**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria também deixar uma nota em relação a esta matéria, pelo facto de ser empresário do setor, ir-se-á abster porque não quer misturar uma decisão política com uma área onde tem atividade empresarial desde 2016 e por esse motivo abster-se-á na votação. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela atualização e fiabilização do registo municipal de Alojamento Local no Concelho de Portimão - (subscrita pela Bancada da Iniciativa Liberal)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	8	4	1	2	1	16
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	13	0	0	0	0	0	13

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

----- Não Participou na discussão e votação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande, Ricardo Sobral, da bancada do PS, por considerar que existe uma incompatibilidade ética, devido ao



facto, de profissionalmente a sua atividade ser na área.-----

-----Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Implementação de formação em suporte Básico de Vida e utilização de Desfibrilhador Automático Externo para alunos do 12.º ano das escolas secundárias de Portimão - (subscrita pela Bancada do Partido Chega)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A Assembleia Municipal de Portimão, enquanto órgão deliberativo e fiscalizador, tem o dever de promover políticas públicas que contribuam para a proteção da vida, da saúde pública e a capacitação efetiva dos cidadãos.-----

O Suporte Básico de Vida (SBV) e a utilização do Desfibrilhador Automático Externo (DAE) constituem competências essenciais, determinantes na resposta a situações de paragem cardiorrespiratória, onde a intervenção precoce pode ser decisiva para a sobrevivência. -----

A formação da população jovem nestas matérias representa uma medida de elevado impacto social e de reduzido custo, permitindo dotar os cidadãos de competências práticas que podem salvar vidas. Apesar da relevância desta matéria o Município de Portimão não dispõe atualmente de um programa estruturado universal de formação nesta área, o que revela uma lacuna injustificável numa política pública de prevenção. - Neste contexto, as escolas secundárias assumem um papel privilegiado, constituindo um espaço ideal para garantir que todos os alunos adquirem, antes de ingressarem na vida adulta, conhecimentos básicos de resposta a emergências médicas. -----

Proposta-----

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal de Portimão delibere recomendar ao Executivo Municipal: -----

- A implementação de um programa anual de formação em Suporte Básico de Vida (SBV) e utilização de Desfibrilhador Automático Externo (DAE), dirigido a todos os alunos do 12.º ano das escolas secundárias do concelho, de carácter universal, a integrar preferencialmente em contexto escolar; -----
- A definição de um modelo de formação com carga horária adequada, assegurando componente teórica e prática, com certificação por entidades competentes; -----
- A articulação com entidades certificadas, garantindo qualidade técnica e pedagógica da formação, privilegiando soluções de baixo custo através de parcerias institucionais; -----
- A avaliação da possibilidade de alargamento progressivo desta formação a outros níveis de ensino e à comunidade em geral. -----

A Assembleia Municipal, ao aprovar a presente proposta, estará a promover uma medida concreta, de comprovada utilidade e fácil implementação, contribuindo para a proteção da vida humana e para uma comunidade mais preparada e resiliente.» -----



----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Joana Isabel Moreira Mira Baptista**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que apresentam hoje uma proposta simples, mas com um impacto potencialmente muito significativo na vida de todos. Falamos da implementação de formação em suporte básico de vida e utilização de desfibrilador automático externo para alunos do décimo segundo ano das escolas secundárias do nosso concelho. Sabemos que em situações de paragem cardiorrespiratória cada minuto conta, uma intervenção rápida e correta pode fazer a diferença entre a vida e a morte. No entanto, muitos cidadãos não têm qualquer preparação para agir nestes momentos. É precisamente por isso que propomos esta medida, formar os jovens antes de entrarem na vida adulta, dotando-os de competências essenciais que podem salvar vidas, tratando-se de uma proposta de fácil implementação, com custos reduzidos e com um enorme benefício para a comunidade. -----

----- As escolas são o espaço ideal para garantir que esta formação chega a todos de forma estruturada e eficaz. -----

----- Ao aprovar esta proposta estamos a investir numa comunidade mais preparada, mais consciente e mais segura. Contamos com o apoio de todos para dar este passo importante na proteção da vida humana. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, para dizer que vai apenas fazer uma proposta à recomendação do Chega. Acho importantíssimo a vossa recomendação, só que dado que os meios vão até às escolas, não seria mais produtivo se fosse para toda a comunidade escolar, incluindo os auxiliares e os professores. Se vocês ampliarem o universo eu voto a favor. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Joana Isabel Moreira Mira Baptista**, na proposta temos mesmo a avaliação da possibilidade de alargamento progressivo desta formação a todos os níveis de ensino e mesmo à comunidade em geral, porque consideramos importantíssimo. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Maria Helena da Avó Costa**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente à proposta apresentada sobre a implementação da formação em suporte básico de vida, o SBV e a utilização do desfibrilador automático externo DAE para alunos do décimo segundo das escolas secundárias de Portimão, importa esclarecer que o concelho de Portimão desenvolve há vários anos um trabalho consistente, estruturado e contínuo nesta área. Este trabalho é promovido através das diferentes entidades locais, em especial destaque para o serviço municipal da Proteção Civil com o apoio dos bombeiros e da Cruz Vermelha Portuguesa aqui da delegação de Portimão envolvendo os cinco agrupamentos escolares. -----



----- No âmbito do programa "a Escola e os Riscos Preparar para Proteger", este já foi desde o ano letivo 2014/2015, têm sido promovidas centenas de ações de sensibilização e formação junto das comunidades escolares, abrangendo alunos desde o ensino pré até ao secundário. -----

----- Entre as principais matérias abordadas destaca-se o suporte básico de vida, o SBV, a cadeia de sobrevivência, o número europeu da emergência que é o 112, a primeira intervenção em situações de emergência, prevenção e autoproteção e segurança rodoviária, ferroviária e incêndios. Só no presente ano letivo 2025/2026 até ao final do segundo período foram realizadas duzentas e quarenta e oito ações de sensibilização envolvendo seis mil quatrocentos e vinte e seis alunos, docentes e assistentes operacionais. Números que demonstram a dimensão e a continuidade do investimento municipal nesta área. -----

----- Na vertente específica do SBV foram realizados no ano 2022/2023 dezanove ações abrangendo novecentos e dezoito alunos, quatrocentos docentes e não docentes. Em 2023/2024 subiu para trezentas e quatro ações, mil oitocentos e onze alunos, oitenta e um docentes e não docentes. 2024/2025, quarenta e uma ações, mil quinhentos e oitenta e quatro alunos, setenta e sete docentes e não docentes. Este ano, como eu tinha falado 2025/2026, cinquenta e cinco ações, mil quinhentos e oitenta, setenta e três docentes e não docentes e este ano ainda não acabou. -----

----- Importa igualmente referir que estas ações são adaptadas às diferentes faixas etárias e contextos escolares, privilegiando práticas pedagógicas, permitindo que muitos dos jovens do concelho adquiram de forma precoce competências essenciais da resposta à emergência médica. -----

----- Paralelamente o município de Portimão tem vindo a desenvolver uma forte aposta na rede pública de desfibrilhação automática externa, sendo dos concelhos com uma das maiores coberturas a nível nacional. Atualmente, encontra-se implementado sessenta e seis programas de DAE em edifícios, equipamentos, escolas e viaturas municipais, abrangendo escolas e espaços públicos de elevada influência, como as escolas, os pavilhões desportivos, o mercado, o museu, a piscina, o Portimão Arena, os Paços do Concelho e diversos complexos desportivos. -----

----- Importa ainda salientar que este programa municipal já permitiu capacitar mais de mil operacionais certificados em devolver aos trabalhadores municipais, profissionais diversas entidades e membros da comunidade local, nomeadamente em zonas de área comunitária onde estão localizadas na zona ribeirinha de Portimão, na praça Primeiro de Maio, na Alameda de Portimão, na avenida Tomás Cabreira, zona dos bares de Alvor e Mexilhoeira Grande próximo da igreja. -----

----- Assim, mais do que iniciar um processo de raiz, o caminho de Portimão passa por valorizar, reforçar e ampliar um trabalho já consolidado, reconhecido pela comunidade educativa e desenvolvido com elevado empenho pelas entidades locais. Neste contexto, com a intenção de alargamento, a formação específica aos alunos do décimo segundo ano poderá ser analisado em sede própria, nomeadamente junto dos



agrupamentos escolares, tendo em consideração que se trata de uma formação acreditada pelo INEM com uma duração de sete horas. -----

----- Importa também destacar que o percurso formativo atual permite que o mesmo aluno possa frequentar formações de SBV em diferentes momentos do seu percurso escolar, nomeadamente no terceiro, no sétimo e no décimo anos. -----

O protocolo existente com o corpo dos bombeiros de Portimão já permitiu formar mais de mil pessoas em cursos de SBVDA DAE, habilitando-se a operar equipamentos em programas municipais ou outros. Encontra-se aberto à comunidade. No entanto, tem pouca procura, tem pouca afluência, a comunidade não adere muito. -----

----- Face ao exposto, não corresponde à realidade a afirmação que o município de Portimão não dispõe de um programa estruturado nesta área. Pelo contrário, trata-se de um dos primeiros municípios a nível nacional a implementar uma rede de DAE do uso comunitário com operacionais formados por entidades acreditadas pelo INEM. -----

----- Assim, o concelho dispõe de um programa municipal composto por sessenta e seis DAE, correspondente a cerca de seis ponto seis DAE por dez mil habitantes. Valor significativamente acima da média nacional que ronda entre os quatro por dez mil habitantes. -----

----- Portimão é uma referência nesta matéria, firmando-se como um exemplo de prevenção, proximidade, capacitação comunitária. Nós votamos contra. -----

----- Pede o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Joana Isabel Moreira Mira Baptista**, começando aqui também, pronto foi aqui várias, foi uma intervenção um pouco comprida, mas começando aqui pela parte que a senhora deputada referiu acerca da comunidade não aderir muito esta formação. Eu acho que também parte do município existir a correta divulgação para que a comunidade adira sim, porque eu acho que é um assunto de extrema importância e especialmente a comunidade jovem de certeza absoluta sabendo o contexto, os objetivos e o pressuposto de certeza que adeririam mais se houvesse sim este foco na divulgação, porque pelo tema que é e pela sua importância. -----

----- A nossa preocupação é, sim, pelos jovens, eu tomei, sim, li o vosso regulamento da escola e os riscos. A minha preocupação é dos jovens e acredito, sim, por este desinteresse o município deve sim focar na divulgação e há muitos jovens desde o início do seu percurso até ao fim mesmo que tenham um contacto pode parecer pouco antes de ingressar na vida adulta no décimo segundo ano, focar aí e abranger para toda a comunidade. Muito obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, para dizer que gostaria de perceber se têm uma estimativa do custo desta nova formação aos alunos e também se tinham intenções que esta formação fosse dada, fornecida por uma entidade externa ou pelos



bombeiros, uma vez que os bombeiros também já dão estas formações similares conforme os números apresentados anteriormente. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Joana Isabel Moreira Mira Baptista**, pronto, como tinha colocado na moção sim por entidades externas que poderia ser pela Cruz Vermelha, ou mesmo pela entidade do INEM, seria algo que poderiam ver como uma parceria institucional. Muito obrigada. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Implementação de formação em suporte Básico de Vida e utilização de Desfibrilhador Automático Externo para alunos do 12.º ano das escolas secundárias de Portimão - (subscrita pela Bancada do Partido chega)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	8	4	1	0	1	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	2
VOTOS CONTRA	14	0	0	0	0	0	14

-----**A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria, com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.**-----

-----Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Plantação compensatória de árvores no Concelho de Portimão (subscrita pela Bancada do Partido Social Democrata)**, cujo teor se transcreve na íntegra:« **Considerando que:**-----

Durante o ano de 2025 e início de 2026, no concelho de Portimão, verificou-se a queda e/ou remoção preventiva de várias dezenas de árvores, na sequência de episódios meteorológicos adversos e intervenções preventivas promovidas pela Proteção Civil; -----

As árvores urbanas desempenham um papel fundamental no equilíbrio ambiental, contribuindo para: -----

- A melhoria da qualidade do ar; -----
- A regulação térmica em meio urbano; -----
- A retenção de carbono, no âmbito do combate às alterações climáticas; -----
- A promoção da biodiversidade; -----
- A valorização estética e paisagística do espaço público; -----

A perda de coberto arbóreo tem impactos negativos diretos no conforto térmico, na qualidade de vida das populações e na atratividade urbana; -----



As melhores práticas internacionais de gestão urbana sustentável recomendam a compensação arbórea como medida de mitigação de perdas, muitas vezes com rácios superiores a 1:1;

O concelho de Portimão apresenta condições edafoclimáticas que permitem a implementação de estratégias de reforço do arvoredo urbano, privilegiando espécies autóctones e resilientes;

A Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária, delibera recomendar à Câmara Municipal que:

- **Implemente um programa de compensação arbórea**, garantindo a plantação de duas árvores por cada árvore caída ou removida em 2025 e anos seguintes, fixando como referência inicial o número de 25 árvores, o que corresponde à plantação mínima de 50 novas árvores;

- **Desenvolva um Plano Municipal de Arborização, que:**

- Identifique áreas prioritárias para plantação (zonas urbanas densas, vias públicas, espaços escolares e zonas deficitárias em sombra);
- Privilegie espécies autóctones, adaptadas ao clima mediterrânico, com baixa necessidade hídrica e com raiz não fasciculada, privilegiando espécies com uma boa ancoragem e estabilidade;
- Garanta diversidade de espécies, reduzindo vulnerabilidades a pragas e doenças;
- Assegure a manutenção e monitorização das árvores plantadas, garantindo taxas de sobrevivência adequadas;
- Promova ações de sensibilização ambiental junto da população, escolas e associações locais, incentivando a participação cívica na plantação e proteção do arvoredo;
- Avalie a possibilidade de recorrer a fundos comunitários e programas nacionais de apoio à transição climática e resiliência urbana;

A presente recomendação visa não apenas compensar as perdas recentes, mas também reforçar a estratégia de adaptação às alterações climáticas, tornando Portimão um concelho mais resiliente, sustentável e ambientalmente qualificado.

A adoção de um rácio de 2:1 constitui uma medida equilibrada e alinhada com boas práticas internacionais, permitindo recuperar e melhorar o património arbóreo municipal de forma progressiva, estruturada e considerando que a perda de uma árvore adulta não pode ser compensada com a plantação de apenas uma árvore jovem.»

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, Portimão tal como outros municípios no ano passado e este ano sofreu bastante com tempestades, ventos fortes e cada vez que ocorrem há árvores que são derrubadas, há árvores que são cortadas preventivamente pela Proteção Civil, de forma a proteger equipamentos e pessoas e entendemos que deve haver uma compensação para essas árvores que vamos perdendo ao longo dos anos e a nossa proposta de uma forma muito resumida é por cada árvore que seja removida, ou por cada árvore que caia fazer-se a



replantação de uma nova árvore no espaço urbano de Portimão. E falamos numa árvore, achamos que é o mínimo, isto porque as árvores normalmente são cortadas ou que caia só árvores adultas que não podem ser compensadas com uma plantação de uma árvore jovem, mas pronto se conseguirmos cumprir este rácio, por cada árvore removida uma árvore jovem plantada, achamos que já é um passo importante e já é algo aceitável e é esta a nossa recomendação. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Ana Catarina Martins Sousa**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do Partido Socialista reconhece a importância desta proposta de recomendação, não apenas pela resposta necessária às perdas recentes de arvoredo no nosso concelho, mas também pelo seu contributo para uma estratégia mais ampla de sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas. -----

A valorização do espaço público, a melhoria da qualidade de vida das populações e o reforço da resiliência urbana são objetivos que partilhamos. A proposta apresentada vai nesse sentido ao promover a plantação compensatória, o planeamento estruturado e envolvimento da comunidade. É também nesse sentido que o município irá avançar com um plano de gestão de arvoredo urbano que contempla os diversos aspetos definidos no regime jurídico de gestão do arvoredo urbano, lei 59/2021 de 18 de agosto, nomeadamente levantamento, georreferenciação, caracterização e regulamento municipal de gestão do arvoredo urbano. ----

----- Assim, tratando-se de uma medida equilibrada e alinhada com boas práticas ambientais, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta recomendação. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Plantação compensatória de árvores no Concelho de Portimão (subscrita pela Bancada do Partido Social Democrata)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	4	1	2	1	22
ABSTENÇÕES	0	8	0	0	0	0	8
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.**-----

-----Em Seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Reforço da iluminação pública e promoção da segurança urbana no centro histórico de Portimão e áreas circundantes - (subscrita pela Bancada do Partido Chega)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A Assembleia Municipal de



Portimão, enquanto órgão deliberativo e fiscalizador, tem o dever de assegurar que o Executivo Municipal garanta condições adequadas de segurança, utilização e valorização do espaço público.-----

A iluminação pública é um instrumento essencial de prevenção da criminalidade e da promoção de segurança urbana. A sua insuficiência compromete a utilização do espaço público, sobretudo no período noturno, contribuindo para o aumento do sentimento de insegurança e para a degradação urbana. -----

No concelho de Portimão, têm sido reportadas de forma recorrente situações de iluminação insuficiente no centro histórico e das áreas circundantes, designadamente em arruamentos com iluminação intermitente, zonas com cobertura insuficiente e luminárias inoperacionais, cuja resolução se arrasta no tempo. Esta realidade é particularmente evidente em período noturno, limitando a circulação de residentes e afetando a atividade comercial local. -----

A persistência destas situações evidencia fragilidades na monitorização e manutenção da rede de iluminação pública, bem como na identificação atempada de pontos críticos, não sendo compatível com o nível de exigência que se impõe a uma cidade com relevância turística e urbana. -----

Acresce que a reduzida iluminação, conjugada com outros fatores urbanos e sociais, tem contribuído para a degradação progressiva de algumas zonas, potenciando comportamentos de risco e reforçando a percepção de insegurança por parte da população. -----

Proposta-----

Nestes termos, o Grupo Municipal propõe que a Assembleia Municipal de Portimão delibere recomendar ao Executivo Municipal, em articulação com as entidades competentes: -----

- A realização de um levantamento técnico detalhado das condições de iluminação pública no centro histórico e áreas circundantes, identificando de forma objetiva os pontos com níveis de luminosidade insuficientes; -----
- A definição e execução de um plano de reforço e modernização da iluminação pública nessas zonas, com prioridade para arruamentos, zonas pedonais e áreas com maior incidência de queixas ou ocorrências; -----
- A melhoria dos mecanismos de monitorização e manutenção da rede de iluminação pública, garantindo resposta mais célere a falhas e deficiências; -----
- A articulação com as forças de segurança e serviços municipais, de forma a cruzar dados de ocorrências e identificar áreas prioritárias de intervenção; -----
- A implementação de um sistema de acompanhamento e reporte regular à Assembleia Municipal sobre o estado da rede de iluminação e as intervenções realizadas. -----

A Assembleia Municipal, ao aprovar a presente proposta, estará a exercer a sua função fiscalizadora, exigindo maior eficácia e responsabilidade na gestão da iluminação pública, contribuindo para a segurança, valorização urbana e qualidade de vida no concelho de Portimão.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Diogo Miguel Ferreira Coelho**, para dizer que o Partido Chega apresenta esta proposta porque a iluminação pública no centro



histórico de Portimão e áreas circundantes está claramente insuficiente e inaceitável. São recorrentes as queixas de arruamentos mal iluminados, luminárias avariadas e zonas com cobertura insuficiente, especialmente durante a noite. Esta situação limita a circulação dos residentes, prejudica o comércio e aumenta o sentimento de insegurança na população. -----

----- Numa cidade com a importância turística de Portimão não podemos continuar a aceitar que o centro histórico fique às escuras, contribuindo para a degradação urbana e potenciando comportamentos de risco. --

----- Nestes termos propõe-se que a Assembleia Municipal de Portimão delibere recomendar ao executivo municipal realizar um levantamento técnico urgente das condições de iluminação pública no centro histórico e zonas adjacentes, identificando todos os pontos críticos. Executar um plano concreto de reforço e modernização da iluminação com prioridade para as áreas mais problemáticas. Melhorar os mecanismos de monitorização e manutenção garantindo uma resposta rápida às avarias. Articular com as forças de segurança para cruzar dados de ocorrências e definir áreas prioritárias. Apresentar à Assembleia Municipal relatório regular sobre o estado da rede e intervenções realizadas. -----

----- Esta proposta pede apenas o básico, que o executivo garanta a segurança e a qualidade no espaço público. Contamos com o apoio de todos os membros que realmente se preocupam com a segurança e a valorização do centro histórico de Portimão. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Ana Catarina Martins Sousa**, para dizer que a proposta de recomendação agora apresentada aborda uma matéria que é naturalmente relevante e sensível para todos, a qualidade do espaço público e a segurança de quem vive, trabalha e visita a nossa cidade. -----

----- A bancada do Partido Socialista não ignora essa preocupação. Pelo contrário, reconhece que a iluminação pública, a requalificação do espaço urbano e a segurança são fatores essenciais para a vitalidade do centro da cidade, para a dinamização do comércio local e para o bem-estar da população. Importa, contudo, referir que o município de Portimão já se encontra a desenvolver intervenções concretas no centro urbano integradas numa estratégia mais ampla de requalificação e valorização do espaço público. Estas intervenções incluem melhoria progressiva da iluminação pública, a reabilitação de arruamentos e praças, bem como ações articuladas com as forças de segurança, visando precisamente reforçar a presença e a prevenção e a segurança na área central, ou seja, estamos perante uma necessidade que já foi identificada e que está a ser tratada no terreno de forma planeada, responsável e enquadrado na estratégia municipal. -----

----- A bancada do Partido Socialista reconhece que esta é uma matéria dinâmica, que exige acompanhamento permanente e ajustamentos sempre que necessário, estando por isso disponíveis para acompanhar, avaliar e se for caso disso reforçar as medidas em curso sempre com base em dados concretos, articulação institucional e gestão criteriosa dos recursos públicos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Assim, entendendo a pertinência do tema, mas sublinhando que o município já está a atuar nesta área, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta, reafirmando o seu compromisso com a melhoria contínua do centro de Portimão com a segurança urbana e com a qualidade de vida dos seus cidadãos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Diogo Miguel Ferreira Coelho**, quero agradecer antes de mais ao voto favorável do Partido Socialista, que sim isto é um tema importante e já vê-se algumas zonas que não havia iluminação que têm, mas ainda existem muitas zonas em Portimão que falta iluminação, e é por esse motivo que esta proposta é apresentada para reforçar o que tem sido feito e para melhorar a cidade. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Ana Catarina Martins Sousa**, então, em resposta ao senhor deputado Diogo, reitero o que já foi dito da minha parte e em nome da bancada que como disse é uma matéria dinâmica, portanto estaremos sempre disponíveis para acompanhar e para ajustar as medidas consoante seja necessário. Obrigada, disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Reforço da iluminação pública e promoção da segurança urbana no centro histórico de Portimão e áreas circundantes - (subscrita pela Bancada do Partido chega)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	8	4	1	2	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Pereira Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que vai ali falar de algumas matérias que são importantes também e obviamente pôr ali em cima da mesa algumas das obras que estão a correr e em que ponto é que estão. -----



----- Dar nota que o procedimento do polidesportivo da quinta do Amparo chegou no final da semana passada o visto prévio com o visto favorável para que se entre em obra rapidamente. Por isso a quinta do Amparo será uma realidade, em breve irá entrar em obra. -----

Dar nota igualmente que o procedimento dos vinte e oito fogos também foi devolvido pelo tribunal com a recomendação que está isento e estando isento os vinte e oito fogos ao abrigo da alínea que foi colocada da lei da organização do tribunal de contas também estará obviamente os duzentos e quatro fogos. Por isso, estes dois procedimentos em breve também estarão formalmente em obra e com obra a começar a ser executada. -----

----- Falar aqui de um procedimento, inclusive vem a esta Assembleia Municipal num dos pontos que é a V2, o crescimento da V2 também é para entrar em obra, mas para isso precisamos de uma reprogramação financeira da obra, a obra ficou mais, o valor mais baixo do que aquilo que inicialmente estava estimado e se passar aquela alteração orçamental que aqui vem num dos pontos, este procedimento segue para adjudicação e a seguir segue para tribunal de contas. Para além disso, casa Manuel Teixeira Gomes dar nota que o procedimento também já está a decorrer, estamos a aguardar propostas e vamos verificar se efetivamente será desta que este foi um dos procedimentos que ficou deserto no ano passado no final do ano passado. ----

----- Um conjunto de informações que me parece que são relevantes e porque há pouco se falava de segurança, como sabem o senhor Presidente tinha solicitado à PSP nacional uma reunião, esta reunião já ocorreu e traz indicação da intenção do reforço de forças para o concelho, ou seja, este pedido já foi formalmente apresentado em Lisboa a semana passada, estamos a aguardar decisões, queremos acreditar que em breve já temos uma decisão favorável. -----

----- Foi igualmente também solicitado mais celeridade no parecer da videovigilância, porque era a última etapa que nos falta para a videovigilância na zona centro da cidade. Este procedimento tem estado na PSP a aguardar o parecer para que seja implementado e entremos em obra. Estamos a aguardar então que haja esta celeridade, queremos acreditar que o diretor nacional que recentemente tomou posse e a quem endereçamos igualmente os cumprimentos para sucesso das suas funções, que estas duas temáticas tenham relevância na nossa cidade. -----

----- Na semana passada também ocorreu uma reunião com a diretora da APA, isto porque também é uma preocupação as obras que nós temos na praia da Rocha e foi-nos informado que as obras que lá estão a ocorrer, provavelmente no final de junho, daquilo que foram os dados que nos deram, no final de junho estas obras estariam a ser concluídas. -----

----- Foi também alertada e foi mostrada a situação da arriba que isto vai entre o Cloque e a praia do Vau, porque obviamente isto é um espaço da esfera da APA ao qual o município a única coisa que poderá fazer é insistir para que aquela intervenção ocorra rapidamente, o mesmo ocorrendo na rua da Falésia que é aquela rua conhecida pelo outro bar, toda essa zona foi também referenciada para que haja uma intervenção por



parte da APA. Julgo que de informações é tudo, por isso fico ao dispor de todos os senhores deputados e da Assembleia Municipal para responder às questões que agora sejam colocadas. Obrigada, senhor Presidente. -

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que face às notícias recentes aos constrangimentos que se têm vindo a verificar e às sucessivas greves, algumas ocorridas e outras previstas para as próximas semanas nas escolas do concelho de Portimão, é impossível ignorar a dimensão do problema concreto. A falta de recursos humanos, em particular de assistentes operacionais, está a comprometer o funcionamento regular das nossas escolas. -----

----- Importa sublinhar ainda um outro ponto essencial. Esta não é uma realidade generalizada na região nem no país. É um problema que está particularmente concentrado no nosso concelho. São os trabalhadores das nossas escolas que hoje dão voz a esta realidade e fazem-no com toda a legitimidade, porque são eles que todos os dias garantem que as escolas funcionam, muitas vezes em condições difíceis com esforço acrescido e um sentido de responsabilidade que merece aqui ser reconhecido. Por isso, a primeira palavra tem que ser para eles, o nosso respeito, o nosso reconhecimento por todos os profissionais que apesar das dificuldades continuam a assegurar o funcionamento das escolas deste concelho. Dito isto, importa também ser rigoroso e por isso importa dizer que do ponto de vista formal os rácios estão a ser cumpridos. Já muitas vezes aqui o executivo referiu e os mapas do pessoal colocado nas escolas do concelho, isso parece demonstrar, mas sabemos igualmente que isso é o mais importante, que isso não está garantir o funcionamento normal das escolas. Esta não é uma situação nova, o PSD tem vindo ao longo dos anos a alertar reiteradamente para este problema. Temos dito de forma clara e consistente que não basta cumprir rácios, é preciso garantir que as escolas funcionam com normalidade, funcionam com estabilidade e funcionam com segurança. Hoje temos escolas com dificuldades em assegurar o seu funcionamento diário. Temos manifestações e concentrações à porta desta Câmara Municipal, temos trabalhadores sobrecarregados, temos falhas na vigilância e no apoio aos alunos e temos situações que chegam a comprometer serviços tão básicos como o acesso às refeições escolares, e se isto já é suficientemente grave o problema não se esgota na falta de recursos humanos. Também temos exemplos concretos da degradação da condição física dos estabelecimentos que agravam ainda mais esta realidade como já ouvimos esta noite uma docente aqui se queixar. -----

A título de exemplo a escola Manuel Teixeira Gomes após uma queda de uma árvore de grande porte durante este inverno verificaram-se danos que até hoje continuam por ser intervencionados. Este é o exemplo claro da falha de resposta atempada e quando não se intervém em tempo útil o que acontece é muito simples. Os estabelecimentos continuam a funcionar, mas funcionam muito aquém daquilo que é aceitável. A isto soma-se uma outra dimensão que importa aqui referir, a incapacidade de aproveitar de forma consistente os programas de financiamento disponíveis, perdendo-se oportunidades consecutivas de qualificação das



infraestruturas escolares. A falta de capacidade de planeamento e de execução que permita responder com rapidez a situações críticas e por fim uma prática que se tem vindo a tornar recorrente, a transferência de responsabilidades para as escolas através da atribuição de verbas que julgamos nós serem manifestamente insuficientes para resolver os problemas estruturais que as escolas enfrentam hoje em dia. -----

----- Meus senhores, minhas senhoras, não podemos confundir descentralização com desresponsabilização. Transferir recursos sem escala, sem meios técnicos e sem capacidade de resposta não resolve os problemas, apenas os desloca, e aquilo que vemos muitas vezes é precisamente isso, uma tentativa de gerir problemas estruturais através de pequenos reforços financeiros sem que haja uma verdadeira estratégia de intervenção. Isto não é um detalhe administrativo, é uma falha de funcionamento de um serviço público que é essencial. É acima de tudo uma realidade que afeta diretamente as nossas famílias e principalmente as nossas crianças. -

----- Acresce ainda de toda esta problemática um fator que continua a agravar um problema ano após ano, a dependência de soluções temporárias para responder às necessidades permanentes. Quando um sistema se socorre de vínculos precários ou de programas de curta duração, o resultado é inevitável. Quando esses trabalhadores saem como está a acontecer, fruto de melhores ofertas nesta altura no setor turístico as fragilidades tornam-se ainda mais evidentes. O que vemos hoje não é um problema novo e não nos parece muito sinceramente que venha a ser resolvido com o anúncio da contratação para breve de mais quarenta funcionários. Desde logo, com a previsível demora na concretização desses recrutamentos, agravadas, aliás por relatos de possíveis reclamações e eventuais impugnações judiciais que poderão ainda prolongar o procedimento, mas também porque esse número se afigura insuficiente face às saídas previsíveis e às necessidades já identificadas. -----

----- Senhora Vice-Presidente, senhor vereador, por isso as perguntas que hoje se impõem são simples e são diretas. Qual o número de trabalhadores atualmente ao abrigo de programas ocupacionais, julgo POC, que cessaram ou que se perspectiva cessarem funções nas próximas semanas. -----

----- Quantos assistentes operacionais colocados nas escolas estão atualmente deslocados para outras funções em diversos serviços deste município, que medidas estão previstas para mitigar o impacto destas saídas no funcionamento das escolas, que plano existe para garantir a estabilidade nas equipas de um futuro e quando deixará esta situação de se repetir todos os anos no nosso concelho? Porque aquilo que está em causa não é apenas uma gestão de recursos humanos, é o direito das nossas crianças a terem uma escola que funcione todos os dias. Uma escola que não funciona com normalidade não está a cumprir a sua missão. -----

----- Senhoras e senhores deputados, hoje não basta reconhecer o problema, já todos o conhecem, já todos o sentiram, já todos o viveram. Também não falta um diagnóstico, o que falta é decisão. É preciso dizê-lo com clareza, não é aceitável que ano após ano este problema se repita e que não haja uma solução para o mesmo. Não é aceitável que as escolas hoje funcionem no limite, não é aceitável que os trabalhadores estejam constantemente sobrecarregados, não é aceitável que as nossas crianças sejam as primeiras a sofrer as



consequências desta instabilidade, porque quando uma escola falha não falha um serviço, falha uma responsabilidade do estado e do município. -----

----- Senhora vereadora, senhor vereador com pelouro da educação, gerir não é apenas reagir quando o problema aparece. Gerir é antecipar, é planejar, é resolver de forma definitiva e aquilo que hoje aqui vemos é exatamente o contrário. Um problema conhecido, repetido e sucessivamente adiado. Isto tem que mudar, porque aquilo que está em causa não pode continuar a ser tratado como um problema menor. É a escola pública, é a confiança das famílias, é o futuro das nossas crianças e esse futuro senhora Vice-Presidente não pode continuar à espera. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, para dizer que vai fazer, vai focar ali três pontos distintos. O primeiro diz respeito ao documento que nos foi enviado, onde continuamos sem indicadores de desempenho que permitam avaliar de forma objetiva a atuação dos serviços. Sabemos o que foi feito, mas não sabemos com que eficiência nem se os serviços estão a cumprir prazos. Isto não é uma falha pontual, é uma falha persistente a exigência de indicadores que já foi aqui colocada e inclusivamente objeto de uma recomendação que foi aprovada nesta casa continua por cumprir. -----

----- Do ponto de vista financeiro há um desfasamento claro entre a narrativa e a realidade, a execução da receita parece elevada, mas assenta em grande parte no saldo transitado, enquanto a despesa executada é ainda muito reduzida, resultando assim num saldo negativo. -----

----- Há também sinais que exigem mais do que uma mera descrição, exigem análise profunda. -----

----- O aumento do número de agregados apoiados na habitação levanta uma questão que me parece importante. Estamos a resolver o problema da habitação ou continuamos a gerir apenas as consequências? --

----- O documento cumpre uma formalidade, mas fica bastante aquém daquilo que deveria ser uma verdadeira prestação de contas, e em segundo lugar eu gostava de referir que eu só tomei posse há seis meses e ainda só li três ou quatro desses relatórios que aparecem, aliás, três desses relatórios. Sensivelmente na página cinco repete-se um título que é assim, situação económico-financeira do município de Portimão, maio de 2020. Acho que se calhar podíamos atualizar este título para, não sei acho que isto deve lá estar desde maio de 2020, não sei se alguém tinha reparado. Agora, perante aquilo que hoje ouvimos aqui, eu queria deixar uma nota pessoal. Eu sou mãe de cinco filhos que frequentaram a escola pública em Portimão. Já são todos adultos e eu devo dizer que sinto um grande alívio por eles já serem todos adultos e terem ido à sua vida, porque quando eles frequentaram a escola pública em Portimão ela era mesmo boa e eu digo isto porque eles também frequentaram escolas privadas em Lisboa e as escolas públicas de Portimão eram boas. Tenho muita pena de ver aquilo por que passam hoje em dia os pais em Portimão e acho que perdeu-se aqui capital e quando nós estivemos aqui o ano passado eu assisti ainda enquanto membro do público aqui a uma sessão extraordinária dedicada à educação, parecia até estar tudo bastante bem encaminhado e bem



organizado, mas de facto, quando nós contactamos com outros pais e encarregados de educação não é de todo isso que se vive e as pessoas têm muita dificuldade em conciliar o trabalho que ainda por cima aqui tem uma especificidade muito particular que as pessoas têm que trabalhar durante o verão, é complicado e eu como mãe sinto isso e tenho pena que se tenha chegado a este ponto. Obrigada. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **João Pedro Baía Mendes Martins Nunes**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esta informação que hoje lhes é ali apresentada, isto não pode ser apenas lido como um documento técnico. Nós entendemos que isto, temos que ver isto como aquilo que verdadeiramente é e continua a ser um retrato político desta governação deste executivo, e esse retrato para nós continua a levantar sérias preocupações. Nós temos um documento com mais de uma centena de páginas que inclui variadíssimas informações como a execução orçamental, os indicadores financeiros, descrição de atividades, dados operacionais, etc. no entanto, aquilo que é o elemento central daquilo que devia ser uma informação prestada pelo Presidente, que seria uma leitura política clara sobre o estado do concelho não está minimamente densificado nem permite que nós consigamos perceber o que é que efetivamente foi feito para melhorar a vida dos portimonenses, porque é assim se nós temos muita informação, há pouca interpretação da informação que nos é prestada e depois não existe nenhuma responsabilização pelas informações que acabam por ser negativas e nós entendemos que isso não é por acaso. Isto é uma opção do executivo para mascarar com números aquilo que tem sido em alguns setores uma má governação. -----

----- Olhando para este documento, ele admite expressamente resultados líquidos negativos de sete ponto cinco milhões de euros, que há um agravamento significativo face ao período anterior. A nível operacional o resultado também é negativo na ordem dos sete ponto quatro milhões de euros e isto pinta um quadro que é não apenas um desvio pontual. Nós estamos aqui perante uma tendência estrutural de desequilíbrio deste município que se tem vindo a notar nas informações prestadas anteriormente e que continua e neste momento tem-se vindo a agravar, e isto exige uma resposta do executivo e não apenas explicações técnicas. Nós temos que perceber o que é que pode ser feito para inverter esta tendência. Depois também é sempre feita aquela menção pelo executivo ao nível de execução de receita, mas como também já disse aqui a senhora deputada da Iniciativa Liberal temos que clarificar uma questão que é a composição dessa execução dessa receita, oitenta por cento tem origem em receitas de capital e dentro dessas uma parte muito significativa corresponde a saldos de gerência anterior. O que é que isto significa? Que não estamos perante uma receita gerada no exercício, mas estamos a utilizar recursos que estavam acumulados anteriormente, ou seja, o município está em larga medida a sustentar-se com base nos resultados que vêm de trás e isto aqui conjugado com outros elementos como a execução da despesa de capital que está em cerca de dois por cento, isto é elucidativo da aparência de atuação deste executivo, mas de facto na inoperância, porque isso vemos diariamente, até tivemos aqui a intervenção inicialmente que até, eu andei na escola Manuel Teixeira



Gomes há vinte anos atrás e já há vinte anos atrás a escola precisava de obras e aparentemente ainda não teve intervenção. Quer dizer, quando estamos aqui num município que tem desafios sérios na área da habitação, mobilidade, a requalificação urbana, do edificado escolar, tudo aquilo... quanto mais elementos pudéssemos elencar mais críticas havia a apontar e nós vemos que depois o nível de investimento é manifestamente insuficiente para as necessidades do concelho, e isto aqui não é uma questão de ideologia de política, não, isto é a vida dos portimonenses e é qualidade de vida que nós queremos conferir a todos os portimonenses, porque temos das cargas fiscais mais elevadas do país a nível concelhio e continuamos sem perceber depois a nível de qualidade de vida onde é que essa carga fiscal é empregue e isso aí depois também reflete a incapacidade de resposta do município aos problemas dos portimonenses. -----

----- Avançando no documento, depois também conseguimos verificar que cerca de noventa e dois ponto cinco por cento da despesa é despesa corrente e o que é que isto se traduz? Isto traduz-se que temos aqui um fortíssimo peso de funcionamento que é aquilo que é suportado e depois temos uma margem muito reduzida para investir e efetivamente mudar a vida dos portimonenses e em termos práticos o município está sempre a assegurar o presente, mas depois compromete ali com o futuro em termos de melhorar condições de vida ou realizar obras que são necessárias e por aí adiante, e já à semelhança do que foi referido, na última vez que aqui estivemos foi discutida informação do senhor Presidente, voltamos a debater a questão dos compromissos assumidos, é que cada vez mais temos mais compromissos assumidos e empurrar compromissos para a frente e compromissos para a frente são quase setenta e cinco milhões de euros e, entretanto, o que vimos é que os exercícios atuais estão sempre com prejuízo, estamos sempre a funcionar, se estivermos sempre a funcionar nessa ótica vamos chegar lá à frente e não vai haver margem de manobra para decisões futuras e vai sempre aumentar e haver um considerável aumento da pressão financeira estrutural dentro do próprio município em que vai manietar e depois não permite que o dinheiro seja empregue onde ele efetivamente tem de ser e isso depois também se calhar traduz-se um bocadinho pelo indicador a seguir que eu ia referir são os indicadores económicos do município. Temos uma diminuição da receita do IMT e uma quebra significativa na derrama. Quer dizer, compreendemos que estamos perante uma situação em que temos um abrandamento económico por causa das receitas a nível internacional e tudo mais e que se calhar pode-se traduzir num menor dinamismo empresarial, mas também temos que ponderar se isto não será pelas empresas e os investidores a escolherem outros concelhos em vez daquele que tem maior carga fiscal ao nível do Algarve, se calhar será esse um dos princípios, nos fundamentos que obsta que sejamos um polo de desenvolvimento e de investimento para quem tem capital para investir e quem gostaria se calhar de se fixar aqui no Algarve numa cidade que é atrativa a todos os pontos com exceção porventura da mobilidade e da carga fiscal e falta de habitação. -----

----- Depois, existe outra questão aqui que também é importante que o documento dedica uma parte grande substancial a mencionar as atividades que se desenvolveram, como eventos realizados, iniciativas



promovidas, indicadores de atividade. Só que existe uma distinção que é muito importante e que cremos que também deveria ser feita e que também gostaríamos que o fizessem. A atividade não é sinónimo de resultado, porque nós olhamos para este documento e corrijam-me se eu estiver errado, senhora Vice-Presidente, de forma clara eu não consigo ver uma resposta clara, que impacto é que estas iniciativas tiveram na vida dos portimonenses, que problemas estruturais é que foram resolvidos e que objetivos estratégicos é que foram alcançados. Se me conseguir elucidar nesse ponto eu agradecia-lhe, porque olhando aqui isto já quase em jeito de conclusão, olhando para este documento nós conseguimos pintar um quadro que isto é uma gestão orientada para o curto prazo, como há um bocado também foi referido que estamos sempre a resolver problemas pontuais ou atirar dinheiro para cima de problemas que deveriam ser reparados de uma forma estrutural e abordar a raiz do problema em vez de atirar dinheiro para cima do problema. É notório que existe uma ausência de estratégia clara para a transformação do município em si, mas dificuldade em introduzir recursos empregues e dinheiro empregue em resultados estruturais. Nós entendemos que aqui, verifica-se aqui que existe execução sim, mas nota-se que existe uma falha de direção e há gestão, mas por vezes também não há visão base em algumas questões. -----

----- Senhora Vice-Presidente, esta informação cremos que não deve ser apenas um exercício de uma prestação de informação formal, mas isto deveria ser um instrumento de avaliação política do exercício deste executivo e aquilo que ou menos nós retiramos deste documento é que apresenta resultados financeiros negativos e evidencia uma baixa capacidade de investimento, depende de recursos acumulados no passado e continua a assumir compromissos que vão condicionar o futuro e vão condicionar outras medias no futuro e isto cremos, ou mesmo da nossa opinião deveria impor uma reflexão séria de todos os presentes nesta casa, porque o que não está em causa não é apenas o exercício em 2026, é o rumo do concelho de Portimão no futuro e nos anos que aqui vêm. Esse rumo exige clareza, estratégia e responsabilidade política para sabermos para onde é que Portimão vai e para onde é que os portimonenses poderão esperar que este executivo o leve. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente **Sandra Maria Pereira Duarte**, dar aqui duas notas e para esclarecer já aqui algumas situações que surgiram. Relativamente aos assistentes operacionais, obviamente não é, nós estamos sensíveis com a temática e com a problemática que está aqui no concelho. Seria estar a fechar os olhos se não sentíssemos na pele aquilo que está a acontecer no nosso município. Para além disso, dar nota de que obviamente e isto está a ocorrer numa fase letiva que é complicada, que é complexa porque estamos às portas dos exames nacionais. O município, neste caso o executivo tudo tem feito para que haja esta aproximação ao sindicato para percebermos aquilo que o próprio sindicato quer reivindicar de viva voz, está marcada uma reunião e daí que em devido tempo havemos de encontrar soluções, o caminho acho que é de convergência e de nos sentarmos à mesa e encontrar aqui soluções, mas sobre as



escolas e depois passo aqui ao meu colega vereador José Cardoso para que possa dar mais algumas informações sobre esta temática. -----

----- Sobre aquilo que é a informação escrita e aqui em resposta ao senhor deputado João Martins, falou de resultados líquido do exercício negativo, falou de resultados operacionais. É dar-lhe nota que isto não é uma prestação de contas. Os resultados só se fecham no fim, não estamos a fechar nesta fase nem é possível nesta fase estarmos a colocar resultados líquidos positivos porque há aqui custos diferidos acrescem de pagamentos, há uma série de panóplia de contabilizações que são só devidas no final do exercício económico e que não é em março. Elas ocorrem no final do exercício. -----

----- Depois, falou de outra temática que tem a ver, põe aqui o ónus na questão e para o corrigir e vou fazer isso, vou-o corrigir. A receita que aqui fala que tem grande peso o saldo de gerência, é verdade tem e porque se lembrarem, aprovámos o saldo de gerência neste órgão, nesta Assembleia Municipal e como tal a partir do momento que é aprovado e que é integrado nas contas faz parte integrante da receita e obviamente tem de ser contabilizada como tal e começa a contar na percentagem que obviamente está aqui em grande causa. Estamos a falar simplesmente do exercício para três meses, nós não estamos a falar no exercício ainda de um ano inteiro e é normal que nesta fase a receita esteja nestes parâmetros. -----

----- Também dar-lhe nota que nalguns indicadores obviamente àquilo que é o período homólogo estamos um pouco mais acima e noutros um pouco mais abaixo. Agora que estamos a acompanhar, isso estamos. Não digo diariamente, mas semanalmente esse exercício é feito porque é pedido aos serviços, os serviços vão fazendo a monitorização e vamos dando ao executivo os números relativamente aos impostos que são cobrados, às taxas que são arrecadadas, à receita que entra, em especial à receita que entra por outras vias que não só de impostos, porque obviamente a Câmara não é só impostos. Há fundos europeus que obviamente que os pedidos de reembolso são pagos em determinados meses e é nesse momento em que nós fazemos esta contabilização, a partir do momento em que entra na conta é a partir daí que se faz a contabilização. Nem sempre ocorre nos meses que nós pretendemos que também advém do plano de pagamentos a entidades externas. -----

----- Relativamente às questões que falou sobre a informação escrita e de não termos aqui uma visão estratégica que permita discordar, este documento para já tem que ser transparente e tem que transmitir aquilo que os serviços próprios fazem no dia-a-dia, porque se não fosse assim os senhores chegariam aqui e iriam dizer, mas o que é que fazem se não vem uma informação escrita estruturada de forma a que nós sabemos o que é que há, que serviços há, o que é que estão a fazer nos seus gabinetes e obviamente o executivo aqui também precisa de estar elucidado e perceber aquilo que está a ocorrer lá fora ou nos serviços, ou os departamentos, seja onde for porque é uma visão que nós precisamos de ter acesso a ela. Nós e os senhores que são os órgãos fiscalizadores. Eu acho que transmiti tudo, vou passar a palavra aqui ao meu colega vereador José Cardoso. Obrigada. -----



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai só ali dar algumas notas complementares relativamente a este assunto e no seguimento das intervenções que foram feitas fazer ali algumas notas. Como a senhora Vice-Presidente já referiu, este executivo obviamente está completamente sensível e preocupado com o novo quadro de reivindicações e de ações que estão previstas para as próximas semanas considerando que elas obviamente têm aqui um grande impacto na comunidade escolar e na vida do município e pelo facto de termos pedido uma reunião com o sindicato para obviamente se procurar aqui aproximação através do diálogo, eu também vou-me escusar de fazer aqui alguma, deixar aqui algum espaço também para essas conversações, mas vou fazer aqui algumas considerações sobre o estado daquilo que é a questão da educação na perspetiva que todos aqui conhecemos e da perspetiva daquilo que também está a ser feito por nós. -----

----- Em primeiro lugar, queria dizer que este executivo está perfeitamente e sempre solidário e consciente da necessidade e de todas as formas de reivindicação laboral, não só do pessoal não docente, como do pessoal docente dos professores da escola pública, por motivos que são óbvios. Se nós tivermos profissionais não docentes, pessoal não docente e professores na escola pública com carreiras valorizadas, nós obviamente temos uma escola pública de maior qualidade. Isso para nós enquanto município é do interesse público por motivos que são óbvios e também para o município de Portimão é obviamente um motivo facilitador da nossa intervenção, ou seja, se eu tiver carreiras de pessoal não docente e professores, neste caso, o pessoal não docente que são da nossa responsabilidade, com outras condições laborais e com maior valorização, nós temos muito maior capacidade de reter pessoas nas escolas quando fazemos concursos, que as pessoas se mantenham no quadro das escolas, que as pessoas não fujam das escolas à primeira oportunidade de concorrer a um concurso da função pública para outras áreas até mesmo para o município como ocorre, ou a trabalhar para outros setores que empregam e se calhar pagam melhor e reduzir esta instabilidade na contratação e na retenção de pessoas absolutamente necessárias ao funcionamento das escolas e que são essenciais ao funcionamento das escolas. Nós temos estado em reuniões com alguns interlocutores, estamos nomeadamente nos auxiliares de ação educativa nas mais diversas áreas. Também temos perfeita consciência de que hoje, à data de hoje, o mero cumprimento dos rácios que a portaria 727 permite calcular para as escolas de acordo com o nosso quadro de alunos e a nossa realidade dos nossos agrupamentos, claramente não serve as necessidades da escola pública hoje em Portimão, ou seja, o que é que isto quer dizer? Isto quer dizer aqui duas ou três coisas e pegando agora aqui também um bocadinho numa ideia que foi partilhada pelo deputado Vítor Couto na sua intervenção. Esta questão da descentralização e da desresponsabilização também tem aqui um patamar nacional municipal. É mais do que sabido que também estão aprovadas um conjunto de recomendações para que haja a revisão dos rácios por parte do governo, eu penso que a última vez que houve atualização da portaria foi em 2021. Nós estamos numa região em que a população cresce



todos os anos, a nossa população escolar cresce todos os anos, onde temos sido confrontados com a necessidade de abertura de salas e seja através da construção de novas escolas, ou da abertura ou mera abertura de salas nós estamos sempre a falar de mais pessoal e estamos a trabalhar com os mesmos rácios que a portaria calcula. O que é que isto quer dizer? E voltando aqui um bocadinho atrás. Nós na transferência de competências recebemos uma verba para pagar pessoal não docente. Nós à data de hoje e dar aqui este número para ajudar à reflexão. Nós à data de hoje temos entre técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais cerca de quatrocentas e cinquenta pessoas nas escolas. Os CEI que temos nas escolas são em número idêntico àqueles que estão em falta para cumprir os rácios que o deputado Vítor Couto disse e bem que estão cumpridos, mas com recurso a esta contratação de CEI temporários porque efetivamente não responde às necessidades das escolas e não é isso que nós queremos ter na nossa realidade das nossas escolas, mas se eu vos disser que a verba transferida do Ministério da Educação para o pessoal não docente paga trezentas e cinquenta pessoas, portanto estamos a falar de cerca de cinco milhões de euros, nós hoje com estes quatrocentos e cinquenta que são deficitários para o funcionamento das escolas estamos a gastar oito milhões de euros. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que, e primeiro esta ideia-chave. Nós vamos mesmo ter de colocar este assunto à consideração da tutela. Nós não podemos ter uma competência que foi recebida com recursos para a executar e já não estou a falar das escolas e das instalações, estou a falar agora meramente do pessoal. Isto é ter uma verba associada a essa competência que é manifestamente insuficiente, há necessidades de contratar pessoas que são da nossa alçada e que foi transferido pelo estado para as escolas funcionarem e nós estamos a falar de uma realidade em que já gastamos bastante mais dinheiro do que aquele que recebemos num quadro em que manifestamente os rácios são insuficientes. -----

----- Voltando aos rácios, nós vamos ter que tomar esta posição, não tenho dúvidas sobre isso. Este executivo sai de uma eleição de há poucos meses, é um novo quadro político, é um novo executivo, há novos protagonistas nas áreas. Nós vamos ter que ter aqui uma abordagem completamente diferente e mais ambiciosa em matéria de educação. O que é que isto quer dizer? É óbvio que não é possível continuar a abrir concursos para cumprir os rácios que existem, sejam eles revistos ou não. Nós vamos ter que propor essa revisão, nós vamos ter que fazer chegar essas necessidades à tutela, mas nós vamos ter que ter uma ambição diferente em matéria de recrutamento de pessoal para as escolas e manifestamente pessoal não docente. Nós vamos ter que começar a trabalhar acima dos rácios e vamos ter que trabalhar acima dos rácios num quadro das necessidades que estão identificadas e que perfeitamente se percebe que hoje são insuficientes para que as escolas funcionem com qualidade, porque nós somos o município que cresce, se calhar há outros municípios que não têm esta realidade que têm menos pressão, menos comunidade escolar, eu não sei se em Lisboa esta realidade se verifica, não sei se é só aqui em Portimão, se é nos municípios maiores do Algarve, mas a verdade é que aqui eles não servem e não servem e nós de facto temos de ter



obviamente outra abordagem, mas também temos que exigir as condições para poder fazer essa contratação. Portanto, nós estamos a trabalhar no quadro dos concursos que estão abertos para colocar as pessoas que estão em falta, portanto neste momento das quarenta pessoas que estão em falta de pessoal não docente mais as que estão em falta nas cozinhas. Também sabemos que neste momento há uma grande necessidade de pessoal também a nível dos refeitórios e das cozinhas, mas vamos ter que olhar para isto com outra ambição e vamos ter que reforçar esta colocação de pessoas. Isso pode passar pela abertura imediatamente a seguir de algum concurso de imediato e do reforço de pessoal acima dos rácios e daquilo que são os rácios que estão definidos pela portaria para de uma vez por todas conseguirmos conter este assunto, este problema que se verifica há vários anos e que não pode continuar a verificar-se de andarmos aqui a correr atrás do prejuízo em que abrimos concurso e quando abrimos concurso os rácios estão cumpridos, ou estão cumpridos com CEI e depois quando o concurso acaba já nem sequer estão cumpridos porque as pessoas entretanto já saíram e já estamos a correr atrás do problema. Isto manifestamente não pode acontecer e nós temos perfeita consciência disso, vamos também dialogar com os presidentes dos trabalhadores para perceber também de que forma, que propostas é que também têm em cima da mesa. Agora, vamos fazer, queremos fazer isto num quadro de diálogo, de serenidade e de pareceria com os agrupamentos, com os parceiros, com a comunidade escolar. Registrar que o PSD nos pediu uma reunião sobre esse assunto com a qual tivemos uma reunião também produtiva onde pudemos esclarecer algumas coisas e temos estado em diálogo sobre isso. Vamos agora falar com o sindicato, mas a verdade é que nós temos perfeita consciência disto e temos que ter aqui uma abordagem e uma ambição completamente diferente. Este executivo é novo, nós tivemos um orçamento aprovado em março, só em abril é que conseguimos fazer os acordos de transferência das verbas de gestão que são atribuídas aos agrupamentos escolares no âmbito das suas competências que são delegadas e aqui deputado Vítor Couto queria dizer que não estamos a falar de uma desresponsabilização. Essa desresponsabilização se calhar é maior do estado para os municípios do que de nós para os agrupamentos, porque nós e dar aqui outra nota, nós aquilo que estamos a dar às escolas e aquilo que acordamos protocolar com as escolas é feito em concertação com as direções escolares e eles pedem-nos para ter essas competências e para ter essa capacidade de intervenção. -----

----- As grandes obras são nossa responsabilidade e nós vamos ter que as executar, mas há pequenas intervenções, há intervenções de manutenção que podem ser feitas num quadro dos agrupamentos e dizer-vos que, por exemplo, em termos de manutenção de equipamentos escolares o município recebe cerca de quatrocentos a quinhentos mil euros da administração central. Este ano transferimos cerca de três milhões para às escolas para fazer obras, nomeadamente na escola secundária Manuel Teixeira Gomes onde está prevista uma grande intervenção de reparação de todo o edificado. Isso não resolve o problema, é uma abordagem diferente porque é uma estratégia diferente que queremos que seja uma nova abordagem na capacidade de intervenção do município e dos próprios agrupamentos na gestão dos equipamentos das



escolas, o pessoal não docente e todas as competências que estão associadas, mas obviamente as grandes obras vamos ter que ser nós a fazê-las. Este ano vamos conseguir lançar duas empreitadas de grandes obras, nomeadamente a da escola Chão das Donas que já tem um projeto de execução concluído e uma nova escola para o agrupamento Nuno Mergulhão na antiga escola de hotelaria e também já tem o projeto concluído, vai decorrer o processo de concurso da empreitada de obras públicas, é o que é, nós sabemos como é que é os concursos das empreitadas. Outras intervenções estratégicas estão a ser projetadas para ser lançadas nos próximos anos e nós queremos acelerar estes investimentos e queremos efetivamente, mas acima de tudo queremos ter aqui uma postura e uma ambição muito diferente na colocação de pessoas, porque temos perfeita consciência de como as coisas estão não servem. Não servem o município e não serve a comunidade escolar, nem os interesses das nossas escolas. -----

----- As outras questões, agora, há aqui questões que são estruturantes e que só efetivamente o governo pode resolver e nós vamos ter muito cuidado a fazer chegar essas preocupações e associarmo-nos a essas preocupações para dar nota à tutela que efetivamente é preciso fazer algumas mudanças, desde logo nos rácios e no reforço da verba para pessoal para que isto seja sustentável, porque o município tem esta competência, mas tem muitas competências e a vida da cidade e o orçamento municipal também se divide por muitas áreas de intervenção que são fundamentais à vida das pessoas, sendo esta uma delas central, mas não é a única e as verbas não são de facto, não há um poço sem fundo de dinheiro que possa, onde possamos tirar dinheiro para cima dos problemas e não pedir que eles sejam estruturalmente resolvidos onde eles podem ser estruturalmente resolvidos. -----

----- Queria dar esta nota também para vocês terem esta perceção de facto de que nós temos consciência do problema, estamos a trabalhar nele, estamos em diálogo também com a comunidade escolar e com um conjunto de interlocutores, queremos ter uma reunião com o sindicato ainda esta semana que está prevista, portanto não nos vamos pronunciar sobre isso nesta fase, mas temos aqui já um conjunto de preocupações de natureza estratégica e estrutural que são óbvias e têm que ser atacadas e que só com a resolução destes problemas é que poderemos ter aqui também uma abordagem totalmente sustentável sobre esta matéria e uma intervenção que sirva toda a comunidade escolar, mas que também defenda e que capacite o município para ter aqui um respaldo para exercer estas competências com toda a sua legitimidade e isto não se pode fazer a custo só de um mero orçamento municipal sem os devidos ajustes regulamentares e laborais e legislativos que têm que ser feitos nesta matéria portanto, e, volto a dizer aquilo que disse no início. A escola pública só tem a ganhar com as carreiras da comunidade escolar devidamente valorizadas, isso é inequívoco, porque é a única forma de reter pessoas, é a única forma de atrair professores para o Algarve, é a única forma de reter profissionais não docentes nas escolas, é que eles tenham condições e não queiram à primeira oportunidade sair para fora da escola, porque este é um desafio que não tem resolução se, nós podemos ter, nós podemos passar a vida a contratar pessoas todos os anos acima dos rácios e a pôr pessoas nas escolas e



a contratar e a reforçar, mas se as carreiras não estiverem devidamente valorizadas, se não houver condições e as pessoas continuarem a querer sair à primeira oportunidade, o que é legítimo, vamos ter sempre este problema e há aqui responsabilidades que são supramunicipais que têm de ser entendidas e eu dava-vos esta nota para que também sejam sensíveis e que percebam que há aqui também um trabalho a fazer nesse campo e a exigir também a quem de direito, nomeadamente à tutela, ao governo que também olhe para este problema, porque este problema estrutural também pode ter aqui um papel fundamental na resolução. Da nossa parte estaremos cá para assumir aquilo que são as nossas responsabilidades com todo o empenho, vamos trabalhar afincadamente para mudar aqui o paradigma e a nossa estratégia e a nossa ambição nalgumas áreas, nomeadamente na questão do pessoal, mas não podemos efetivamente atacar as áreas que não são da nossa responsabilidade, nas nossas vamos estar cá para assumir responsabilidades. Portanto, da nossa parte podem sempre contar connosco para um diálogo construtivo sobre esta matéria, a comunidade escolar toda ela pode contar connosco e com a nossa abertura para resolver os problemas sempre solidários com toda a comunidade escolar e sempre com foco na resolução dos problemas, sei que os partidos todos aqui sentados também estarão disponíveis para isso, não tenho dúvidas nenhuma disso. Agora, há outros que temos que atacar noutras frentes e temos que também ser sensíveis a isso. Eu não sei se me esqueci de algum ponto específico, mas acho que de uma forma global tentei passar aqui uma perspetiva mais estrutural e um pensamento mais estrutural sobre esta questão. Obrigado. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, para dizer que a informação escrita que hoje analisaram confirma aquilo que já havia sido referido nos meses anteriores e que já foi dito também pelos outros grupos parlamentares. No entanto, na sequência do referido pelos representantes do executivo, esperamos legitimamente que o município assuma uma posição mais estratégica com os recursos disponíveis com a margem de endividamento existente e com a estabilidade alcançada expetável, uma maior ambição no investimento público, na qualificação do território, na resposta a desafios estruturais como a coesão urbana, a requalificação dos espaços públicos, entre outros. Esperamos um saldo qualitativo na ação política. Lembramos que a governação municipal não pode ficar confinada à gestão corrente, tem de evoluir para uma lógica de antecipação, planeamento e concretização estratégica. Aguardamos que no fim do exercício de 2026 a estabilidade financeira se traduza de forma clara e consistente em desenvolvimento efetivo para Portimão, porque gerir bem o presente é importante, mas governar é acima de tudo não adiar o futuro projetando de modo estratégico com políticas públicas responsáveis e transparentes. Obrigada. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, analisando este extensivo documento, desde já tenho a salientar que nas páginas noventa e um a noventa e três o quadro está ilegível, não sei se alguém também tinha reparado ou se é só problema com o meu computador. -----



----- Passando ao seguinte que é, há efetivamente aqui muita liquidez, muitos fundos, uma boa margem de dívida, mas temos uma baixíssima execução de investimento e agravamento dos resultados líquidos. Não obstante o que a senhora Vice disse, a execução da despesa é de apenas doze ponto quarenta e seis por cento no primeiro trimestre e a despesa de capital investimento apenas dois ponto sete do orçamentado. Que investimentos estão atrasados ou por executar? Da análise ao documento não é possível aferir. -----

----- Em segundo, qual a taxa real de execução de investimento se forem excluídos os compromissos apenas assumidos, mas ainda não concretizados. Que explicação existe para a baixa execução do investimento municipal, apesar da melhoria da margem de endividamento? Este relatório indica setenta e cinco ponto quatro milhões de euros em compromissos assumidos e não pagos, mais trinta e três por cento do que no período homólogo. Que compromissos então são estes e qual é o seu calendário de liquidação. Este aumento de compromissos não pagos demonstra um desfasamento preocupante entre planeamento e capacidade de execução. -----

----- Mais, a taxa turística aumentou vinte e seis ponto quarenta e dois por cento. Isto quer dizer que do montante arrecadado em projetos concretos foi ou será aplicado o fruto desta taxa. O executivo pode descriminar a percentagem da taxa turística que está a ser reinvestida diretamente no reforço da limpeza urbana, segurança e mobilidade? -----

----- Aqui outro ponto tem a ver com o número de atendimentos e requerimentos no balcão único. Podemos aferir que este número diminuiu em relação ao período homólogo e queremos perceber se esta redução resulta de uma menor procura fruto da digitalização ou mesmo da degradação do serviço. -----

----- Também as reclamações registadas no balcão único municipal aumentaram significativamente e queremos perceber quais são os principais motivos destas reclamações e em que medidas corretivas foram tomadas. -----

----- Também queremos aqui perceber porque foram atribuídas cento e seis bolsas de estudo se o executivo prevê reforçar a verba para as bolsas de estudo face ao aumento do custo de vida e também qual é a razão para Portimão continuar a acumular disponibilidades financeiras enquanto persistem problemas estruturais no concelho, não falando já aqui da habitação porque já sabemos que foram construídos fogos, continuam a ser construídos, mas também falamos aqui da mobilidade, da requalificação urbana, da manutenção dos espaços e equipamentos que não conseguimos observar efetivamente mão do executivo nestes aspetos. -----

Como nós sabemos Portimão é uma cidade linda e imaginem o quão linda ainda mais seria se ao descer as escadas do paraíso do Vau as escadas não estivessem no estado em que estão, ou se a ponte pedonal por cima da V6 não se estivesse a desfazer aos bocados que também foi falado na última Assembleia. Até agora não temos visto intervenção também do município nesse aspeto. Podemos tentar pensar como seria passear no casco velho de Portimão e não ter uma enormidade de casas a desfazerem-se aos bocados, bem sabemos que os proprietários é que são responsáveis pela sua propriedade, ok, aí é tudo certo, mas a autarquia deve



zelar pela vida em comunidade e não me parece que ter uma quantidade de edifícios ao abandono em risco de queda e alguns mesmo em queda consumada tal como aconteceu ali to da ponte com o edifício que com as tempestades foi ruindo e que sejamos zelosos e a autarquia nestes casos pode e deve intervir. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, antes de mais, quero agradecer a exposição e a transparência com que o senhor vereador aqui falou sobre a questão da educação. Dizer que o PSD compreende as dificuldades que enumerou, mas dito isto também quero recordar que numa fase ainda muito embrionária da descentralização em matéria da educação, foi este município um dos primeiros que quis ficar com essa responsabilidade, e o senhor vereador estava nesse executivo, ou estava pelo menos ligado ao executivo. Portanto, não podemos dizer que fomos obrigados. Não, Portimão quis essa descentralização, Portimão quis estas competências, portanto agora não é momento para dizer e para culpar outros, até porque o PSD eu lembro-me perfeitamente nesta casa perguntar se o envelope financeiro era suficiente e disseram que sim, estava tudo, não havia problema nenhum, portanto agora virem-me dizer que o envelope financeiro não chega, que é insuficiente, que é preciso renegociar, isso cheira-me um bocado a desculpa, mas isso é passado e o que interessa é o futuro e por isso eu tenho só duas questões a colocar muito rápidas. Preocupando-me com o futuro e sabendo que os quarenta assistentes operacionais que estão previstos ser contratados é um número insuficiente e tendo em conta que o concurso tem setenta e um candidatos aprovados, eu questiono muito diretamente se está disponível para aumentar o número de funcionários a contratar, em vez de ser quarenta ser um número mais robusto, e também questiono ainda como é que pretende valorizar as carreiras desses auxiliares de ação educativa, uma vez que estava aqui há um bocado a falar sobre essa temática. Fico por aqui. Obrigada. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, há uma piada que termina com, se eu disse que arranjava a porta é porque arranjo, não é preciso estar a perguntar todos os anos e aqui acontece um pouco isso. Com a replantação de árvores que estamos a fazer e que vamos fazer, com a parte da mobilidade que estamos a fazer vamos fazer, mesmo com casos básicos identificados e que seriam de rápida resolução e agora com as obras da Teixeira Gomes também ouvimos muito essa questão. Nós vamos fazer e nós queremos mesmo que seja feito, é uma coisa que nos preocupa que é a entrega de verbas, é uma escola, verbas de milhões para intervenções estruturantes. Parece-me que a escola não tem capacidade técnica para lançar concursos de engenharia para fazer o acompanhamento e eu gostaria de saber sendo essa uma preocupação nossa, de que forma é que o município dá apoio a um agrupamento escolar para implementação de obras de milhões de euros na parte da edificação. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Pereira Duarte**, a deputada Mónica não está na sala, mas aproveito para responder. Aqueles setenta e cinco milhões que estão de compromissos plurianuais obviamente são de procedimentos concursais que decorrem e que têm



e por ano surgem aí e exemplo disso é a própria habitação e a própria quinta do Amparo, cujos procedimentos não se concluem, iniciam-se este ano, mas a sua execução é durante a obra e as obras obviamente não começam agora e não vão logo terminar no próprio ano, não é? Estamos a falar que há para as empreitadas a cumprir e o escalonamento financeiro, os compromissos plurianuais melhor dizendo acompanham o escalonamento que está previsto nas obras, e se a execução financeira está a acompanhar a execução física e se nós vemos que há necessidade e depois reajustar no futuro, assim o faremos. Não sei se ficou aqui alguma questão relativamente ainda às contas e àquilo que foi aqui indicado, mas sobre a educação ia passar aqui ao meu colega José Cardoso. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, senhor deputado Vítor Couto, não me ouviu dizer que nós fomos obrigados a receber a competência, não foi isso que eu disse. Nós obviamente recebemos a competência, decidimos recebê-la dois anos antes dela passar a ser obrigatória. Portanto, ela seria obrigatória para todos os municípios, portanto mais vale antecipar o trabalho e recebê-la do que empurrar o problema para a frente, nunca foi essa a nossa postura. -----

----- Sobre envelopes financeiros, eu acredito, não fazia parte do executivo nessa altura, acredito que ele até servisse à data. Agora, estamos a falar de um crescimento de alunos e de turmas muito grande que se deu desde então até aos dias de hoje, que obviamente esse envelope tem necessariamente de ser revisto e foi por isso que eu dei o exemplo dos números que temos hoje onde ele já é bastante deficitário mesmo estando em falta as pessoas que estão em falta nas escolas. Portanto, ele tem mesmo de ser revisto e cabe-nos a nós fazer levantar essa questão. -----

----- Sobre a questão de ir além dos quarenta, eu acho que fui claro que estamos disponíveis para isso, eu acho que fui bastante claro na intervenção que fiz e disse que temos de ter outra ambição na colocação de pessoas. Portanto, acho que fui bastante claro, o concurso tem setenta pessoas qualificadas, portanto nós vamos trabalhar com essas setenta e perceber o que é que temos que fazer, porque obviamente acho que fui claro nessa questão. -----

----- Sobre a escola secundária Manuel Teixeira Gomes, deputado Bruno Candeias. Bem, a escola secundária Manuel Teixeira Gomes, enfim, não vale a pena andar para trás, mas ela também é um exemplo de uma transferência de competência envenenada, porque ela é uma escola secundária com quarenta anos e foi-nos transferida naquele estado já sem qualquer obra e o município pronto que se desenrasque e que faça agora as intervenções. Nós não transferimos para as escolas verbas para obras de milhões. Nós transferimos uma verba significativa para obras de manutenção, nenhuma delas é uma obra de milhões, são obras de algum valor, mas são de manutenção, portanto não são obras de milhões. O apoio técnico que for necessário nós daremos, mas essas obras de manutenção, todas elas as que estão previstas, os agrupamentos declararam-se perfeitamente capazes de fazer aquelas intervenções no quadro daquilo que é a complexidade técnica e o valor das próprias obras. -----



----- Sobre a valorização das carreiras do pessoal não docente, ó senhor deputado Vítor Couto, eu acho que é bastante óbvio aquilo que eu disse, isso compete ao governo. Nós obviamente achamos que isso é uma prioridade e estamos solidários com essa luta, mas isso compete ao governo, essa é uma das partes, das reivindicações que estão em cima da mesa com a qual nós concordamos, mas que não nos compete a nós, lamentado compete ao governo e o governo é que tem que fazer essa valorização tanto da carreira do pessoal não docente, como da carreira dos professores. Cabe ao governo trabalhar aquilo que é a sua responsabilidade, o seu a seu dono, nós temos as nossas competências, o governo tem as dele, e essa é uma grande responsabilidade devo-lhe dizer. -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-a)** – Discussão e Votação da Autorização dos Compromissos Plurianuais para o Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Portimão e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Portimão, no âmbito da Proteção Civil – Despesas de Funcionamento 2026 e 2027, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 317/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Manuel da Silva Vicente**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a bancada a que pertence o Partido Chega só numa situação limite é que tomaria a decisão de impedir a atribuição de verbas para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portimão, parte importante da estrutura de Proteção Civil deste município. O serviço de Proteção Civil de Portimão é talvez a estrutura civil mais central e importante que permite definir o grau civilizacional da nossa comunidade. -----

----- Nos dias de hoje essa importância ainda se torna mais relevante quando se assiste ao desmoronar de estruturas e serviços alguns de idade centenária, cuja existência, funcionamento e importância nunca foram postos em causa até há relativamente pouco tempo. -----

----- Os bombeiros voluntários de Portimão dão todo o tipo de assistência à população do concelho. Desenganem-se os mais atentos, não é só apagar os fogos florestais no verão. Desde o serviço de ambulâncias, participação em eventos, limpeza e desimpedimentos de vias em particular durante e após tempestades, auxílio em locais de acidentes rodoviários, auxílio às forças de segurança em variadas ocorrências, inspeções locais em edifícios, segurança a queimadas, incêndios e fogos urbanos, resgate e busca de pessoas. Tudo faz na assistência às populações, o que torna esta associação particular sem fins lucrativos incontornável no panorama atual e do nosso concelho. Ocorre que como é uma organização particular, o seu orçamento destinado ao funcionamento e manutenção das suas atividades não está garantido por nenhum ministério ou agência do estado. Deste modo, carece de financiamento dos sócios e donativos a qualquer entidade ou cidadão. É aqui que entra a Câmara Municipal de Portimão e a razão de estarmos hoje nesta Assembleia a tomar decisão para que o executivo camarário possa transferir verba que permita a esta



associação continuar a servir os portimonenses e mais todos aqueles que por aqui passam. Isto tudo para dizer que a nossa sociedade como um todo e nisso incluo todo o Portugal ainda persiste em área medieval no que se refere a esta temática. Apoiando-se nestas organizações não estatais e de beneficência particular para providenciar as demais elementares necessidades e constituir direitos fundamentais da população celebrados na Constituição Portuguesa. Atualmente, o estado escolhe deixar que as organizações de empresa privada executem funções em áreas da sua absoluta exclusividade, como não estão preparadas financeiramente são atribuídos fundos de cobertura duvidosa se tivermos em consideração a magnitude das tarefas a realizar. ----

----- No futuro terá que se avançar por uma opção mais realista e atual que preveja a dotação de autonomia financeira ou mesmo a integração destas estruturas de natureza privada no setor do estado, permitindo uma evolução harmoniosa e muito mais eficaz, reconhecendo-se e assumindo-se efetivamente que estas estruturas são essenciais e estruturantes do modus operandi do estado e modo de vida das populações. Se já tivéssemos atingido este patamar de desenvolvimento não estaríamos aqui hoje e não seria necessária a autorização desta Assembleia para que os bombeiros voluntários de Portimão tivessem as verbas que lhes fazem falta apenas para continuar a servir a população em geral. Assim sendo, o Partido Chega através da sua bancada nesta Assembleia não lhe assiste qualquer inconveniente na autorização ao executivo camarário para que proceda ao já aprovado na deliberação respetiva acima mencionada. Porque a vida e a segurança das pessoas e bens não tem preço, permita-me recomendar à bancada do Chega o voto favorável. Disse, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, para dizer que a Iniciativa Liberal gostaria de acompanhar favoravelmente esta proposta por se tratar de um protocolo essencial para o funcionamento da Proteção Civil no concelho e para o apoio aos nossos bombeiros. Isto não poderia nunca ser colocado em causa, mas não podemos ignorar aquilo que nos está a ser aqui apresentado. Este protocolo deveria ter sido submetido à Assembleia Municipal desde o início, mas não foi. O executivo tentou enquadrá-lo numa autorização prévia que tem limites claros e que neste caso são largamente ultrapassados. Foi preciso o tribunal de contas devolver o processo para que esse erro fosse corrigido. Não estamos a falar de uma questão formal, estamos a falar de um procedimento legal básico que foi ignorado com consequências. Perda de tempo, atraso no processo e potencial impacto financeiro. -----

----- Delegar competências não significa abdicar de fiscalização. Pelo contrário, exige mais transparência e mais reporte. Este episódio demonstra aliás a importância de um acompanhamento efetivo por parte da Assembleia Municipal dos procedimentos que avencem ao abrigo de autorizações prévias. A Assembleia Municipal não é apenas uma formalidade a cumprir quando o tribunal de contas assim o exige. É um órgão de autorização prévia e de fiscalização da despesa pública. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação “Unidos por Portimão” **Lucinda Oliveira Caetano**, há cerca de dois meses alertámos nesta Assembleia para o risco de uma autorização genérica se



transformar na prática na renúncia da nossa competência deliberativa. Apresentámos uma moção para revogar essa autorização, rejeitada com o voto contra do PS e a abstenção dita responsável do PSD. -----

----- O ponto que hoje discutimos, o protocolo com os bombeiros voluntários de Portimão, confirma esse risco de forma inequívoca não por opinião política, mas porque o próprio tribunal de contas assim o demonstrou. -----

----- Os factos são simples, a Câmara aprovou, assinou e remeteu o protocolo ao tribunal de contas, entendendo que a esta Assembleia caberia apenas tomar conhecimento. Porém, o tribunal devolveu o processo exigindo provas de autorização prévia para os compromissos plurianuais, autorização essa que não existe, e não existe porque a delegação tem um limite legal de quinhentos e mil euros por ano e este protocolo ultrapassa largamente esse valor. Logo, a competência não podia ser exercida ao abrigo da delegação, exigindo a deliberação específica desta Assembleia. Atenção que não estamos perante uma divergência política, estamos perante a aplicação direta da lei confirmada pelo tribunal de contas, reconhecida pelos próprios serviços. O problema é estrutural. -----

----- Se aceitarmos este modelo a Assembleia deixa de deliberar e passa apenas a tomar conhecimento de decisões já executadas, fragilizando o órgão e o equilíbrio institucional. -----

plurianuais nos termos da lei. Por coerência o nosso voto será de abstenção com declaração de voto e apelamos aos restantes grupos que acompanhem esta posição, não contra os bombeiros, mas em defesa da legalidade da dignidade desta Assembleia. Obrigada. -----

imperativo registar aqui uma nota de preocupação quando como foi feita esta tramitação deste protocolo e tê-lo levado ao tribunal de contas sem ter vindo aqui à Assembleia, mas estamos aqui com esta deliberação para colmatar e esse foi um lapso, acredito que tenha sido um lapso dos serviços de interpretação do que é o entendimento do tribunal de contas e por isso acho que fica colmatada esta questão. Só me preocupa apenas é só que este ir e vir e voltar aqui à Assembleia, isto atrasou e poderia ter colocado eventualmente não sei, não sei qual é a saúde financeira da associação humanitária, eventualmente poderia ter colocado em causa a operacionalidade por falta de verbas eventualmente e por isso apelamos que num futuro o rigor impere, mas e não só, também é importante abordar algumas recomendações que já fizeram parte de um relatório global não só para Portimão, mas para todas as corporações de bombeiros em Portugal que é o relatório global 5/2022 do tribunal de contas e esse tribunal tem sido claro quanto à necessidade dos municípios adotarem modelos de financiamento mais transparentes baseados na medição e quantificação do desempenho e não apenas no financiamento de estruturas fixas. Neste sentido, embora o atual protocolo seja essencial para a sobrevivência da corporação, entendemos que o futuro deve passar pela implementação de indicadores de monitorização, por exemplo, dos tempos de resposta da disponibilidade de meios que é isso que o tribunal de contas quer. Não é desconfiar, mas o tribunal de contas tem que perceber que há eventualmente esta avaliação e esta evolução não serve apenas para escrutinar os bombeiros, obviamente negativamente os



bombeiros, mas sim para dissipar dúvidas sobre a aplicação dos dinheiros públicos e valorizar a excelência do serviço que é prestado pelas associações humanitárias e obviamente justificar tecnicamente futuros reforços de verbas perante as entidades de fiscalização, mas agora que estão superadas estas questões, importa também analisar aqui o protocolo e os dados que são apresentados nesta deliberação pelos serviços municipais de Proteção Civil justificam plenamente o nosso voto favorável. O aumento, por exemplo, de vinte e sete vírgula quatro nas ocorrências totais desde 2019, demonstra bem que a corporação está sob ma pressão sem precedentes. Podemos dizer que, e tenho aqui alguns dados. Na emergência pré-hospitalar a evolução de 2019 para 2025 foi de cinquenta e cinco vírgula oito por cento, em acidentes mais trinta e quatro vírgula sete por cento e, portanto, estes dados reforçam a necessidade deste protocolo. -----

----- Também importa dizer e temos a convicção que o modelo atual de parceria com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Portimão é o mais equilibrado. Aqui foi aflorado, não sei se era essa a intenção, mas se nós fizéssemos a transição para um corpo municipal de bombeiros, não é, isso implicaria uma subida exponencial dos encargos fixos e obviamente até perderiam financiamentos que só as associações humanitárias são capazes de captar e, portanto, o subsídio à associação humanitária garante a prontidão, o profissionalismo, porque obriga a ter quinze operacionais permanentes vinte e quatro horas por dia e obviamente aproveitando sempre o voluntariado que é parte essencial também na sua missão. Por isso, o nosso voto será favorável e fazemo-lo apenas e só, quer dizer não só por responsabilidade política, mas para garantir que o socorro não pare, mas voltamos a informar, alertamos o município para ser mais rigoroso nos seus procedimentos e irá caminhar para um modelo de financiamento que ao quantificar o excelente desempenho dos bombeiros os proteja de quaisquer dúvidas ou entraves por parte do tribunal de contas. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Pereira Duarte**, dar nota, nesta recomendação e nesta intervenção que fez o deputado Ricardo Viana, dar aqui se calhar alguma informação adicional que é importante para este órgão. Este protocolo e esta minuta foi já desenhada ao abrigo daquelas recomendações que ocorreram que falou e que referiu e bem de 2022 que foi uma auditoria que foi feita a todos os bombeiros aí há uns anos atrás e a vários municípios, e aquela que era uma das principais preocupações dessa auditoria que não estivessem os municípios aqui a fazer, a pagar, ou haver aquele duplo financiamento, não é? Isso foi uma das recomendações que houve, nós fizemos, eles há bem pouco tempo fizeram, questionaram novamente o município, perceberam o ponto de situação, foi feito um conjunto de respostas para eles e até ao momento não obtivemos qualquer feedback sobre as mesmas, mas dar nota que tudo aquilo que eram recomendações que vieram lá explanadas em termos de tempo de resposta que foram dadas ao tribunal de contas. Esta minuta é um pouco diferente daquela que havia no passado, exatamente para acomodar essas soluções. -----



----- Depois, dar aqui nota que obviamente aquilo que aqui está, pois nós devíamos trazer isto aqui porque o tribunal é verdade que devolveu, mas dar nota que houve procedimentos que foram feitos da mesma envergadura com o mesmo fim e o tribunal não os devolveu para este efeito. De qualquer forma, o município, neste caso o executivo está sempre na disposição de prestar esclarecimentos de qualquer procedimento, porque este é um órgão fiscalizador e é aqui que nós temos que prestar as contas também. Por isso, dar-lhes essa nota que mesmo que haja um outro procedimento que não seja, que não venha aqui, mas que venha na informação escrita ou que seja do vosso conhecimento, pois é questionar, o executivo fará chegar as respostas. Disse tudo, senhor Presidente, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, para que não sintamos falta do caríssimo João Caetano e honrando o mesmo digo, diga-me um compromisso, um que não tenha sido aprovado nesta Assembleia por falta de tempo? Ora, aqui temos um grande exemplo, porque se não tivéssemos aprovado com o voto contra do CDS a lei dos compromissos plurianuais garantindo que nunca impediríamos uma tomada de decisão importante para o município, não teria o tribunal que exercer a função de fiscalização prévia que compete à Assembleia e teria havido aqui este protocolo, teríamos deliberado, aprovado e estaria tratado. Não obstante, tivemos que perder tempo, não obstante e nesse sentido também claro que vamos aprovar este protocolo, mas tinha que deixar aqui esta ressalva que perdemos tempo e o tribunal teve que fazer o nosso trabalho, o trabalho da Assembleia que é de fiscalização prévia. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que estão agora ali numa situação que é o seguinte. Os trabalhos do ponto de vista do regimento terminam, é uma questão prévia, já que estamos a falar de questões prévias e que é o seguinte. Depois da votação naturalmente, nós estamos numa situação em que estamos a cerca de dez minutos de encerrarmos os nossos trabalhos e a questão que eu queria colocar ao plenário é o seguinte. O ponto seguinte, o ponto 4-b) tem também previsto um período de setenta e cinco minutos para a sua discussão, para a sua análise e discussão e também de setenta e cinco minutos, a exemplo deste que nós estamos em vias de terminar. Portanto, a questão que eu coloco é, uma vez que vão haver sessões na segunda e terça-feira, queria colocar esta questão. Se os senhores deputados entendem que devemos iniciar depois da votação o ponto 4-b) e interrompê-lo daqui a sete, oito minutos, ou se consideram mais adequado iniciarmos na segunda-feira com o ponto 4-b)? Gostaria de saber se alguém se opõe a esta metodologia. Pronto, então nesse caso vamos então pôr à votação o ponto 4-a). -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** - Discussão e Votação da Autorização dos Compromissos Plurianuais para o Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Portimão e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Portimão, no âmbito da Proteção Civil – Despesas de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Funcionamento 2026 e 2027, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 317/26, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	8	4	0	2	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	0	1	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----Aprovada **por maioria**, a Autorização dos Compromissos Plurianuais para o Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Portimão e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Portimão, no âmbito da Proteção Civil – Despesas de Funcionamento 2026 e 2027, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 317/26.** -----

----- **No Seguimento desta votação, a Coligação Unidos Por Portimão, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Há cerca de dois meses, nesta mesma sala, alertei para um problema que então parecia abstracto: o de uma autorização prévia genérica — a Deliberação 66/26 — que, na prática, comprime e dilui a competência deliberativa desta Assembleia. Disse, na altura, que autorização genérica **não pode significar abdicação deliberativa** e que a Lei dos Compromissos permite enquadramento, mas não permite cheque em branco. -----

Pois bem. O ponto que hoje aqui chega — o protocolo com os Bombeiros Voluntários de Portimão — é a **demonstração empírica** daquilo que então afirmámos. E assume-se como tal de forma incontornável, porque já não somos nós que o dizemos, mas é o próprio **Tribunal de Contas.** -----

Os factos, em três linhas-----

A 21 de Janeiro de 2026, a Câmara aprovou a minuta deste protocolo — Deliberação n.º 1030/25 — e remeteu-a à Assembleia apenas para conhecimento. De sublinhar: para conhecimento. A 3 de Fevereiro, o protocolo foi assinado. A 8 de Abril, o Tribunal de Contas devolveu o processo, no âmbito do processo de fiscalização prévia n.º 428/2026, exigindo que se demonstre que os compromissos plurianuais foram autorizados por esta Assembleia. Não foram! -----

O vício central — a aritmética da delegação-----

A Deliberação 66/26 delegou no Sr. Presidente da Câmara a competência para assumir compromissos plurianuais **até €500.000 por ano**. Esse limite não é uma escolha política nossa: é o teto fixado na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, na redação do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, conjugado com o n.º 3 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos. -----

Este protocolo prevê uma comparticipação financeira de **€2.226.000 no total — €1.113.000 por ano**, em 2026 e 2027. A conta é simples: €1.113.000 é mais do dobro do teto da delegação. Logo, a delegação



genérica **não cobre, nem pode cobrir**, este compromisso. A competência regressou, por imperativo legal, à Assembleia Municipal — alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA. E a Assembleia nunca foi chamada a deliberar. -----

Ficamos assim a pensar qual poderá ser a razão para que os vários executivos do PS, que têm gerido os destinos deste Município, utilizem constantemente estas autorizações genéricas. Afinal abrem portas à ilegalidade e revelam desprezo pelos poderes deste Assembleia. -----

O que diz o Tribunal de Contas-----

----- Em sessão diária de visto de 8 de abril, o Tribunal de Contas devolveu o processo com fundamento expreso: o Município tem de demonstrar que os compromissos plurianuais respeitantes a este protocolo **foram devidamente autorizados pela Assembleia Municipal**. Não foi um juízo político. Foi a aplicação literal da lei que a própria 66/26 invocou para fundamentar a delegação. -----

E note-se um detalhe que importa: o parecer interno do Diretor do DSS, datado de 10 de abril, reconhece textualmente que a competência delegada se limita a 500 mil euros anuais. Ou seja, a própria estrutura técnica do município admite hoje aquilo que aqui dissemos a 2 de março do presente ano. -----

A coerência com o que aqui se disse-----

Permitam-me recuperar uma frase da minha intervenção de março: «Se aceitarmos continuamente este modelo, a dada altura este órgão deixa de deliberar e passa apenas a tomar conhecimento.» Ora, foi exatamente isso que aconteceu aqui. A Câmara aprovou. Assinou. Remeteu para conhecimento. -----

E só não está hoje a executar plenamente o protocolo **porque o Tribunal de Contas travou**. -----

Não foi a Assembleia. Não fomos nós. -----

Foi um órgão externo a fazer aquilo que devia ter sido feito por este órgão, em sede própria, no momento próprio. -----

Isto é tanto mais grave quanto o protocolo, no plano material — convém dizê-lo —, é meritório. -----

A proteção civil do concelho precisa dos Bombeiros Voluntários, e os Bombeiros Voluntários precisam deste financiamento. -----

A questão não é o mérito. A questão é o método. -----

E é precisamente quando o mérito é claro que o método tem de ser exemplar — porque é aí que se mede o respeito pelas regras. -----

Sentido de voto e o que se exige-----

Não estamos contra os bombeiros. Estamos contra o método. -----

E o método correto é simples e está na lei: a Câmara tem de **trazer este protocolo a esta Assembleia para autorização expressa e específica** dos compromissos plurianuais — com indicação dos montantes por ano económico, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA. Sem isso, qualquer pagamento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mensal já efetuado é, no mínimo, juridicamente discutível, com as consequências que isso comporta em sede de responsabilidade financeira. -----

Por tudo isto, e porque a competência desta Assembleia não é **disponível, não é delegável fora dos termos da lei, não é renunciável** — como manda o artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo —, o nosso voto será coerente com aquilo que aqui dissemos a 2 de março. -----

Por essa razão o nosso voto é o **da ABSTENÇÃO com declaração de voto.** -----

E apelamos aos restantes grupos que sigam connosco neste sentido, não contra os bombeiros, mas a favor da legalidade e da dignidade desta Assembleia.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que antes de encerrar formalmente os trabalhos, quer desejar a todas e a todos um excelente Dia do Trabalhador, uma data muito importante no calendário do nosso país e também uma herança do 25 de Abril e até segunda-feira. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram vinte e três horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, deu por concluída a 1ª Reunião desta 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e seis, realizada no dia trinta de abril de dois mil e vinte e seis, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia quatro de maio, no mesmo horário e local.-----

-----**2ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2026 – 1º Mandato 2025-2029**-----

-----**Reunião de 04 de maio de 2026**-----

-----Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência do seu Presidente, Excelentíssimo Senhor **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, coadjuvada por **Sheila Gassin Tomé**, P'la primeira secretária, e **José Júlio de Jesus Ferreira**, segundo secretário da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Clemente Luís Bentes Camarinha	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ana Catarina Martins Sousa	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Partido Socialista
Cristiano Dâmaso Malha Gregório	Partido Socialista
Maria Helena da Avó Costa	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Cristina Maria de Jesus Duarte Pestana Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
Ricardo José Jorge Sobral Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
João Pedro Mendes Baía Nunes Martins	CHEGA
Jorge Manuel da Silva Vicente	CHEGA
José Manuel da Costa Paiva	CHEGA
Maria da Conceição Godinho De Faria E Silva	CHEGA
Mário Alexandre Gouveia Marques	CHEGA
Diogo Miguel Ferreira Coelho	CHEGA
Joana Isabel Moreira Mira Baptista	CHEGA
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ana Carolina Rodrigues da Purificação	Partido Social Democrata
Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset	Iniciativa Liberal
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	CDS - PP
Mónica Elisa Pitman Dias	CDS -PP
Lucinda Oliveira Caetano	Coligação "Unidos Por Portimão"

-----Não esteve presente, o seguinte Deputado Municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Emanuel Afonso Torres	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, o Senhor Deputado Municipal do Partido Chega Emanuel Afonso Torres, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

2ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2026	Data: 04 de maio de 2026
---	--------------------------

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Andreia Filipa Muchacho de Sousa	1 dia	04/05/2026	Maria Helena da Avó Costa
PS	Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	1 dia	04/05/2026	Rui Miguel da Silva Algarve

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Francisco José Silva Santana	1 dia	04/05/2026	Cristina Maria de Jesus Duarte Pestana

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Sandra Maria Duarte Pereira	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Jorge Manuel de Campos Inácio	Vereador – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Paulo Miguel Pinto Bernardes	Vereador – Partido CHEGA
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – Partido CHEGA
Ester Maria Coutinho Albuquerque e Castro Coelho	Vereadora – Partido CHEGA
Maria Alexandra Martins Rodrigues Evangelista	Vereadora – Partido Social Democrata
Ana Carla Estrela da Silva Neves Abreu	Vereadora – Partido Social Democrata

----- Quando eram vinte e uma horas e quatro minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, declarou aberta a **2ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2026**, cumprimentando todos os presentes. Então, boa noite, senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta e quem representa, estimado público, funcionários de apoio, bem-vindos a mais uma sessão da Assembleia Municipal de Portimão.

----- Duas informações prévias antes de entrarmos na ordem de trabalhos. O senhor vereador do Partido Chega João Graça endereçou um e-mail ao senhor Presidente da Câmara, tendo sido também dado conhecimento à Assembleia Municipal a comunicação da sua ausência por motivos profissionais, razão pela qual não poderá estar presente nesta reunião da Assembleia Municipal e será substituído pelo senhor vereador Paulo Bernardes. Também o senhor vereador do partido do PSD Carlos Martins endereçou um e-mail ao senhor Presidente da Câmara, tendo sido também dado conhecimento à Assembleia Municipal, a comunicação da sua ausência por motivos profissionais, razão pela qual não poderá estar presente nesta reunião da Assembleia Municipal e será substituído pela senhora vereadora Ana Carla Abreu. -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4- b)** - Discussão e Votação da Terceira Alteração Orçamental Modificativa de 2026, ao Reforço Orçamental do PPI nº 95/2018, no ano de 2027, no montante de 1.075.000,00 € (um milhão e setenta e cinco mil euros), e a criação do PPI 11/2026- Salvaguarda e Valorização do Espólio dos Achados Arqueológicos do Rio Arade, o qual será atribuído uma dotação de 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 280/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que estão previstos segundo o regimento, de acordo com o regimento, setenta e cinco minutos, o máximo de setenta e cinco minutos para a discussão deste ponto. Eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara ou a algum vereador se quer tomar alguma... não quer, reserva-se para eventualmente depois... Então, estão abertas as inscrições para o ponto 4-b). -----



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria questionar ali relativamente a este ponto dois aspetos que estão na proposta. Quer dizer, a primeira nem é bem uma questão, é assinalar positivamente aqui este investimento aqui na questão dos vestígios do rio Arade. Parece-nos que é uma questão que faz todo o sentido esta proposta, porque aqui há uns anos tivemos oportunidade de participar numas jornadas que decorreram ali no museu, creio que foram organizadas pela Teia de Impulsos se não me falha a memória e tivemos oportunidade de saber, eu pelo menos não sabia até essa data que o estuário do rio Arade tem inúmeros vestígios arqueológicos que estão submersos e que, enfim, que é urgente fazer a recolha, o tratamento, inventariação e depois a exposição desses vestígios desse património que é de todos nós, muito dele tem muitos séculos de existência e que só vai valorizar a nossa cultura e a nossa cidade e, portanto, saudar aqui este reforço de verba aqui para salvaguarda e valorização do espólio do rio Arade. -----

----- Relativamente à via V2, nós aplaudimos também um investimento na via V2 que é uma via que já devia de estar feita há bastantes anos, mas, enfim, não será aqui o momento talvez para discutir esse assunto, só que surgiu-nos aqui uma dúvida. A proposta fala aqui no reforço de um determinado montante e depois o mapa que nos surge aqui com a divisão dos montantes anuais por cada um dos exercícios, pelo menos daquilo que nos foi dado observar, não bate certo com o valor que está aqui constante da proposta, melhor dito da informação. Há aqui um desfasamento de valores, tanto mais que na proposta fala-se aqui na contemplação de valores até 2028, mas o valor que surge para 2028 se eu conseguir ler bem o mapa, enfim, talvez a minha miopia não tenha ajudado muito, os números são uma fonte, são sempre diminutas as fontes aqui nestes documentos, nem a pessoa com menor visão às vezes consegue lê-los quanto mais eu, mas o número que aparece aqui orçamentado, por exemplo, para 2028 parece-me que é divergente daquele que está na informação, e depois aparece uma verba de duzentos mil euros para 2029. Ora, a informação não tem qualquer referência se eu li bem para verbas orçamentadas para 2029 e, portanto, questionávamos aqui a razão desta divergência pelo menos aparente entre aquilo que diz aqui a informação que fundamenta a proposta e o mapa que vem aqui em anexo relativamente às verbas aqui para esta rubrica. Era essa a questão que queríamos ver esclarecida. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que essencialmente em relação a esta proposta tem uma pergunta e já agora assim aproveitava a boleia. O reforço de investimento na obra da V2 vai buscar perdoem-me o termo, trezentos mil euros a uma rubrica de melhoria das condições e eficiência energética e melhoria da iluminação pública que, portanto passa de novecentos mil euros para seiscentos mil, o que me parece... é assim, é uma opção na qual nós realmente não nos revemos. Gostava de saber se fica ainda assim assegurada a qualidade da iluminação e a segurança daí resultante. Muito obrigada. -----



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este ponto em discussão importa começar por esclarecer um aspeto que resulta da análise dos mapas orçamentais. Verifica-se um reforço de um milhão e setenta e cinco mil euros do projeto do plano plurianual 95/2018 que é assegurado por via da redução das dotações como aqui já foi dito, das rubricas instalações de serviços e iluminação pública. Assim, importa a esta Assembleia de uma forma objetiva ser esclarecida aqui de algumas questões. Que projetos concretos nestas áreas ficam adiados ou são reduzidos? No caso das instalações de serviços estamos a falar de que equipamentos ou de que serviços municipais vão ser afetados? No caso da iluminação pública, que locais onde estava previsto intervenções deixam de avançar ou se vão ser reprogramadas? Senhor Presidente, importa também recordar que esta Assembleia Municipal aprovou ainda na passada sexta-feira uma recomendação relativa ao reforço da iluminação pública. É certo que a proposta que hoje aqui discutimos foi apresentada num momento anterior. Todavia, importa agora assegurar a devida articulação entre essa deliberação recente e a proposta em apreciação neste momento, de forma a garantir a coerência e as opções assumidas por este órgão. Não estamos, portanto, numa matéria meramente técnica, mas sim perante uma matéria que envolve com o respeito institucional pedido aos membros desta Assembleia Municipal e sobretudo à clarificação das prioridades. É por isso essencial também que o executivo esclareça de forma inequívoca se pretende dar cumprimento à recomendação que foi aprovada na passada sexta-feira e de que modo é que tenciona compatibilizá-la com a presente proposta com a orientação entretanto definida com esta Assembleia. Ficamos a aguardar os esclarecimentos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que agradecendo as questões que lhe foram colocadas, gostaria de assinalar que a nível de reforço da iluminação e das luminárias, o novo acordo que temos com a E-Redes o que propõe é que vamos fazer a nível de reforço nos edifícios públicos municipais vai ser um investimento da E-Redes e também com as novas luminárias. Tudo aquilo que pretendemos fazer, aliás, estavam luminárias ainda no contrato que ainda não tinham sido colocadas e é isto que temos estado a trabalhar com a E-Redes, portanto não vamos descurar tudo aquilo que tem que ser feito na nossa cidade e com luminárias com uma maior eficiência energética e que também com mais luminosidade, porque aquelas que foram postas há uns anos já está visto que não servem e, portanto, já o fizemos, a alteração na rua do Arco Maravilhas, rua Professor José Buísel, essa já foi com a empresa E-Redes que quisemos testá-las e vamos continuar também na zona antiga da cidade a alterar as luminárias que temos antigas. Portanto, não vai haver aqui nenhuma falha daquilo que foi proposto aqui e que foi aprovado e é isto que o executivo tem planeado também. -----

----- A nível de sustentabilidade dos nossos edifícios e de eficiência energética temos um valor que salvo erro são cento e cinquenta mil euros de investimento nos edifícios municipais em painéis fotovoltaicos e é este



também o acordo que temos e vamos continuar. Já temos neste edifício, aliás, temos que trazer de novo para entregarmos a esta Assembleia, foi no mandato passado em que todos os edifícios e esta potência também que foi trazida aqui aos senhores deputados e, portanto, acho que também devemos dar conhecimento a isto aos novos deputados de todos os edifícios que já têm eficiência energética que têm painéis fotovoltaicos e da capacidade instalada que temos em cada edifício. Depois, senhor Presidente, agora passaria então a palavra aqui à senhora Vice-Presidente com os valores. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Pereira Duarte**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai dar ali nota do seguinte. Este projeto da V2 foi inicialmente previsto na ordem dos sete milhões e trezentos salvo erro e aquilo que se traz aqui hoje é uma reprogramação financeira que vai em sintonia com a reprogramação física. Esta reprogramação física só é apurada após o fecho do relatório final das propostas e é aí que se verifica o escalonamento e o cronograma de trabalhos, qual é que é o impacto que têm em cada ano do encargo plurianual que aqui se traz. Na prática, a alteração que aqui se traz não viemos aumentar o valor do projeto, mas sim pontualmente no ano de 2027 aquele investimento foi previsto de acordo com o cronograma apresentado pelo concorrente vencedor, aqui aumenta um milhão e setenta e cinco, face àquilo que estava previsto no próprio ano, no próprio ano estavam previstos três milhões e, na prática, aquilo que será a obra no ano 2027 que é onde tem mais impacto será de quatro milhões e setenta e cinco. Esta alteração orçamental tem que ocorrer dentro do próprio ano, ou seja, independentemente do orçamento do projeto ter dotação porque que tem, tem este diferencial em anos subsequentes não tem naquele ano e daí que a alteração tem que ser ano a ano, no próprio ano tem que ocorrer esta alteração, é meramente técnica, este aspeto, mas é assim que ela ocorre, não podem ocorrer alterações entre os diversos anos subsequentes. Julgo ter respondido à questão do diferencial que aqui está ao deputado João Caetano e mesmo à deputada. -----

----- O valor residual dos duzentos mil euros já vinham apurados no orçamento que tínhamos aprovado por este órgão em fevereiro de 2026. Significa que nós também não os tirámos, vamos mantê-lo lá e vamos ver se há necessidade ou não de alguma necessidade pontual, seja para o próprio projeto em si, ou para depois vir a ser alvo de alteração para outro PPI que venha a ser necessário, mas este valor residual já estava apurado em fevereiro de 2026 aquando da aprovação do orçamento desta casa. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece as explicações que a senhora Vice-Presidente deu e seguramente que a senhora Vice-Presidente é mais habilitada para falar de números do que eu, a matemática nunca foi o meu forte e hoje muito menos, mas eu ainda consigo ler aqui a informação e o mapa. Ó senhora Vice-Presidente, aqui no ponto um da informação fala num valor total da empreitada de seis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil ponto zero vinte e seis vírgula setenta com IVA incluído, com IVA incluído, é o que está aqui dito. Do mapa aparece um total de sete milhões e meio de euros mais ou menos e, portanto, ou eu estou a ler bem e há aqui uma



divergência, ou então há aqui alguma coisa que me está a escapar e se eventualmente eu estiver a ler bem a explicação que acabou de dar que eu agradeço mais uma vez não foi clara, porque realmente há aqui uma divergência e nós percebemos que a repartição tem que ser alterada por exercício económico, isso aí, enfim, é normal, até notamos que há aqui um reforço, enfim, mais incisivo no ano 2027, esperemos que não derrape para 2028, nós não sabemos porquê, 2028 até pode ser um ano mais, digamos mais agradável para finalizar a obra talvez, vamos ver, o futuro o dirá, mas deixando essa questão agora de lado, factualmente o que há aqui é uma divergência e não é assim tão irrelevante quanto isso. Não estamos a falar aqui de peanuts como diria o outro senhor, estamos a falar aqui de um montante razoavelmente grande e, portanto, voltava a questionar porquê esta divergência, enfim, é só para percebermos o que é que está aqui em causa, porque de seis milhões ponto três para sete ponto cinco vai uma diferença bastante grande e, portanto, voltava a questionar. Disse. -----

aqui estávamos de acordo que esta obra já devia era de estar feita e, portanto, até aqui estamos de acordo e também não quero é que haja derrapagem, portanto não vale a pena pensar aqui em outras coisas. Portanto, dar aqui já esta nota ao senhor deputado. Relativamente aos números e às contas passaria então só à Vice-Presidente também, mas para terminar já este assunto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Pereira Duarte**, senhor deputado João Caetano, relativamente a esta questão que coloca, dar nota que o projeto já estava aprovado neste órgão, nós não mexemos em anos subsequentes, só se mexeu num ano em que há necessidade de fazer o reforço. Os anos 2028 e 2029 são anos subsequentes não foram alvo de qualquer revisão porque não há essa necessidade. O projeto eventualmente quando chegar à sua execução vamos verificar que não será necessário os sete milhões. O contrato vai ser celebrado por seis milhões trezentos e cinquenta e quatro, vai a tribunal de contas, na devida altura será dito aqui aquando no momento da sua passagem visto prévio, por isso não vai haver necessidade de utilizar estes sete milhões que aqui está para este efeito de contrato. Eu não estou a falar do futuro, estou a falar do que sabe à data presente, não é? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, a proposta que hoje aqui discutimos tem uma natureza à primeira vista que é meramente técnica, mas na realidade ela diz-nos muito mais sobre a forma como o município planeia, executa e ajusta os seus investimentos. Estamos a falar no reforço significativo de um projeto que nasceu em 2018 e este para mim não é um detalhe irrelevante, pelo contrário, é absolutamente central e é central porque significa que estamos perante um projeto estruturante para a cidade que remonta mais uma vez a 2018, o projeto que ultrapassou vários ciclos orçamentais e que teve tempo suficiente, julgamos nós para ser estudado, maturado, afinado e devidamente consolidado, e é precisamente por isso que esta alteração levanta aqui uma questão política incontornável. Como é que um projeto com este grau de maturidade revela necessidades tão expressivas de ajustamentos? -



----- Eu sinceramente tenho alguma dificuldade a compreender, porque nós não estamos aqui perante uma pequena correção, estamos aqui a falar de mais de um milhão de obras adicionais concentradas num único ano para viabilizar a execução de uma empreitada que quanto a nós concordamos que é estruturante. Isso significa de uma forma clara que houve uma de duas situações. Ou o projeto não estava suficientemente amadurecido quando foi integrado no planeamento plurianual ou a previsão financeira que foi feita não foi feita com o rigor que se exige a esta casa e nenhuma destas hipóteses é particularmente confortável senhor Presidente. Planear bem não é apenas inscrever projetos em documentos estratégicos. Planear bem é garantir que quando esses projetos avançam o seu enquadramento financeiro está sólido, está testado e está preparado para a sua execução. -----

----- O que esta proposta nos mostra é que mesmo em projetos com vários anos de maturação continuamos a assistir sempre à necessidade de ajustamentos significativos e que poderiam e deveriam já ter sido antecipados numa fase inicial. Dito isto, importa também reconhecer aqui o essencial que estamos perante um investimento que é relevante para o nosso município. Uma intervenção que responda às necessidades reais de mobilidade e que esperamos que venha a ter um impacto significativo direto e indireto na organização do nosso território. Paralelamente, também temos aqui a criação de um novo PPI associado ao projeto do rio Arade e que representa uma evolução positiva na forma como o município estrutura e acompanha os seus investimentos, nomeadamente quando estão em causa fundos comunitários, ou seja, há aqui dois planos distintos. Há um plano que evidencia fragilidades no seu planeamento, o de 2018 e há aqui um outro que revela capacidade, ou pelo menos aparenta revelar capacidade de organização e de adaptação, e é nesta leitura equilibrada que o PSD se vai posicionar. Não ignoramos as falhas, não deixamos hoje de assinalar, mas também não deixamos de reconhecer quando os investimentos são relevantes e quando o interesse do concelho deve prevalecer. Por isso, considerando os superiores interesses dos portimonenses e a importância desta obra para a melhoria da mobilidade na caótica rede rodoviária municipal, o PSD vai votar favoravelmente esta proposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que acha que não ficou ainda esclarecido a sua dúvida que é, na despesa total no texto aparece seis mil trezentos e cinquenta e quatro zero oitenta e seis vírgula setenta cêntimos, peço desculpa pela leitura incorreta. -----

----- O que queremos, a dúvida que queremos é que este valor diz que já está o IVA incluído, mas no orçamento no esquema que apresentam refere o valor de sete milhões e meio. Mesmo que se somasse vinte e três por cento aos seis milhões que vêm na informação daria sempre sete milhões e oitocentos, nunca sete milhões e meio, e é isso que queremos ver esclarecido. Disse. -----



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho**
Alambre Bila, senhor Presidente, a senhora Vice-Presidente vai-se repetir novamente, mas senhora Vice-Presidente faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Pereira Duarte**, esclarecer aqui uma coisa. O contrato a ser celebrado são seis milhões e trezentos, é o que está na informação e o IVA são seis por cento. Estamos a falar da obra e da empreitada, a empreitada seis por cento. Os sete milhões que estão no mapa obrigatoriamente pelo reforço de um milhão e setenta e cinco ficou com esse adicional de lado, porque nós não reprogramamos para a frente, porque para fazer esse trabalho tínhamos que estar a colocar noutros projetos futuros ou num projeto que esteja escalonado em 28 e 29 para acomodar um milhão e setenta e cinco, quando na prática aquela alteração só faz efeito no ano 2027 porque está a ser reforçada no próprio ano em que faz necessidade, porque quando o concorrente apresenta a sua programação nos documentos de proposta, quando apresenta a programação física e financeira o executivo neste caso quando aprovou o relatório final do júri teve que acompanhar a proposta do concorrente vencedor, porque aquele concorrente apresentou naquele ano que se comprometia a fazer a obra e que aquela obra em 2027 custava quatro milhões e setenta e sete e sim e em 2026 tem um valor e em 2028 terá outro valor, porque a obra é plurianual, estamos a falar do arranque da obra que em 26 tem um valor salvo erro de setecentos e cinquenta e oito, em 27 tem quatro milhões e setenta e dois e em 2028 um milhão quinhentos e vinte e três. Por isso, estamos a falar de uma obra para três anos de acordo com o que aqui está, de acordo com a proposta do concorrente, não estamos a falar, o mapa deputado João Caetano que está aí tem os sete milhões exatamente porque em 2027 acrescentou um milhão e setenta e cinco, mas esse o valor dos anos futuros não dá, eu não sei se sabe, mas em termos orçamentais não podemos eliminar valores que estão para a frente. Ok? Os valores são estanques, nós não vamos retirar os orçamentos que já passaram aqui o valor que naquele ano o orçamento estava aprovado e foi aprovado por anualidade em 28, 29 e 30 com uma dotação que este órgão já aprovou. O que se poderia fazer, vai-me dizer se calhar podia tirar desse PPI e pôr noutro. Pois poder podia, mas e porque é que vamos pôr noutro nesta fase se ainda não sabemos a necessidade de eventual previsão de preços que possa vir a ocorrer na obra. Não sabemos nada disso. Agora, vamos falar do contrato que aqui está e que depois vai a visto prévio, são seis milhões trezentos e cinquenta e quatro. Este é o contrato que vai a visto prévio. O futuro nós não sabemos nesta fase e pode ser alterado no próximo orçamento ou quando houver uma necessidade de revisão. Imaginemos que temos uma candidatura e vou dar este exemplo, uma candidatura cofinanciada em que há necessidade de inscrever essa candidatura em que somos obrigados a ir buscar capitais próprios, em que nós somos obrigados a suportar quarenta por cento do investimento, os sessenta serão financiados e vamos aqui só fazer um mero exercício de retórica que poderá nunca acontecer, mas esses quarenta por cento que já estão a mais e que possam a vir a ser colocados num projeto futuro podem vir em anos futuros a ser retirados deste PPI se tiver dotação a mais.



Pronto, agora se me diz se tenho a certeza que este vai ser alvo de revisão? Não, não tenho, nem nós, nem ninguém podemos assumir isso. Disse, acho que esclareci. -----
simples digo eu, ou mais esclarecedor, embora a explicação que deu agora fosse mais detalhada e mais clara, mas se calhar é mais simples e mais direto dizer assim, bom, nós orçamentamos os tais seis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil, é o valor que está no contrato, mas deixamos aqui uma almofada financeira, porque eventualmente poderá haver aqui a tal derrapagem que o senhor Presidente estava aqui, enfim, a falar, porque senão, quer dizer, porque se não for uma almofada para eventuais trabalhos a mais, etc., etc. então não consigo entender. Eu acho que era mais simples e mais direto dizer isto, porque como disse e bem e era aquilo que eu ia dizer também, havia sempre aqui a possibilidade de retirar daqui verbas que estavam aqui nesta rubrica se não fossem necessárias e pô-las noutras rubricas, o que fossem. Portanto, quer dizer, se me dissesse que por uma questão de salvaguarda ficava aqui uma margem, por acaso é perto de um milhão e duzentos mil euros, não é coisa pouca, eu compreenderia melhor e se calhar tínhamos aqui abreviado aqui as intervenções. Assim, enfim, diz-se que puseram a mais, mas que eventualmente não acreditam e eventualmente não será necessário, mas, enfim, vamos ver. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** - Discussão e Votação da Terceira Alteração Orçamental Modificativa de 2026, ao Reforço Orçamental do PPI nº 95/2018, no ano de 2027, no montante de 1.075.000,00 € (um milhão e setenta e cinco mil euros), e a criação do PPI 11/2026- Salvaguarda e Valorização do Espólio dos Achados Arqueológicos do Rio Arade, o qual será atribuído uma dotação de 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 280/26**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	4	0	0	1	19
ABSTENÇÕES	0	7	0	1	2	0	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

----- Foi aprovada, **por maioria**, a Terceira Alteração Orçamental Modificativa de 2026, ao Reforço Orçamental do PPI nº 95/2018, no ano de 2027, no montante de 1.075.000,00 € (um milhão e setenta e cinco mil euros), e a criação do PPI 11/2026- Salvaguarda e Valorização do Espólio dos Achados Arqueológicos do Rio Arade, o qual será atribuído uma dotação de 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 280/26**.-----

----- Não esteve presente o senhor Deputado Municipal da Bancada do Chega, Emanuel Afonso Torres. -----



----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação, o ponto **4-c)** – Discussão e Votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento a celebrar entre a Câmara Municipal de Portimão e a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve – VAMUS Algarve 2026- 2034, - Reforço do Compromisso, no âmbito do financiamento do “Procedimento para a Contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros Rodoviário Intermunicipal, VAMUS Algarve 2026 – 2034”, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 265/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra,-----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, é muito breve, é só para dizer o seguinte. Nós compreendemos aqui a razão de ser desta proposta vir aqui, portanto a questão não nos suscita qualquer dúvida, qualquer reparo, qualquer reserva. É manifesto que a questão do VAMUS e este contrato são por demais, é evidente que é necessário e é por demais evidente que são necessários. Eu permita-me só fazer aqui uma referência senhor Presidente, eu bem sei que se calhar não ia ser adequada, isto já foi falado na Assembleia Intermunicipal mais que uma vez, mas é um lamento, é para dizer que, e aproveitando que o senhor Presidente é membro do Conselho Intermunicipal também da AMAL, é uma questão que nós tencionamos colocá-la lá numa próxima Assembleia Intermunicipal, mas o conselho deveria debruçar-se sobre essa questão e, enfim, salvo melhor opinião fazer chegar ao governo. -----

----- Lamentamos que a AMAL não seja também a autoridade regional de transportes ferroviários, porque mais uma vez embora volte a dizer este contrato seja necessário, o VAMUS, enfim, assume-se como um projeto fundamental na mobilidade da região, mais uma vez estamos a privilegiar o transporte rodoviário em detrimento da ferrovia. Eu não vou aqui maçar ninguém, poderia fazê-lo com, enfim, com as características terceiro-mundistas e quase medievais da ferrovia no Algarve. Acho que é por demais conhecido e é evidente apesar daquilo que se fala, da modernização do material circulante, da eletrificação da via, enfim, quem tem necessidade de andar de comboio, quem tem necessidade de eventualmente procurar uma alternativa a transporte rodoviário sabe se calhar melhor do que eu até o que é que é o comboio no Algarve hoje em dia em 2026 e, portanto, se calhar está na altura da AMAL colocar aqui no caderno de encargos junto do governo que eventualmente passe a ser a autoridade também regional de transportes ferroviários para que de uma vez por todas o Algarve pelo menos recupere este atraso que é como disse ainda agora que é evidente e que é lamentável, quer dizer dá uma imagem, para já é um péssimo serviço que se presta à população residente e depois dá uma imagem terceiro-mundista e terceiro-mundista aqui não é exagero, é mesmo terceiro-mundista a quem nos visita e, portanto, era só para deixar esse lamento. Nós tencionamos assim havendo oportunidade para isso, colocar essa questão na Assembleia Intermunicipal do Algarve, mas era bom que o conselho intermunicipal da AMAL se debruçasse sobre esta questão e tomasse a questão em mãos para que este estado de coisas mude. Disse. -----



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, só dar nota, isto hoje deve ser do tempo estamos a concordar muito hoje e então dar-lhe esta nota, e então dando nota que concordando com o que o senhor deputado estava a dizer até inclusive para o passe dar tanto para o transporte ferroviário como para o rodoviário, nem isso a AMAL tem conseguido falar com a CP e, portanto, também queríamos que isso fosse possível, estamos a negociar também com as diversas câmaras municipais para que o passe do VAMUS possa também servir para o Vai e Vem e para os outros transportes nos outros municípios, mas com a CP nem a AMAL consegue manter um diálogo para que levássemos a bom porto para que o passe servisse tanto para o ferroviário como para o rodoviário. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** – Discussão e Votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento a celebrar entre a Câmara Municipal de Portimão e a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve – VAMUS Algarve 2026- 2034, - Reforço do Compromisso, no âmbito do financiamento do “Procedimento para a Contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros Rodoviário Intermunicipal, VAMUS Algarve 2026 – 2034”, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 265/26, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	4	1	2	1	22
ABSTENÇÕES	0	7	0	0	0	0	7
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

----- Foi aprovado, **por maioria**, o Discussão e Votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento a celebrar entre a Câmara Municipal de Portimão e a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve – VAMUS Algarve 2026- 2034, - Reforço do Compromisso, no âmbito do financiamento do “Procedimento para a Contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros Rodoviário Intermunicipal, VAMUS Algarve 2026 – 2034”, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 265/26.**-----

----- Não esteve presente o senhor Deputado Municipal da Bancada do Chega, Emanuel Afonso Torres. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-d)** – Discussão e Votação da Proposta para a Celebração da Minuta de Protocolo para o Desenvolvimento e a Implementação do Projeto da Universidade Sénior da Mexilhoeira Grande entre o Município de Portimão e a junta de Freguesia da



Mexilhoeira Grande, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 173/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva**

Viana, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem ali algumas questões para colocar e porque olhando para a documentação e começando logo por esta questão, o protocolo é para a criação de uma universidade sénior ou de uma academia sénior? É que se for uma universidade sénior o nome não pode ser utilizado, porque o nome universidade sénior está sujeita e está inscrita no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual e, portanto, não se pode usar o nome universidade sénior. Por isso, perguntava se é uma academia, porque percebi da proposta do projeto do senhor Presidente da Junta que faz menção de uma academia sénior, mas depois durante a documentação, a minuta de protocolo vai alternando entre universidade sénior e academia sénior, pronto. -----

----- A questão é também saber se por acaso é uma academia se por acaso já ponderaram eventualmente pedir a filiação na RUTIS, que é na Rede de Universidades Sénior que existe. -----

----- Depois, também queria perguntar o que é que foi feito, porque eu percebi que há um parecer técnico da divisão de modernização a 3 de fevereiro que alerta para uma insuficiência da rede elétrica e do Wi-Fi na sala da Junta e do clube. Queria saber se já foi feita essa adaptação, porque depois na documentação não se percebe o que é que foi feito pelos serviços da Câmara posteriormente para adaptação dos espaços e porque o protocolo também é omissivo quem é que tem essa responsabilidade, se será a Junta, se será a Câmara Municipal e quem é que assumirá a responsabilidade financeira dessas obras. -----

----- Depois, e porque também a divisão chama a atenção para, digamos para um perigo de sobrecarga e incêndio dos espaços por carregamento simultâneo dos computadores que estão previstos. Pronto, gostaria de saber se já foram feitas essas obras e se já foi feita alguma coisa nesse sentido. -----

----- Também reparei na proposta, neste projeto que veio da Junta de Freguesia fala no início em doze computadores e depois percebo que depois no final aparecem só apenas dez computadores e pensando que está lá previsto e fazem eventualmente turmas de vinte e quatro alunos que fala lá, se eventualmente dez computadores não será curto e será pedagógico, não é, na aprendizagem. Estamos a falar de pessoas com alguma idade e que terão eventualmente necessidade, é o seu primeiro contacto com a literacia digital que é importante e é um dos fundamentos que aparece o projeto que é um contacto com a literacia digital, se dez computadores para vinte e quatro alunos será suficiente, mas isto sou eu apenas a questionar. -----

----- Depois, também tenho a questão, porque fala do protocolo de uma mensalidade de vinte e cinco euros, mas não está nada previsto nesse protocolo qual será o destino dessa verba. Será consignada à manutenção e à sustentabilidade de projeto ou entrará como receita da Câmara ou da Junta de Freguesia. Eu não consigo depreender isso do protocolo. -----



----- Depois, também percebi e vou fazer aqui um pequeno reparo porque foi a Junta, o senhor Presidente faz um pedido para que o município pudesse dar um apoio na indicação de eventuais formadores e a divisão de educação responde muito tacitamente que não é da nossa competência e fiquei sem saber se arranjam formadores, se não arranjam formadores e por isso achei estranho esta resposta assim tão tácita e tão seca, passo a expressão. -----

----- Depois, também queria perguntar porque nada lá diz sobre a questão dos acidentes pessoais tanto para os alunos, como para os voluntários formadores e porque se forem voluntários a lei do voluntariado obriga a ter essa questão dos acidentes pessoais e o orçamento não detalha nenhuma verba para essa questão. E depois e por último sendo a freguesia da Mexilhoeira uma freguesia rural, isto não é nenhuma crítica, é uma constatação e é uma população que está dispersa no território e porque eu também não vejo lá nada no protocolo se está previsto o transporte de utentes que residam nas zonas mais distantes do centro da vila e de onde se vão fazer as aulas, se a Junta ou o município têm algum plano para eventualmente encarregar-se desse transporte dessas pessoas para não ficarem excluídos de uma iniciativa que digo já que é de enaltecer e que nós apoiamos vivamente. Agora, são estas perguntas que eu gostava de colocar ao senhor Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande **Ricardo José Jorge Sobral**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai procurar responder a este estudo exaustivo que o senhor deputado Ricardo Viana fez da academia sénior da Mexilhoeira, nomeadamente nas partes que encontrou com maior dificuldade que por acaso foram várias, tomei notas delas e vou tentar responder a todas, mas começava por fazer o início do projeto. O projeto da academia sénior foi um compromisso do executivo da Junta de Freguesia assumido desde o início e que visava proporcionar, portanto o envelhecimento ativo, saudável, digno, comunitário junto da nossa, portanto da nossa população, até pelas características da própria freguesia como falou e bem que são únicas e obviamente que nós quisemos iniciar este projeto, o projeto oficioso com um estudo piloto para perceber muito bem qual é que era o caminho a seguir mediante a experiência que tivéssemos. Obviamente chamamos-lhe desde o início academia sénior, foi o nome dito, mas era um projeto que visava absorver um bocadinho dos vários projetos que já existiam e procurar adequar às características da freguesia. O projeto iniciou, tinha uma missão de ter uma turma de vinte e cinco alunos, vinte e cinco utentes, era esse, portanto o nosso objetivo, imaginávamos estas dificuldades, todas estas que me apresentou e mais algumas que pudessem surgir, terminaram as inscrições e tínhamos cerca de cinquenta utentes inscritos. Portanto, abrimos duas turmas piloto para iniciar. O projeto iniciou em fevereiro, foram entretanto convidados a fazer parte um conjunto de formadores, que também tínhamos essa dificuldade onde é que encontraríamos ou não. Encontrámos um coordenador, contratámos um coordenador e com base na experiência dos diferentes formadores, apareceram outros formadores disponíveis para lecionar, a maioria dos quais em estilo de voluntariado. -----



----- Inicia a academia sénior da Mexilhoeira Grande com cinquenta utentes e passado duas, três semanas tínhamos a Figueira a dizer que também queria uma academia sénior, e nós dissemos, com certeza, vamos também fazer uma academia sénior na Figueira e iniciou uma academia sénior com trinta utentes na Figueira. Portanto, neste momento são cerca de oitenta utentes que fazem parte desta academia sénior. -----

----- Relativamente aqui às questões, volto a dizer que é um projeto oficioso, que visa de uma forma simples, prática e adequada tentar manter o espírito comunitário, alegre entre toda esta população que já fez tanto ao longo do seu tempo de vida útil vá lá naquilo que era a sua atividade profissional e agora merece tempo digno e é nossa missão obviamente enquanto Junta de Freguesia proporcionar esse tempo digno e é missão do município apoiar iniciativas com esta dimensão. -----

----- Falando das várias questões, Wi-Fi, rede Wi-Fi, o nosso professor de informática chegou, estudou o espaço disse, «meus amigos não precisa de nada, isto está impecável», fez os testes que tinha que fazer, a informática funciona não só de manhã como à tarde, temos dois professores são ambos da mesma opinião, dez computadores são suficientes, porque normalmente o nível que é aquele que é praticado conseguem estar dois a dois a praticar, portanto não há qualquer tipo de problema em relação ao número de computadores. --

----- Falou-me também da questão dos formadores já fui respondendo, seguro de acidentes pessoais está feito, há o seguro de acidentes pessoais que foi feito, portanto cada utente pagou que é o único custo que tem, pagou dez euros para esse seguro e o transporte, relativamente à questão do transporte de utentes, foi disponibilizada aquando da informação que a Junta de Freguesia estaria disponível caso alguns membros de fora da localidade estivessem disponíveis a participar. Acontece que temos alguns de fora da Mexilhoeira Grande e que vêm uns com os outros em transporte próprio, portanto não foi necessário, possivelmente porque há alguns que, portanto não se mostraram de fora, não estão tão disponíveis para vir até porque Alcalar, a aldeia de São José de Alcalar já promove uma iniciativa uma vez por semana que também tem um conjunto de iniciativas variadas, mas nesta ótica e que visa, portanto abranger toda a população da própria freguesia. Portanto, para lhe dar uma ideia, na aldeia de São José de Alcalar há cerca de quinze dias foi promovido um evento que foi o bingo e convidaram a academia sénior da Mexilhoeira Grande e da Figueira a estar presentes. Tivemos um bingo com mais de cem pessoas a funcionar, uma alegria enorme para aquela população, a freguesia tem feito e os senhores são apologistas da comunicação e de passar a mensagem à população, a freguesia tem feito por comunicar todo esse tipo de ações, tem feito por publicitar para que haja a maior transparência possível para que os senhores possam acompanhar tudo aquilo que é feito e a academia sénior penso que tem sido um exemplo nessa linha. Portanto, acho que isto é um projeto que merece encontrar sim mais sugestões, sugestões de melhoria sempre abertos da nossa parte, do que menos dificuldades, vamos deixar as dificuldades todas de parte, vamos ser mais práticos e vamos realmente incentivar a que estes projetos vão para a frente e com contributos positivos que senhor deputado Ricardo



Viana será sempre muito bem-vindo no que é para contribuir. Percebo as preocupações, mas realmente em termos práticos, aqueles que levantou penso que estão mais ou menos esclarecidos. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, apenas para acrescentar uma nota breve, nós vamos obviamente acompanhar favoravelmente esta iniciativa, esperamos apenas que seja possível recebermos um relatório com a avaliação do projeto no final, até porque me parece importante que se possa eventualmente aplicar noutras zonas do concelho. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, queria agradecer os esclarecimentos que já foram dados. Eu tinha aqui duas ou três questões para colocar sobre este projeto, enfim, mas a intervenção do senhor Presidente da Junta da Mexilhoeira Grande suscitou-me aqui outras questões. Não queria colocar as questões que tenho aqui sem lhe dizer primeiro o seguinte. Nós consideramos que este projeto é positivo, é uma ideia que merece realmente ser acolhida, é uma ideia meritória, enfim, parece-nos que de grosso modo aquilo que está aqui com uma outra questão nos suscitou dúvidas, mas de grosso modo do que está aqui parece-nos razoável. Agora, o senhor Presidente da Junta da Mexilhoeira fez aqui uma intervenção que me deixou aqui algumas dúvidas. Primeira questão, uma vez que isto já está em execução desde fevereiro segundo disse, há aqui uma evidente extemporaneidade deste protocolo vir aqui em maio, ou pelo menos na sessão de abril e tanto há que aquilo que disse é que aquilo que está a ser feito já está desfasado do que está aqui na proposta de protocolo, número de participantes, eventuais necessidades, umas possam já estar satisfeitas, eventualmente outras que possam surgir, nomeadamente decorrentes do maior número de pessoas que vão aqui integrar esta iniciativa que eventualmente não estão aqui refletidas e, portanto, isso leva-nos aqui a uma reflexão que é, parece-nos que em termos de procedimento deixa um bocadinho a desejar que se comece por fazer as coisas antes disto estar definido, discutido e votado, se calhar devia ser ao contrário, ou seja, devia-se realmente ponderar a iniciativa, estudar ainda que fosse a título experimental, eu admito que no primeiro ano hajam algumas dúvidas e coloquem-se algumas reservas sobre a forma como vai decorrer, enfim, isso é normal, é um projeto novo é normal. Agora, esta ideia de iniciar-se o projeto em fevereiro e só depois é que vem aqui e afinal há aqui coisas que estão no protocolo que afinal poderão ser necessárias, mas outras poderão vir a ser, parece-nos que é uma forma assim um bocadinho arrevesada de fazer as coisas. -----

----- Dito isto, e isto não é levantar dificuldades, senhor Presidente, isto é pedir que haja aqui algum cuidado na forma como se fazem estes procedimentos, ou que as coisas sejam feitas com princípio, meio e fim, desejando que as iniciativas corram bem. Obviamente a contente de todos, da Junta, da Câmara e fundamentalmente aqui das populações e dos utentes. Portanto, a questão é, enfim, estamos aqui a fazer um protocolo que prevê se não me engano quarenta e oito utentes. Disse-nos que afinal na Figueira também já há, vai para o dobro. Pergunta inevitável, este apoio aqui serve, é suficiente? Se calhar não é, portanto se calhar o protocolo mostra-se insuficiente. Quem é que vai assumir a diferença de custos, é a Junta de



Freguesia? Não está aqui explicado e se calhar não sei se irá explicar, mas pelo menos da intervenção que fez não explicou. -----

----- Depois, havia aqui uma questão que eu tinha para colocar que eu não sei se está prejudicada por aquilo que nos disse ainda agora que é a questão do orçamento. Prevê-se aqui um orçamento ou uma participação financeira da Câmara de quinze mil euros, lá está para os quarenta e oito utentes e depois tem aqui um orçamento, uma espécie de orçamento, aqui diz pedido de apoio financeiro que tem aqui várias rubricas e há aqui questões que nos suscitam aqui alguma dúvida, enfim, até poderão justificar-se, mas isto merecia se calhar aqui uma fundamentação mais apurada, mais fina. -----

----- Materiais de trabalho de dois mil euros. Que materiais são estes? Se calhar até pode ser insuficiente, não sei, é demasiado lacónico para percebermos. -----

----- Depois, já foi aqui falado, são dez computadores, mas depois são dois utentes que é metade de cada turma, admitindo que cada computador seja partilhado pelos utentes, não bate certo também. -----

----- Os materiais já disse, os custos com o pessoal também oito mil euros, enfim, não sei se será suficiente. Dito isto, nós acompanhamos a iniciativa e espero que também esteja disponível para se for caso disso também possamos dar aqui alguns contributos se for esse o caso, estaremos disponíveis seguramente, mas diria que isto tinha que ser feito com outro tipo de fundamentação e com outro tipo de sustentação não saltando aqui etapas, eu percebo a preocupação que é dar resposta às pessoas, mas isto exige aqui algum rigor e algum cuidado. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu acho que esta proposta que veio da Junta de Freguesia é de saudarmos todos, até pelo contributo que quer dar àquela população, e recordando que em Portimão, na freguesia de Portimão temos o Instituto da Cultura e temos já a associação sénior autodidata e por isso é que o executivo achou por bem apoiar dentro dos parâmetros que a Junta de Freguesia assim o definiu e ainda bem que quando pôs o projeto em prática foi superado em número de utentes. -----

----- Lembrar também aos senhores deputados que as Juntas de Freguesia têm orçamentos próprios e, portanto, podem suportar o restante, assim como o senhor deputado falou e bem em ir buscar as pessoas. As viaturas que estão na Junta de Freguesia são do município também com o acordo que já temos, parceria e com o combustível também que já vem de há muitos anos e, portanto, recordar isto. O que interessa e ainda bem que a nível dos deputados estamos todos de acordo. -----

----- Do nome tenho que ir ver com os técnicos, porque admito que possa haver alguma falha, mas não vejo porque não academia sénior e não ser universidade sénior, mas acho que queremos fazer as coisas bem feitas, mas acima de tudo queremos dar resposta às populações e foi isto que vemos na proposta que veio apresentada pela Junta de Freguesia onde os nossos técnicos também estavam disponíveis para ir ver logo as condições a nível de informática, até porque todos os edifícios públicos neste momento já têm fibra e,



portanto, isto com os técnicos também da Junta de Freguesia foi visto que estava tudo bem e que podiam funcionar corretamente e agora vamos ter que aperfeiçoar, na verdade, se calhar de hoje para amanhã partirá também uma iniciativa destas da Junta de Freguesia de Alvor traremos aqui, acho que estamos todos disponíveis se tivermos que alterar algum valor também, pois poderemos fazê-lo, se a Junta de Freguesia não tiver capacidade e depois no próximo ano então termos que avaliar. Acho que é isto que todos, e saudar aqui as Juntas de Freguesia no trabalho que fazem diretamente com as populações e esta Junta de Freguesia em particular, como o senhor deputado disse e bem uma Junta de Freguesia mais rural com uma população também mais envelhecida e felizmente esta resposta foi dada e a prova já está dada. Vamos aprovar ou não um apoio, mas o que é certo é que os resultados já são concretos e já estão no terreno. Tenho dito. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, senhor Presidente, que não haja qualquer dúvida que nós apoiamos essa iniciativa e as perguntas que eu faço no fundo, até são para acautelar qualquer questão que a Junta pudesse não responder. Isto é um contributo e porque acreditamos que o senhor tem que ser ambicioso, e esta questão senhor Presidente da questão da universidade ou da academia até pode ser uma academia no início, mas porque não então formalizar o pedido de adesão à rede à RUTIS e criar aqui um verdadeiro projeto. Portanto, estas questões que eu coloquei aqui não é de alguma forma uma crítica ao projeto ou levantar qualquer desrespeito. -----

----- Pede o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Joana Isabel Moreira Mira Baptista**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o grupo municipal do Chega votará favoravelmente esta proposta de apoio à academia sénior da Mexilhoeira Grande. Fazemo-lo porque consideramos que o combate ao isolamento dos idosos e a promoção do envelhecimento ativo são prioridades reais, especialmente numa freguesia rural como a Mexilhoeira Grande que tem uma população bastante envelhecida e que carece de respostas sociais concretas. Projetos que promovam atividade física, aprendizagem e estimulação cognitiva contribuem de forma importante para melhorar a qualidade de vida dos nossos seniores e reduzir problemas de saúde e solidão. No entanto, votamos a favor com algumas reservas. Por um lado, consideramos que os quinze mil euros previstos como investimento inicial representam um investimento baixo para um projeto com este potencial, esperando que correspondam a uma política estruturada do município e da Junta para uma comunidade sénior mais ativa. Por isso, exigimos que tanto a Junta como o município e esta Assembleia acompanham rigorosamente a execução deste protocolo e trabalham no sentido de garantir a sustentabilidade futura do projeto com muitas inscrições através de uma maior participação por parte da nossa comunidade sénior. -----

----- Em relação aqui ao documento, há aqui uma questão que também aqui ainda não ficou totalmente clara em relação aqui ao valor a pagar de vinte e cinco euros que aqui está escrito que tem a ver com a inscrição, mensalidade, seguro o máximo até vinte e cinco euros. Queria aqui questionar qual é que é então o valor que cada cidadão irá pagar. Queremos então resultados concretos, mais seniores ativos, menos



isolamento e melhor bem-estar na Mexilhoeira Grande. É por defendermos uma política de proximidade que realmente cuida da nossa comunidade sénior que o Chega vota favoravelmente esta proposta. Muito obrigada.

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande **Ricardo José Jorge Sobral**, dar só aqui dois ou três esclarecimentos. Senhor deputado Ricardo Viana, de maneira alguma quis passar a mensagem que estava contra e já me deu provas de que tem ideias positivas, a bancada do PSD tem sido presente no acompanhamento e a dar força para que as coisas se concretizem, que os bons projetos se concretizem. Portanto, dar nota também desse sinal que é claramente assumido. -----

----- Relativamente ao deputado João Caetano, também dar aqui uma informação, pelo menos tentar esclarecer aqui a questão, este projeto é da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande, pronto. O que foi aqui solicitado foi um apoio ao município em função de fomentar maior nível de qualidade a este projeto que queremos implementar, mas o projeto nunca teve dependente deste apoio do município. Obviamente que o município ao apoiar com esta verba possivelmente a verba que a Junta está a alocar neste momento poderá depois ser alocada para outro tipo de iniciativas, nomeadamente, portanto o projeto tem semanalmente um conjunto de iniciativas sejam elas de palestras, workshops, animação e que vão variando regularmente, visitas de estudo e que se calhar se tivermos este valor canalizado portanto, este apoio do município a verba que a Junta de Freguesia tem afeta a este projeto poderá ser distribuída e garantir, portanto maior nível de qualidade para outras iniciativas que sejam feitas, mas, portanto distinguir isso claramente, este projeto era um compromisso do executivo independentemente do apoio municipal portanto, e, está em prática por esse motivo. -----

----- Relativamente aqui à senhora deputada Sofia de Landerset o relatório está previsto neste próprio apoio, portanto o protocolo prevê um relatório de execução final e obviamente que teremos todo o gosto e a obrigação de o efetuar para dar nota dos investimentos que foram feitos, portanto... -----

----- Relativamente à resposta à senhora deputada Joana Baptista, portanto neste momento os utentes só pagam o seguro. Como é um projeto piloto em que nós estamos a adaptar e a afinar aqui e ali para tentar realmente otimizar as condições da oferta e até as diferentes disciplinas que estão a ser lecionadas, não há nenhum custo adicional, portanto de nenhum dos utentes. O projeto é neste momento sustentável porque também vive muito do dinamismo do espírito comunitário, posso-vos dar uma nota que é, porque isto realmente na Mexilhoeira Grande acontece porque tem características muito específicas. Nós vemos os utentes saírem de casa para irem para a universidade sénior, a primeira utente sai de casa passa na casa da senhora leva a segunda, as outras duas continuam, passa na casa da terceira e vão juntas neste espírito comunitário independentemente de não haver, por exemplo, portanto as aulas são lecionadas cerca de três vezes por semana, mas muitas vezes, por exemplo, elas combinam e vão-se juntar de manhã no mercadinho da Figueira e combinam e estão lá juntas, ou seja, promoveu e de que maneira o espírito comunitário dentro da freguesia. -----



----- A iniciativa tem sido um sucesso e estou aqui a falar não é por sermos nós a criar, porque muito do sucesso que está a acontecer é fruto do dinamismo das próprias pessoas, portanto era só dar nota disso, portanto que haja consciência que este é um projeto que independentemente do apoio ou não do município este projeto tem pernas para andar com as valências da freguesia. -----

----- O que nós pedimos é realmente capacidade para com o apoio municipal dar ainda mais qualidade a este projeto. Muito obrigado. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** – Discussão e Votação da Proposta para a Celebração da Minuta de Protocolo para o Desenvolvimento e a Implementação do Projeto da Universidade Sénior da Mexilhoeira Grande entre o Município de Portimão e a junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 173/26, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	7	4	1	2	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

----- Foi aprovada, **por unanimidade**, a Proposta para a Celebração da Minuta de Protocolo para o Desenvolvimento e a Implementação do Projeto da Universidade Sénior da Mexilhoeira Grande entre o Município de Portimão e a junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 173/26**. -----

----- Não esteve presente o senhor Deputado Municipal da Bancada do Chega, Emanuel Afonso Torres. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-e)** – Apreciação do Inventário dos Bens Patrimoniais registados contabilisticamente no exercício económico do ano de 2025, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 308/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhor Presidente, o teor do parecer do revisor oficial de contas, importa começar a discussão deste ponto por solicitar aqui alguns esclarecimentos ao executivo que no nosso entender são essenciais para que este órgão possa aferir com rigor o alcance das reservas identificadas, e o eventual impacto na fiabilidade da informação financeira aqui apresentada. Refere o ROC que existem ativos do património histórico tangível integrados no domínio municipal que não se encontram devidamente valorizados, reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras em conformidade com a norma contabilística pública aplicável. -----



----- Assim, antes de mais gostaríamos de ver esclarecidas quatro questões. Quais são em concreto os ativos que se encontram nessa situação, qual é a sua tipologia, qual a sua expressão quantitativa e a sua relevância material no universo patrimonial do município e por fim em que fase é que se encontra o processo de definição da metodologia de valorização e se é expetável que no final do presente ano este problema fique definitivamente resolvido. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que foi absolutamente desumano vocês darem quase três mil páginas de excel para vermos o inventário, quando eu sei que vocês já têm essa informação sistematizada. Nós não conseguimos verificar com rigor o que era o edifício, o que era um conjunto, o que era um baile, não estava definido por uso, ocupação, estado de conservação e aí volto a referir o discurso do 25 de Abril, eu acho que estamos a faltar e eu falo tanto do ponto de vista da Assembleia quanto do executivo um reforço relacional. Eu acho que temos que aumentar os nossos vínculos de confiança e vermos como parceiros. Eu acho que o executivo poderia ter-nos enviado essa informação tratada de modo que nós pudéssemos dar o nosso contributo até porque nós sabemos que a política de habitação é a vossa política central, mas eu não consigo no inventário verificar com exatidão quantos imóveis, onde estão os imóveis, qual é a ocupação, se estão degradados, é esse reparo que eu gostaria de fazer e dizer quem temos que nos dê como parceiros, acho que isso é muito importante. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, em relação a este documento, este é um documento de enorme dimensão e detalhe técnico que cumpre uma obrigação legal e não é isso que está aqui em causa. Levanta no entanto uma questão sobre o próprio modelo de escrutínio. -----

----- O papel da Assembleia não é naturalmente verificar item a item um inventário com milhares de páginas. O nosso papel é garantir que o processo é correto e exercer fiscalização sobre a gestão do património municipal, e é precisamente aqui que este modelo falha. Somos chamados a aprovar um documento extenso, mas sem instrumentos que nos permitam retirar dele informação útil. -----

----- Em concreto, faria sentido que este inventário fosse acompanhado por um resumo executivo claro com os principais indicadores. O valor global do património, variações face ao ano anterior e os movimentos mais relevantes nele incluídos. E também por indicadores simples de gestão patrimonial que permitam acompanhar a evolução ao longo do tempo. -----

----- Aprovar um documento destes não devia ser um ato meramente formal que é o que vai acontecer, devia ser um ato informado. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu respondendo aqui à deputada Lucinda Caetano e não combinámos nem a pergunta, nem a resposta eu diria que a metodologia usada aqui neste documento só pode ter uma razão de ser e é fomentar a atividade



económica, nomeadamente nas consultas de oftalmologia dos membros da Assembleia e nas lentes que depois são necessárias para todos nós conseguirmos ler o documento e eu já sou cliente quer de oftalmologia, quer das óticas e, portanto, se calhar não vou de encontro aqui à oportunidade, mas agora mais a sério, o documento vem sempre assim, enfim, a justificação é que em termos legais tenho que descriminar os mapas com os bens todos, enfim, eu não contesto isso, o que é facto é que como já foi aqui dito e bem para dar cumprimento a essa exigência legal dificulta-nos bastante o trabalho, porque, enfim, isto é um trabalho, eu ia dizer é hercúleo, mas não é hercúleo, quer dizer isto é sobre-humano, nem vários Hércules conseguiam analisar detalhadamente aquele documento, mas se calhar mais relevante do que essa questão, o tal parágrafo já foi aqui referido é um déjà vu, isto vem aqui todos os anos e se calhar a resposta que vamos ter aqui da parte do executivo também é um déjà vu também é repetição, é *reprise* daquilo que é dito noutros anos que é a questão do património, o património histórico tangível e a dificuldade em avaliar esse património de acordo com as normas da contabilidade pública. E depois os eventuais reflexos que essas dificuldades podem ou não ter aqui nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2025. Ora, todos os anos pelo menos, enfim, dos anos que eu cá estou já são alguns, todos os anos quando aparece aqui este ponto para ser apreciado não vamos votá-lo nem está como, porque a lei não exige que seja votado, é uma apreciação. Todos os anos este ponto vem aqui referido no relatório do revisor oficial de contas, todos os anos ele é questionado aqui porque aqui ele consta do relatório e todos os anos ouvimos sempre a mesma coisa pela parte do executivo que é, enfim, haver muitas dificuldades, nomeadamente com o património histórico, bens materiais que foram dados aqui exemplos já noutros anos que têm que ver com as obras que estão no museu, por exemplo, etc., etc. Ó senhor Presidente, pois mas a pergunta é sempre a mesma, a resposta também vai ser e não vamos sair daqui enquanto cá estivermos e enquanto este bem-dito parágrafo aqui aparecer ele há-de ser sempre e a pergunta inevitável é, quer dizer ano após ano não há forma de contornar esta questão para que isto desapareça e deixamos de ter aqui este diálogo que, no fundo, é um diálogo quase de surdos porque nós perguntamos, os senhores não respondem e nós voltamos a perguntar e não há resposta e voltamos a perguntar e no ano seguinte voltamos à mesma e andamos aqui às voltinhas. Eu não acredito manifestamente em termos técnicos, não sou contabilista nem economista, mas não acredito que não haja forma de fazer uma avaliação, não vou dizer rigoroso ao cêntimo, mas uma avaliação que permita deste tipo de bens, propriamente não estamos a falar de prédios nem estamos a falar de outros bens imóveis, são bens ativos de património histórico tangível, que não haja uma forma de pelo menos atribuir-lhes um valor, não acredito, quer dizer, quem vê uma obra de arte pode ser discutível quanto é que ela vale, se vale quinhentos mil euros ou um milhão, mas é possível atribuir-lhe um valor, é possível, é possível através de relatórios periciais de técnicos habilitados para o efeito avaliar essas obras, porque senão não havia leilões de obras de arte neste mundo, não existiam pura e simplesmente nem havia clientela para comprá-las, porque não havia forma de avaliar. Agora, dizer-se que é impossível é uma coisa que obsta num primeiro momento



ao rigor do documento que vem aqui para apreciação, porque não sabendo qual é a avaliação que é dada torna-se impossível saber se o documento é rigoroso ou não, e ponto número dois voltamos aqui sempre a cair na mesma pecha e voltamos sempre a esta conversa que não tem fim e, portanto, questionava mais uma vez, não posso deixar de fazê-lo, se eventualmente em 2027 consigamos ter essa questão pelo menos não diria completamente resolvida, mas pelo menos mitigada, enfim, pelo menos combatida. Era só essa questão.

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, fomos acusados já aqui de várias coisas. Dizer à senhora deputada Lucinda Caetano que já disse à chefe de divisão se tem algum tipo de documento que possa ser enviado, porque nem para mim envia de outra maneira e, portanto, a senhora deputada assumiu aqui que sabe que temos outra maneira, olhe eu não sei e a chefe de divisão o que me diz é que não tem, que este documento cumpre a lei e é por isto que vem assim. Portanto, fiz questão de perguntar logo se há algum tipo de documento que pudéssemos enviar que não fosse este e cumpríssemos a lei também, porque para mim também o que veio é este documento. Eu também já estou como o senhor deputado João Caetano, eu tenho miopia e estigmatismo, também custa ver os números e muitas vezes até já tenho que tirar os óculos para ver estes números todos que estão aqui, está a ver. Portanto, é com a idade e estas coisas acontecem, mas, portanto tirando este reparo e não gosto de ser acusado sem provas e, portanto, se tivéssemos alguma forma de mandar este documento de outra maneira, como a senhora deputada assumiu aqui que tínhamos, não temos e, portanto, isto está dito. -----

----- Depois, desta conversa do património histórico, isto também já é recorrente e temos aqui algumas conversas que todos os anos e eu também já lhe disse aqui senhor deputado de uma vez por todas eu também gosto de acabar com estes problemas que temos e, portanto, já lançámos um técnico no museu e já foi pedido à chefe de divisão também do museu, porque o levantamento está feito, tudo o que entrou no museu tem um auto de entrega e, portanto, para arranjarmos alguém que possa avaliar pelo menos para mitigar esta situação que ano após ano é sempre referida nesta Assembleia e, portanto, o que fazemos é cumprir a lei. --Do património histórico os nossos técnicos estão já neste momento com orientações para pelo menos mitigarmos esta situação. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só saber senhor Presidente, era só saber se isso é uma promessa para 2027 aquilo que acabou de dizer. Não, se vamos ter em 2027 eventualmente aqui esta questão ultrapassada, ou pelo menos mitigada, só para ficar aqui claro se é uma promessa que está a fazer à Assembleia, ou se é só uma intenção vaga e um desejo, um estado de espírito, não é, digamos assim. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, o senhor deputado já me conhece há muitos anos, eu não gosto de prometer aquilo que depois não posso cumprir e, portanto, só depois dos técnicos me dizerem que têm condições para o fazer ou não, depois de ser orçamentado quanto é que custa esta avaliação é que depois poderemos definir. -----



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, é só para dizer que se deus quiser daqui a um ano estamos aqui com esta mesma conversa. Era só isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas entrou em vigor nas autarquias em janeiro de 2020. Desde então passaram mais de cinco anos, cinco anos que deveriam ter permitido a este executivo e a esta Câmara, com o devido planeamento e prioridade assegurar a identificação, a mensuração e o reconhecimento de todos os ativos patrimoniais municipais incluindo aqueles de natureza histórica e cultural. É certo e isso deve ser reconhecido que a valorização de determinados ativos apresenta dificuldades técnicas acrescidas, dada a ausência de mercado de referência, a necessidade de recursos a peritos especializados e em muitos casos a própria subjetividade na determinação de um justo valor para aquele ativo. Contudo, senhor Presidente, essas dificuldades são conhecidas desde o início da aplicação do sistema da normalização contabilística para as manifestações públicas, ou seja, há cinco anos. -----

----- Passados estes anos já não deveriam ser invocadas como justificação suficiente pelo menos para a persistência destas lacunas que todos os anos venha a esta Assembleia Municipal e o que o ROC faz questão de referir que está em falha. -----

----- O que se verifica é que continuam a existir ativos não valorizados e cujo impacto permanece indeterminado e isso não pode deixar de merecer aqui o nosso reparo. Dito isso, também importa introduzir aqui um elemento de ponderação. -----

----- Em larga medida estamos a falar de ativos cuja expressão, embora importante do ponto de vista cultural e patrimonial, poderá não ter um impacto que devolva material relevante na leitura global das demonstrações financeiras. -----

----- Minhas senhoras e meus senhores, entre a exigência absoluta do rigor absoluto e o reconhecimento das limitações técnicas existentes, o PSD opta por uma posição equilibrada, uma posição que assinala com clareza o atraso significativo, digamos no cumprimento integral preferencial contabilístico, mas que sublinha a necessidade e sublinha a necessidade de concluir este processo com urgência e rigor, mas também simultaneamente reconhece o contexto específico destes ativos e o trabalho em curso. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estão perante o imperativo legal, a apresentação do orçamento e desde já felicito os serviços municipais na pessoa da senhora diretora pela extensão e pormenor e exatidão e rigor do documento apresentado. É evidente que não é um documento terminado como já percebemos pelas várias intervenções, inclusive do senhor Presidente, é um documento que está em permanente evolução não só na sua composição, mas na sua valorização e caracterização permanente, pelo que a bancada do Partido Socialista declara o seu apoio ao inventário apresentado de direitos, obrigações patrimoniais do município reportado a 31 de dezembro de 25 por considerar que este documento é um pilar



essencial de uma gestão transparente, rigorosa e responsável. Num contexto em que a confiança dos cidadãos nas instituições deve ser constantemente reforçada é fundamental garantir que o património municipal é conhecido, ele está devidamente identificado, dizia eu que é fundamental garantir que o património é conhecido, acompanhado e escrutinado, e todos estes aspetos estão devidamente contidos no documento que hoje vem à nossa presença. -----

----- Este inventário não é apenas uma obrigação legal, é acima de tudo uma ferramenta de transparência que permite aos eleitos e à população perceber com clareza quais são os bens municipais. É evidente que o trabalho não acaba aqui, tem continuidade e repito, como já foi aqui devidamente analisado, é um documento dinâmico em termos da sua caracterização e da sua caracterização nos mais variados aspetos. -----

----- A sua apresentação à Assembleia Municipal não pode ser vista como um mero formalismo. Pelo contrário, trata-se de um documento de verdadeiro escrutínio democrático que exige seriedade, responsabilidade e compromisso com o interesse público. Quem valoriza a transparência não pode hesitar em apoiar documentos como este. -----

----- O Partido Socialista destaca que este trabalho resulta de uma estratégia consistente, de rigor na gestão municipal em linha com as melhores práticas da administração pública. É este caminho de responsabilidade, clareza e prestação de contas que distingue uma governação séria de outras abordagens menos exigentes. Assim, a bancada do Partido Socialista não só apoia este documento, como desafia todas as forças políticas aqui representadas na Assembleia a assumirem de forma inequívoca o seu compromisso com a transparência e com a boa gestão dos recursos públicos agradecendo os contributos que aqui já foram prestados. Porque o património municipal é de todos e a sua gestão deve ser sempre à vista de todos, nós iremos acompanhar e votar favoravelmente este documento. Muito obrigada. -----

----- Foi apreciado o Inventário dos Bens Patrimoniais registados contabilisticamente no exercício económico do ano de 2025, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 308/26**. -----

----- Não esteve presente o Senhor Deputado Municipal da Bancada do Chega, Emanuel Afonso Torres. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-f)** - Discussão e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais relativos ao exercício económico do ano de 2025 e Proposta de Aplicação de Resultados Positivos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 313/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o presente documento de prestação de contas individuais do exercício 2025, bem como a proposta de aplicação de resultados positivos que resultou na deliberação da excelentíssima Câmara, deve ser entendida num contexto de uma nova abordagem política do atual executivo. -----



----- O documento reflete a aplicação das contas referente ao exercício económico 2025, mas representa igualmente o encerramento de um ciclo do mandato autárquico marcado por opções governamentais muito específicas que espelham o trabalho desenvolvido para que garanta a consolidação das contas deste município de Portimão. Este ciclo de gestão exigente teve sempre presente a contenção dos gastos e o foco na maximização do impacto de cada investimento. -----

----- Esta gestão fortemente condicionada e desafiante foi intensamente marcada pela instabilidade dos mercados, incerteza económica com impacto direto no aumento dos custos das matérias-primas, custos de energia e outros fatores essenciais para a gestão autárquica. -----

----- Esta realidade resulta de um agravamento das tensões geopolíticas e criou condicionamento relevante que todos nos obrigou a desafios mais exigentes e que ainda se mantém, como que agravou até neste atual momento. -----

----- Mais do que um mero documento contabilístico que resulte de um compromisso de medida legal, esta prestação de contas representa um instrumento de avaliação e responsabilidade de um compromisso político perante os munícipes. -----

----- Da sua leitura nasce a vontade deste executivo de projetar uma gestão que procura conciliar estabilidade financeira, capacidade de execução e uma renovada visão estratégica para o futuro do município de Portimão. -----

----- O atual ciclo político particularmente exigente obriga ao reforço de métodos de trabalho mais partilhados, a uma discussão permanente entre os diferentes atores políticos e uma maior circulação e partilha de informação, bem como a adoção de critérios de rigor absoluto e de uma transparência inabalável. -----

----- Estes princípios constituem uma orientação permanente na atuação do atual Presidente de Câmara que pretende ver refletidos de forma constante e transversal em todas as decisões, procedimentos e ações deste executivo e da excelentíssima Câmara. As opções tomadas ao longo deste início de mandato resultam, aliás, no processo consciente de ação do município e reformulação da prioridade e revisitação dos projetos que todos queríamos para a nossa cidade. -----

----- Este exercício exigiu inevitavelmente um trabalho mais aprofundado e prolongado na preparação da proposta de orçamento para o ano 2026, precisamente porque se procurou garantir coerência entre a prestação de contas agora apresentada e a estratégia que queremos para o município de Portimão. Estratégias nas ações entretanto foram revisitadas, reformuladas e ajustadas à realidade atual. -----

----- Este processo demonstra uma clara vontade política em refazer de forma diferente com ainda maior sentido de responsabilidade rigor e adequação às necessidades concretas do concelho que reflete a proposta da aplicação dos resultados transitados. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Diogo Miguel Ferreira Coelho**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a apreciação da prestação de contas de 2025



é o momento em que se mede de forma objetiva a qualidade de governação municipal. É aqui que se confronta o discurso com a realidade dos factos e que se percebe o que foi realmente feito com o dinheiro dos portimonenses e o que estes documentos revelam é preocupante. 2025 foi um ano eleitoral e como era previsível assistimos a uma gestão orientada para a aparência. Mais eventos, mais iniciativas visíveis e mais despesa de impacto imediato. No entanto, quando olhamos para o que realmente importa, execução de obras, investimento estruturante e concretização de projetos, o resultado é francamente fraco. Baixa execução orçamental, atrasos sucessivos e incapacidade de cumprir o que foi prometido. Isto não é conjuntura, é falta de planeamento, má orçamentação e acima de tudo uma falha de governação. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, como é possível o município inscrever sucessivamente obras e projetos de orçamento e depois não os executar. Isto não é um problema técnico, é um problema político. -----

----- Se cruzarmos estes números com as dúvidas que já foram levantadas sobre o inventário patrimonial, a situação torna-se ainda mais grave. Não sabemos ao certo o que o município tem nem vemos resultados proporcionais na forma como gasta. Uma prestação de contas não é apenas um documento técnico, é o espelho das prioridades e da competência de quem nos governa. O que vemos aqui é claro, prioridade à despesa visível e curta em detrimento do investimento sério, estruturante e a longo prazo. Não basta gastar, é preciso saber gastar bem. -----

----- Cada euro mal aplicado é um euro que falta à habitação, à requalificação urbana e à melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes. Por essas razões, o grupo municipal do Chega não pode votar favoravelmente a este documento de prestação de contas. A confiança dos cidadãos constrói-se com resultados concretos e não com eventos nem com anúncios. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, relativamente a este ponto, eu queria começar por questionar aqui uma situação que se prende aqui com o relatório do ROC. O relatório do ROC não vem datado nem assinado. Aqui na informação técnica que fundamenta aqui a proposta, faz-se aqui uma alusão que, segundo se diz aqui, que o relatório está em versão preliminar e que será devidamente assinado após aprovação pelo órgão executivo, já ocorreu, em conformidade com as normas internacionais da auditoria. Ora, sendo que nós aqui neste ponto estamos a apreciar quer as contas do município, como das empresas municipais, ou seja, a EMARP e a Expo Arade Estrutura S.A. -----

----- O relatório do ROC da EMARP está devidamente assinado e datado, bem como o da Expo Arade Estrutura e, portanto, a primeira questão é essa, é saber porque é que o relatório que nos foi enviado não tem data nem assinatura do ROC. -----

----- Depois, indo aqui mais a fundo ao conteúdo do documento. Chama-nos a atenção, senhor Presidente, a questão da execução da despesa, cinquenta e dois por cento, que não deixa de ser preocupante não só que nem é a primeira vez, como por, enfim, havendo dinheiro nos cofres da autarquia, fica aqui por perceber



porque é que há uma execução, uma taxa de execução da despesa tão, tão baixa quanto a que está aqui referida. -----

----- Eu vendo projetos que estão aqui orçamentados que estão nas GOP, havendo necessidade de executá-los, eu não sei se vamos aqui ouvir que a questão daqui da taxa de cinquenta e dois por cento prende-se com o código dos contratos públicos que está em vigor e com a dificuldade de, nomeadamente lançar empreitadas. Espero que não seja essa a justificação porque não serve e porque noutros concelhos do país e da região há taxas muito superiores a esta com o mesmo código. -----

----- Depois, aqui a questão da receita, mais uma vez depende cada vez mais dos impostos arrecadados. Eu chamava a atenção aqui para a página dezassete onde se fala aqui de algumas receitas que, enfim, não vou falar do IMT, podíamos falar aqui desenvolvidamente sobre isso, nem vou falar do IMI, que apesar da diminuição até aumentou, da diminuição ligeira da taxa até aumentou, mas vou falar aqui da receita, por exemplo, da taxa turística que foi a tal panaceia que os senhores aqui no mandato anterior ainda apresentaram que era a resolução de muitos problemas do concelho e tesouraria também da autarquia, enfim, com este resultado simpático de cinco ponto quatro milhões de euros só no exercício de 2025 e continuamos sem saber senhor Presidente qual é o destino destas verbas, continuamos sem saber em que é que concretamente é que a Câmara gasta este dinheiro. Eu não vou discutir aqui novamente a questão de saber se a taxa corresponde àquilo que está na lei ou não, a criação da taxa e a fundamentação económico-financeira, já tivemos essa discussão aqui, mas pronto no mínimo conforme foi aqui prometido na altura era importante que nós tivéssemos uma informação detalhada em como é que o executivo aplica esta receita que não é propriamente uma receita marginal. -----

----- Depois, condução e trânsito. É uma forma simpática e eufemística para falar aqui das coimas, ou seja, das multas de estacionamento em linguagem mais popular. Quase quatrocentos e noventa mil euros, uma execução de cento e quarenta e seis por cento, volto a dizer, cento e quarenta e seis por cento com um aumento de setenta e seis vírgula zero quatro por cento. É fantástico, enfim, só quem não conhece o zelo e o entusiasmo com que os senhores fiscais de estacionamento da empresa municipal percorrem as ruas da cidade é que se surpreende com estes números, porque quem vê no dia-a-dia a forma empenhada e abnegada com que eles vão cirandando pelas ruas e vão abordando os condutores que por distração ou necessidade às vezes estacionam os carros é que se surpreenderia com estes números. A pergunta é, se, enfim, se estes números refletem uma política também do município ou se realmente resultam só do zelo dos agentes de fiscalização do trânsito. -----

----- Depois, temos aqui outras questões que se prendem, eu ia ali também à EMARP, a EMARP tem aqui no relatório aqui números também simpáticos em relação a esta temática. Presumo que haja aqui instruções concretas, vou dar um exemplo, vinte e cinco mil autos levantados, avisos de regularização quase treze mil, contraordenações mais de cinco mil e quinhentas, liquidadas mais de nove mil e seiscentas, enfim isto é,



enfim, é um maná que se criou aqui. E depois há aqui uma questão senhor Presidente que raramente é falada neste ponto, nestas assembleias, mas eu estive aqui a olhar para o relatório e fiquei um bocadinho intrigado, que é uma sociedade que supostamente já deveria estar extinta, que se chama Expo Arade Estrutura S.A., que é uma espécie de nebulosa deste universo do município. Se me deixarem terminar eu digo, eu vou-lhe explicar porque é que usei a palavra nebulosa. Fala-se do conselho de administração, nós não sabemos quem é o conselho de administração que até foi reconduzido agora há pouco tempo, a informação não consta deste relatório. Não se percebe exatamente o que é que a empresa faz, porque já deixou de ter a concessão quer do pavilhão Arena. Não deixou? Então, se calhar li mal, ou do edifício onde está o seu... também não deixou. Então, se calhar o documento não está correto senhor Presidente, olhe que... Está? Então pronto? Então, eu gostava que o senhor Presidente explicasse se calhar estou enganado, sou eu que estou enganado ou que vi mal, que explicasse à Assembleia qual é a atividade desta empresa e qual é o negócio que esta empresa faz, porque nós não temos aqui na informação atualizada sobre esta empresa, não sabemos o que é que a empresa, qual é o objeto da empresa e o que aquela empresa faz no dia-a-dia, quantos funcionários tem, ou que tem e qual é o seu ramo de atividade. E para já eram estas as questões que tinha. Disse. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, para dizer que na verdade só tem ali duas perguntas e dar os parabéns que finalmente foi dissolvida e encerrada a Rio Adentro e é um processo que dura há séculos, e queria saber, isso é uma pergunta, se há alguma estratégia relativamente ao estádio. Vocês conseguiram expropriá-lo em fevereiro deste ano, ao estádio, e se há alguma estratégia como manter o estádio ou alguma outra proposta e também ia perguntar sobre a Expo Arade, mas o deputado Caetano já o fez. Obrigada. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, o senhor Presidente mencionou aqui a instabilidade geopolítica de 2025 que eu não sei qual é que foi, mas estou cheia de saudades dela, cheia de saudades da instabilidade geopolítica de 2025, porque a de 2026 Jesus! -----

----- Ora, os documentos apresentados mostram o resultado positivo e uma situação financeira aparentemente sólida, mas importa olhar para além da narrativa e quando olhamos para a execução, vemos um desfasamento claro entre a receita cobrada e a despesa realizada tal como já foi mencionado e isso levanta uma questão simples. Estamos a gerir bem ou estamos apenas a adiar a execução. Este padrão repete-se no investimento, as sucessivas alterações ao plano plurianual mostram um planeamento instável que vai sendo ajustado ao longo do tempo em vez de ser cumprido. Em áreas críticas como a habitação isto é particularmente preocupante, há mais pressão, mas os projetos continuam a ser empurrados para a frente e depois há o próprio documento. São mais de mil páginas e diria que ninguém a não ser eventualmente o deputado João Caetano teve coragem de o ler ponta a ponta. Nem isso, pronto, mas a questão aqui nem se calhar é o volume, é a utilidade, porque apesar de toda esta informação continua a faltar o essencial,



indicadores claros que permitam avaliar resultados eficiência e impacto e isso é especialmente relevante, porque esta Assembleia já recomendou de forma clara a implementação desse indicadores e essa recomendação continua por concretizar. -----

----- O próprio documento fala de contabilidade de gestão, de avaliação de desempenho e de eficiência, mas essa informação não chega à Assembleia de forma útil para escrutínio e sem métricas não há verdadeira transparência. Ficamos com contas equilibradas, mas com dúvidas sobre a execução, as prioridades e os resultados. As nossas reservas são claras, já ficaram aqui anteriormente expressas também em relação ao orçamento. Porém, não tendo acompanhado a execução de 2025 vamos optar pela abstenção. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, em primeiro lugar, dizer ao senhor deputado João Caetano que relativamente às multas, o executivo não manda multar ninguém, portanto fique já bem ciente disto, portanto não mando multar ninguém e aliás quem é multado é quem está mal estacionado com certeza e, portanto, as pessoas... aliás, ainda hoje tive uma reunião com forças de segurança que fizeram também, mais na área da GNR também que me vão enviar que é para também pedir para a nossa fiscalização municipal da EMARP passar em determinados locais também porque estão viaturas mal estacionadas, portanto como vê, e muitas das multas já tenho dito aqui senhor que também me custa que é, temos alguns munícipes encartados para mandar os processos para que os carros sejam autuados. Fotografia, cartão do cidadão e depois a EMARP tem que cumprir e tem que passar o respetivo auto e, portanto, o senhor entenda como quiser, mas temos algumas multas que assim têm acontecido e já temos falado nisto aqui e não me vou querer repetir, já temos falado nisto aqui, até a viatura da E-Redes que foi arranjar a iluminação ao pé da igreja matriz foi autuada assim, portanto está a ver? Estava em serviço e foi autuada... senhor deputado, eu não posso fazer nada. -----

----- Depois, quanto à Expo Arade Estrutura, por acaso pedi um parecer ao nosso jurista, a Expo Arade Estrutura neste momento já acabámos de pagar o Portimão Arena, está totalmente liquidado e a Expo Arade Estrutura foi criada para construir o pavilhão Arena e o espaço adjacente ao Portimão Arena. Neste momento, já acabámos de pagar, mas tem mais três acionistas, são três, tem mais três acionistas que privados e pediu um parecer ao senhor advogado Rui Gomes da Silva para estarmos fundamentados como é que poderíamos fazer e como é que era a melhor maneira para tratarmos também da extinção daquela empresa, uma vez que o pavilhão Arena já está pago. -----

----- Há um contrato que a empresa passado determinados anos extingue-se e o património fica no município e por isso não vale a pena estarmos neste momento a extinguir aquela empresa, dado que ela vai-se extinguir por si só e tem um prazo acho que são mais cinco anos e, portanto, se quiser, acho que este contrato até devia de ser partilhado também pelos senhores deputados para terem conhecimento, até o parecer também do advogado que é para ver aqui o executivo aquilo que quer fazer, que é ter rigor das suas decisões e opiniões bem fundamentadas para que possa executá-las. -----



----- Do estádio já saiu a decisão judicial, o estádio já está pago e, portanto, esse é um capítulo encerrado, portanto o estádio é para se manter, mas é menos uma preocupação que temos e que está finalizada. -----

----- Depois, quando me falam, aliás, se era ano de eleições devíamos ter feito mais obra, era isto que diziam sempre aqui, é para o final do mandato fazerem obra e até nisso trabalhamos mal porque devíamos ter feito mais, mas também já tenho dito aqui e assumido aqui várias vezes até quando apresentamos o orçamento que temos que fazer mais obra, estamos todos de acordo, Portimão precisa de investimento e é este o trabalho que temos estado aqui a fazer e, portanto, senhor deputado este é um documento que tem que ser apresentado, é um documento rigoroso, mas é um documento que também para este executivo que tomou posse há seis meses e poucos dias também queremos mais investimento e é isto que estamos a fazer neste momento para trabalhar com todos e com os nossos técnicos para que Portimão tenha aquilo que merece e, portanto, este assunto do investimento já foi debatido e muito quando apresentámos o orçamento, agora trata-se do mandato passado e são estas as contas que vêm aqui e que vão ser apresentadas. Não é estas contas que quero apresentar no final deste ano, porque queremos uma maior taxa de execução e é isso que todos pretendemos. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, eu, enfim, permitindo-me fazer apartes, enfim, que acho que não deixam de fazer parte de uma sessão deste tipo, sinto-me de alguma forma defraudado com este tipo de respostas que ouvimos aqui. Quando se pergunta concretamente ao senhor Presidente que por acaso na parte final do mandato anterior era o mesmo e boa parte do executivo era o mesmo, não era completamente diferente do executivo, não era o Presidente diferente, porque é que o grau de despesa, ou a percentagem do orçamento da despesa foi esta no exercício de 2025 e o senhor Presidente diz, pois todos gostaríamos que fosse superior, vamos trabalhar para que seja superior, isto é um conjunto de lugares comuns que mais esclarece nada, senhor Presidente. Eu peço imensa desculpa, o senhor não esclarece nada, o senhor verbaliza uma série de frases la palicianas, qualquer pessoa diria e que para o debate conforme dizia o senhor Presidente da Assembleia que se pretende esclarecedor, aduzem zero e a pergunta era muito concreta, era porque é que temos esta taxa de execução? O senhor até falou nas eleições, enfim, contra si, porque se era ano de eleições se calhar devia de ter estado numa taxa superior. Não foi o caso, a pergunta é porquê? Dê-nos razões objetivas que permitam a esta Assembleia perceber o que é que de um orçamento que foi aprovado para 2025 que os senhores aprovaram, volto a dizer que os senhores aprovaram aqui, os senhores conformam-se com uma taxa de execução de cinquenta e dois por cento. Os senhores aprovam um orçamento com uma verba para a despesa e depois aprovam aqui a demonstração de resultados com cinquenta e dois por cento e ficam contentes e impávidos e serenos como se fosse uma coisa normal, as razões para isso, bom, todos queremos que seja feito um maior investimento. Muito obrigado, senhor Presidente, muito obrigado, ninguém tinha percebido e quer dizer um debate deste, se isto é esclarecedor, enfim, então eu percebo porque é que não querem a transmissão das



assembleias, porque para mostrar isto às pessoas realmente é de uma pobreza discursiva senhor Presidente, e é de uma pobreza discursiva e argumentativa que mais vale ficar aqui em quatro paredes, que ninguém veja aquilo que o senhor aqui acabou de dizer. O senhor está-se a rir, mas eu não me dá vontade de rir, eu gostaria muito que o senhor dissesse aqui taxativamente razões e apontasse argumentos para este grau de execução da despesa. Isso é que era aqui respeitar a Assembleia e esclarecer o que está aqui em causa e, portanto, os lugares comuns eu dispenso, podem ficar ali para o corredor e para fora, para o café ou lá no fim da Assembleia, naquelas conversas de circunstância, aí ficam bem e ninguém levava a mal. Aqui eu esperaria um bocadinho mais de si e o senhor já nem pode invocar a falta de experiência, infelizmente para Portimão o senhor já tem experiência, parece que não chega a experiência para o senhor vir aqui com argumentos palpáveis, inteligíveis e que fundamentem aquilo que se passa e, portanto, eu volto a perguntar quais são os motivos que o senhor aponta para este grau de execução da despesa. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que numa primeira intervenção gostaria de colocar um conjunto de questões essenciais para uma leitura rigorosa destas contas. A primeira questão tem a ver com as reservas do revisor oficial de contas. As contas de 2025 não apresentam uma certificação sem reservas e há dois pontos que não podem ser ignorados. A indefinição contabilística de um contrato de concessão transferido recentemente para o município no âmbito da transferência de competências e a participação da EMARP, cuja sua própria certificação contém reservas, cujo impacto nas contas do município desconhecemos. Por isso, eu questiono qual o calendário e o plano de ação para ultrapassar estas situações. -----

----- A segunda questão prende-se com a execução do investimento. Os dados do relatório de gestão são claros. A execução global das GOP atingiram quarenta e quatro vírgula zero nove por cento, a execução do PAM trinta e seis vírgula vinte e dois por cento, a execução do plano plurianual de investimentos ficaram com os sete vírgula oitenta e sete por cento da sua dotação final, ou se quisermos pouco mais de quinze por cento em termos orçamentais. Por isso, eu pergunto como é que justifica este executivo uma execução tão reduzida do investimento ainda para mais num ano em que a receita teve uma execução próxima dos noventa e um por cento? É uma pergunta que deixo aqui. -----

----- Quanto à terceira e última, e falando de saldos e tesouraria, apresentando o município um saldo elevado e uma posição de tesouraria robusta, gostaria de saber em concreto de que parte deste saldo efetivamente resulta de investimentos não concretizados, ou seja, de promessas não concretizadas em 2025. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, dando aqui nota e agradecendo as perguntas do deputado do PSD Vítor Couto, na realidade, a execução muitas das grandes partes até se prendeu com a habitação e o que faltou além dos projetos estarem concluídos foi concorrentes para as obras e que felizmente neste momento já disse também na



intervenção do 25 de Abril que neste momento já até não requer visto do tribunal de contas e, portanto, vão avançar neste mandato. Eram obras que estavam no mandato passado e só aqui ronda quase os quarenta milhões e, portanto, gostávamos de ter o efeito. Não existindo concorrentes, não conseguindo fazer no ano anterior vão ser feitas neste ano, aliás, já estamos prontos para assinar o contrato e para podermos dar início a estas execuções. Quanto às outras questões, vou passar aqui à senhora Vice-Presidente com os dados já. -

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Pereira Duarte**, sobre as reservas que o ROC colocou, colocou efetivamente duas uma relativa à marina, ao espaço que é ocupado pela marina, isto tinha a ver com os contratos que foram celebrados em mil novecentos e oitenta e qualquer coisa, são contratos antigos ainda com o estado português e que, na prática a marina está sediada numa zona que ainda era da IPTM e da APS, Docapesca e pronto e havia aqui uma divergência e ainda continua a haver naquilo que era a passagem daquele contrato, se o contrato no fim do período de vida útil se passaria para o município, ou passaria para o estado português, uma vez que o protocolo o contrato não é claro e diz que no fim do período de vida útil reverte para o estado, e aqui a dúvida era se o estado seria estado central ou a administração local. Nós já recebemos o parecer, estamos a analisar esse parecer jurídico, tudo aponta que o equipamento passará para o município. Por isso, esta reserva e este parecer que chegou agora recentemente ainda está em fase de análise, ainda vamos verificar de que forma é que então se reverte para as contas do município este ativo. -----

----- A outra reserva que estamos aqui a falar é uma reserva colocada pelo ROC da EMARP e cria obviamente aqui pelo nosso ROC que acompanha aquilo que veio da EMARP que tem a ver efetivamente com os terrenos da ETAR e que há ali também uma divergência por parte das Águas do Algarve relativamente ao fim do período do contrato, que há um contrato celebrado com as Águas do Algarve, se o mesmo reverterá para o município ou ficará, quem será o dono legítimo daquele equipamento. Isto são reservas. -----

----- Sobre esta questão, esta última ainda estamos a aguardar uma reunião com as Águas do Algarve e a partir daí é que nós poderemos verificar de que forma é que esta reserva será solucionada. Está bem? Julgo ter esclarecido às questões colocadas pelo deputado Vítor Couto. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, começo por referir que o município apresenta hoje uma situação financeira estável. Apresenta um resultado líquido positivo na ordem dos sete vírgula cinco milhões de euros, uma execução da receita próxima dos noventa e um por cento, não há pagamentos em atraso, o endividamento foi reduzido e a tesouraria é hoje confortável e estes são os factos que podemos verificar neste documento, mas senhor Presidente, a política não se esgota em factos contabilísticos e é precisamente aqui que começa o verdadeiro problema e acrescentaria o drama dos portimonenses, porque há uma diferença fundamental entre arrecadar bem e executar bem, e aquilo que estas contas nos mostram é que o executivo continua a ter dificuldades em transformar a sua capacidade financeira em ação concreta no território, seja por fatores conjunturais muitas vezes aqui invocados, seja por



concorrentes que não aparecem ou que não concorrem, ou seja, por qualquer uma outra justificação há sempre uma justificação, mas o problema é que a obra não é feita. A execução da despesa ficou-se por cinquenta e dois por cento e quando olhamos para as grandes opções do plano que, no fundo, o instrumento onde se mede a concretização da ação política, a execução global não ultrapassa os quarenta e quatro por cento, sendo que a despesa de capital essa atinge simplesmente vinte e quatro por cento. Isso significa de forma muito clara que mais de metade daquilo que foi permitido aos portimonenses para 2025 simplesmente não saiu do papel. E quando descemos ao detalhe o cenário torna-se ainda muito mais preocupante. Nas áreas de maior impacto na vida das pessoas a execução é ainda muito mais reduzida. -----

----- Nos últimos dias temos falado muito sobre os problemas da educação. Vamos analisar a educação, vamos analisar a prestação de contas na parte da educação. Convido-os a todos se tiverem a oportunidade de abrir a página quatrocentos e oitenta e oito do documento PDF que nos foi distribuído e verificamos nessa página que dos dois vírgula três milhões de euros previstos de investimento apenas foram executados quatrocentos mil euros. Estamos a falar de uma taxa de execução na ordem dos dezassete por cento, mas mais do que um número global, importa perceber onde é que isso impacta na vida dos portimonenses, na vida das famílias, nas nossas crianças. Vejamos. -----

----- Na requalificação prevista para a escola EB1 de Alvor estavam previstos um investimento de cento e oitenta e cinco mil euros. Sabem quanto é que foi executado? Zero. Na escola básica número um de Chão das Donas estava previsto cento e quarenta mil euros. Executaram-se trinta mil. Na escola básica número um jardim de infância da Pedra Mourinha a execução ficou simplesmente por quarenta por cento daquilo que estava prometido. Na escola José Sobral na Mexilhoeira Grande dos noventa e seis mil euros previstos, executaram-se apenas quarenta mil. No centro escolar do Alto Alfarrobal, dos quinhentos e setenta e dois mil euros que estavam previstos a sua execução ficou por cinquenta e poucos mil, não chegou aos dez por cento. Na escola Manuel Teixeira Gomes com uma previsão de investimento para 2025 de quatrocentos e sete mil euros integrada no projeto global de vinte e cinco milhões de euros, foram executados a grandiosa quantia de dezoito mil euros. -----

----- Senhor Presidente, perante estes números percebe-se bem a contestação dos profissionais da educação e a luta que têm vindo a desenvolver. São promessas atrás de promessas que ficam por cumprir. Isto não são meros desvios, isto são investimentos que ficaram por fazer, são promessas que foram feitas por este executivo e que não foram concretizadas. São obras que não avançaram, são necessidades que continuam por responder e quando olhamos para outras áreas como, por exemplo, a habitação e que já foi muito bem aqui dito pelo senhor Presidente, o cenário ainda é mais grave. Estamos a falar de uma dotação de cerca de quinze vírgula nove milhões de euros a nível de despesas de capital para uma execução, pasme-se de cento e oitenta e dois mil. O grande drama da habitação, aqueles que todos nós falamos que tínhamos que resolver conseguiu ter uma taxa de execução brilhante de um vírgula um por cento. Parabéns, mas mais do



que números, importa perceber o que isso representa. Estamos a falar das verbas do PRR que não foram executadas e como tal perderam-se. Estamos a falar de oportunidades, também se foram e acima de tudo estamos a falar de portimonenses que continuam à espera e a desesperar por uma solução de habitação. ----

----- Senhor Presidente, isto não é uma execução baixa. Isto é a ausência da execução. -----

----- Quando olhamos para o plano plurianual de investimentos o cenário confirma-se. A execução na ordem dos sete vírgula oitenta e sete por cento da dotação final, independentemente de uma leitura técnica que se faça, a conclusão é inevitável. O investimento ficou mais uma vez muito aquém daquilo que era previsto. Isto não é um acidente, isto é um padrão, é um padrão que se repete ano após ano, um planeamento ambicioso, mas uma execução insuficiente ou praticamente nula, e é aqui que esta análise deixa de ser técnica e passa a ser política. -----

----- Os cidadãos não vivem de saldos, não vivem de boas taxas de execução da receita, vivem daquilo que veem, daquilo que sentem, daquilo que muda efetivamente as suas vidas. Vivem de obras feitas, vivem de respostas concretas, de políticas que saem do papel e não de meras promessas. -----

----- Aquilo que estas contas nos dizem é que apesar de haver recursos, essas respostas continuam a chegar tarde ou simplesmente não chegam. -----

----- Acresce ainda um elemento que impõe prudência na análise que são as reservas do revisor oficial de contas e que não são meramente formais. Estamos perante situações relevantes designadamente no que respeita aos contratos de concessão que ainda não estão refletidos contabilisticamente. -----

----- Senhor Presidente, isto deve ser dito com clareza, estas contas devem ser lidas com exigência, mas não podem ser lidas com complacência. -----

----- O que temos hoje é uma realidade dupla. Por um lado, um município com contas equilibradas. Por outro, um município que continua a faltar naquilo que mais importa, na execução naquilo que promete aos portimonenses, e essa falha tem consequências. Tem consequências na habitação, tem consequências na educação, tem consequências no espaço público, tem consequências na vida de todos nós e também tem consequências políticas. -----

----- A erosão da credibilidade do planeamento, porque quando ano após ano se promete mais do que aquilo que se executa, o problema deixa de ser simplesmente financeiro, passa a ser um problema de confiança. ---

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, o PSD não ignora os indicadores positivos. Não ignora que estamos perante um executivo novo, mas também não pode ignorar um padrão se bem confirmando ano após ano de uma não execução. Dito isto, também digo que vamos votar, vamo-nos abster nesta votação, mas quero-lhe dizer, esta abstenção não é neutra. Esta abstenção assenta num princípio que estas contas estão certas e que o passado como todos sabem é irreversível, porque concordando ou não com o que está neste documento com esta prestação de contas não podiam espelhar outro resultado. Falamos daquilo que já foi executado, daquilo que foi executado em 2025 e como tal este documento tem que ser votado com a sua



componente técnica, porque ela não pode ser mudada, mas esta é uma abstenção que reconhece se reconhece o equilíbrio financeiro, não a valida na sua componente política. -----

----- Senhor Presidente, deixamos aqui hoje um aviso claro ao executivo. Um aviso sério, responsável e provavelmente útil. -----

----- Quando o PSD viabilizou o orçamento para 2026 fê-lo com uma condição inequívoca. A execução efetiva dos projetos nele inscritos. Não foi um cheque em branco, não foi um ato de irresponsabilidade, foi um ato de exigência, e aquilo que hoje estas contas nos mostram é que o problema não está resolvido. O problema repete-se, o padrão mantém-se, a execução fica sempre aquém daquilo que são as suas promessas.

----- Se em 2026 voltamos a assistir ao mesmo cenário de planos ambiciosos de execução reduzida e de resultados que não chegam às pessoas, então o executivo perderá perante nós toda a credibilidade para continuar a apresentar orçamentos que não concretize. E mais do que isso, deixará de existir confiança política mínima para viabilizar estes documentos. -----

----- Senhor Presidente, os portimonenses não vivem de invenções, não vivem de planos, não vivem de números, vivem de resultados. -----

----- Minhas senhoras e meus senhores, não é uma questão de interpretação, é uma questão de evidência e para isso é bom essas ciências que são exatas. Quando se promete não se concretiza, a política falha e quando essa falha se repete a responsabilidade tem que ser assumida, porque aquilo que está em causa não é apenas números, são expetativas criadas, são compromissos assumidos, são respostas que continuam por dar aos portimonenses. Estes são os resultados que a todos nos devem envergonhar, em especial àqueles que têm responsabilidade de executar tudo aquilo que prometem e não fazem. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, parece que estamos a discutir e a aprovar as contas do exercício de 2026, mas não. Estamos a aprovar um documento de 2025, portanto há aqui um conjunto de intenções subjacentes que dão a entender que o contexto não está muito certo. No entanto, a prestação de contas de 2025 que hoje discutimos é muito mais do que um relatório técnico. É a prova concreta de uma governação que foi responsável, transparente e financeiramente sólida e convém dizê-lo com muita clareza. Quando olhamos para os números, o que vemos é o município com contas equilibradas, com um saldo líquido positivo de sete vírgula cinco milhões de euros e um saldo orçamental superior a sessenta e três milhões de euros. Isto são factos de 2025. Em 2026, cá estaremos para analisar o respetivo relatório que nos compete. -----

----- Vemos uma autarquia sem pagamentos em atraso com um prazo médio de pagamento de seis dias que é exemplar em termos do contexto nacional continental e das ilhas e com uma margem confortável no limite de endividamento e também aí somos referência em termos nacionais. Isto não é acaso, isto tem uma justificação, isto é boa gestão. A oposição e nós compreendemos procura centrar o debate na execução da despesa, mas é importante colocar essa questão no seu devido contexto. -----



----- Uma execução da despesa de cinquenta e dois por cento não é por si só um sinónimo de má gestão. Ela por si só não constitui má gestão, é a prova de que não se gasta por gastar, não se executa despesa apenas para inflacionar números no final do ano. Mais, uma parte significativa dessa execução e essa questão foi colocada aqui variadíssimas vezes, está diretamente relacionada com fatores externos que ultrapassam a vontade de todos nós e do executivo. Concursos públicos, contexto económico, aumento de custos, constrangimentos do mercado que não podem ser ignorados nem simplificados em discursos aparentemente fáceis. -----

----- O que verdadeiramente importa é que o município tem capacidade financeira, tem saldo, tem sustentabilidade e tem condições para executar investimento com responsabilidade. Muito pior seria o contrário, contas desequilibradas, dívida descontrolada, compromissos por pagar e isso manifestamente não é o caso que estamos aqui a analisar. Aliás, estes resultados demonstram exatamente o oposto. Uma gestão que não cede a pressões imediatistas, que não compromete um futuro com decisões de curto prazo e que garante estabilidade financeira para continuar a investir de forma sustentada e democraticamente também responsável. -----

----- Às vezes proferimos algumas afirmações que são desenquadradas de contexto. Há pouco falámos sobre o investimento da educação feito pelo município em 2025, repito em 2025. Falava-se de despesas de investimento e por acaso não se falou em despesas de funcionamento, cresceram quinze vírgula quatro por cento e muitas vezes não está só em causa o valor do crescimento, está em causa e deve ser dado um realce muito importante às condições em que foi feito o apoio ao funcionamento, porque o funcionamento é mobilizador, é caracterizador da vontade política e isso deve ser realçado e deve ser dada a devida importância. Aliás, estes resultados demonstram exatamente uma gestão que não cede às pressões imediatistas como eu disse e que resultado disso traçou o seu caminho e teve o cuidado de seguir de forma democrática, participada e transparente o caminho que previamente traçou. -----

----- Queria lembrar que a legitimidade política se ganha em eleições e não com discursos e que a meio deste trajeto tivemos eleições e os resultados foram aquilo que todos sabem. Por isso, aquilo que hoje está aqui em causa não é apenas a execução de um orçamento, é a validação do modelo de governação rigoroso, responsável e transparente, e é por isso que reconhecemos esse trabalho, essa seriedade e esses resultados que a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente à proposta que hoje é apresentada. Muito obrigada.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, fiquei maravilhado com esta última intervenção porque apelar aqui à ausência de despesismo, à inflação, a fatores externos como se não fosse a autarquia que fizesse os concursos que depois ficam desertos e fixasse os preços para esses concursos e à validação de um modelo de governação, ou seja, orçamentar dez e executar mais ou menos cinco vírgula dois, este modelo de governação e pedir aqui que nós de alguma forma demos guarido a este modelo de formação eu, enfim, pela nossa parte não tenho forma de acompanhar isto e



acho que isto é um desfasamento da realidade que ficou aqui evidente e, portanto, nós não temos aqui alternativa e, portanto, nós não temos aqui alternativa senão votar contra esta deliberação e depois eu estava aqui a ouvir estas intervenções e vejam lá bem, lembrei-me do José Mário Branco, lembrei-me dos versos de José Mário Branco. O José Mário branco dizia assim uma coisa que ficou célebre que eu vou tentar resumir que o tempo é curto, «há contas com o bem que tu me fazes, há contas com o mal que te passei com tantas guerras que travei já não sei fazer bem as pazes, e depois cá dentro uma inquietação, inquietação, é só inquietação, inquietação porque eu não sei, porque eu não sei, porque eu não sei ainda e há aqui mais coisas, há sempre qualquer coisa que está para acontecer, qualquer coisa que eu devia perceber, porquê não sei, porquê não sei, porquê não sei ainda» e a verdade é esta senhor Presidente, nós não sabemos porque é que isto acontece assim, há aqui alguma coisa que está para acontecer todos os anos no orçamento quando os senhores aprovam um pedido de orçamento, os senhores têm aqui essa coisa para acontecer todos os anos quando aprovam o orçamento e depois vêm aqui dizer com esta desfaçatez quase conformismo, não aconteceu porquê não sabemos, porquê não sabemos, não sabemos ainda e a prova depois a execução das contas faz com que seja aprovado um orçamento. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, não respondendo aos poemas de José Mário Branco, mas gostei mais de ouvir no 25 de Abril do que o senhor deputado agora a recitá-lo, dar nota do seguinte. Em 2025 o concurso foi aberto e felizmente neste momento já há concorrentes e está fechado para os vinte e oito fogos da quinta do Amparo. Foi também aberto e neste momento está fechado para os duzentos e quatro fogos da Coca Maravilhas. A via V2 também já veio hoje aqui e vai ser uma realidade também neste ano. A casa Manuel Teixeira Gomes foi o concurso aberto, está na abertura das propostas agora também para este ano. Quinta do Amparo fechado o concurso, tribunal de contas também vai-se iniciar este ano. Portanto, acho que são boas notícias daquilo que pretendemos fazer. -----

----- Depois, respondendo ao senhor deputado Vítor Couto e concordando consigo pela parte da educação, dar-lhe nota que da transferência de competências o município recebe sete milhões, setecentos e setenta e dois mil e qualquer coisa. O município gasta com a educação e é bom que este valor seja decorado por todos, catorze milhões, oitocentos e um mil trezentos e vinte e oito Euros. -----

----- Quanto às obras que temos para fazer nas escolas, em reunião com o senhor Ministro da educação, o senhor Ministro da educação fez questão de frisar com os presidentes de Câmara todos, que tem quinhentos estabelecimentos escolares para reabilitar, quinhentos. Tem que ser faseado para um programa para os próximos dez anos. -----

----- Em Portimão, dos apoios que estavam inscritos e não me perguntem a mim porquê, estava a escola de Chão das Donas que vamos abrir concurso este ano para ampliação e estava o jardim de infância José Francisco Sobral inscrito. Já fiz questão de ir visitar e se há equipamento escolar que não precisa de ser



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reabilitado é o jardim de infância José Francisco Sobral. Tentei que fosse outro e que pudéssemos trocar este jardim de infância por outro equipamento escolar. Não é possível e, portanto, estamos a trabalhar com o Ministério da Educação para apresentar com os projetos em andamento, porque sabemos da necessidade que temos e não lhe custa mais ao senhor deputado do que a mim que estou cá no dia-a-dia e que temos a prioridade na educação e que temos o foco na educação, inclusive já pus um arquiteto a trabalhar diretamente ali também ao pé do meu gabinete só para a área da educação. Agora que a habitação está fechada, os concursos e a obra vai estar no terreno, agora vamos focar na educação e isto é o empenho deste executivo e destes seis meses que fomos eleitos e é isso que vamos continuar a fazê-lo, dando nota e repetindo aqui do diferencial de sete milhões que recebemos, foi a transferência de competências, foi o que foi acordado, o estado não tem aumentado este valor e o que gastamos são catorze milhões e oitocentos. Tenho dito, senhor Presidente. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-f)** – Discussão e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais relativos ao exercício económico do ano de 2025 e Proposta de Aplicação de Resultados Positivos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 313/26, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	0	0	0	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	4	1	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	7	0	0	2	0	9

----- Foram aprovados, **por maioria**, os Documentos de Prestação de Contas Individuais relativos ao exercício económico do ano de 2025 e Proposta de Aplicação de Resultados Positivos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 313/26**. -----

----- Não esteve presente o Senhor Deputado Municipal da Bancada do Chega, Emanuel Afonso Torres. -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-g)** - Discussão e Votação da Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio público Municipal, para cedência e integração no logradouro de prédio sito na Rua Drº Afonso Costa, S/N, Alvor – Portimão, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Alvor, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 288/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-g)** – Discussão e Votação da Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio público Municipal, para cedência e integração no logradouro de prédio sito na Rua Drº Afonso Costa, S/N, Alvor – Portimão, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Alvor, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 288/26, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	4	1	2	1	22
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	0	0	0	0	7

----- Foi aprovada, **por maioria**, a Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio público Municipal, para cedência e integração no logradouro de prédio sito na Rua Drº Afonso Costa, S/N, Alvor – Portimão, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Alvor, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 288/26.** -----

----- Não esteve presente o Senhor Deputado Municipal da Bancada do Chega, Emanuel Afonso Torres.

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-h)** - Discussão e Votação da Prorrogação do Prazo da Operação de Reabilitação Urbana da ARU – Centro Histórico de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 324/26**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para tentar perceber o porquê desta omissão da publicação aqui da deliberação de 11 de abril de 2025. Eu tive que ler aqui o documento três vezes, porque fiquei com dúvidas, enfim, antes de mais, a razão de ser da não publicação desta deliberação que a Assembleia aprovou no ano passado, nós até votámos contra na altura. Depois, não se percebe porquê, porque a proposta não diz aqui a razão de ser, pois remetem-nos aqui um parecer jurídico, enfim, eu nem vou entrar para já no parecer jurídico, se calhar até merecia, mas para já não vou focar-me nisso. Queríamos era perceber como é que ao fim de um ano isto está por publicar e a questão agora evidente é, vamos eventualmente se for aprovada aqui esta proposta ratificar com efeitos retroativos, isto, na prática vai ter como consequência que a ARU vai ficar em vigor pelo menos mais um ano se bem entendi e, portanto, não consegui perceber a razão de ser desta omissão. Queria perceber e queria que fosse aqui explicado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, ora, esta proposta não nos levanta objeções de fundo. Parece-me que estamos a corrigir uma



qualquer falha administrativa, pelo que eu consegui perceber, tal como referiu o deputado João Caetano não está muito bem explicado o que é que aconteceu. Terá havido uma deliberação desta Assembleia que, na prática, nunca produziu efeitos porque não foi publicada como devia e é assim, não me parece que isto seja um procedimento particularmente complexo ou sofisticado, parece uma coisa regular que falhou e também me interessava saber o que é que aconteceu. Importa principalmente retirar uma lição e evitar que este tipo de situação se possa repetir, insistir em que deve haver, portanto obviamente rigor nos procedimentos e evitar que este tipo de situação volte a ocorrer, porque me parece no mínimo embaraçosa. Muito obrigado. --

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em 11 de abril de 2025 a Assembleia Municipal aprovou por maioria vinte e sete, como já foi dito aqui, vinte e sete votos a favor e três contra a prorrogação da vigência da ARU, do centro histórico de Portimão por mais cinco anos. Trata-se de uma decisão que teve um amplo consenso político e também se mantém plenamente justificada. Contudo, por se tratar de um instrumento de gestão territorial a deliberação devia ser obrigatoriamente publicada em Diário da República nos termos do artigo cento e noventa e cento e noventa e um do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. A ausência desta publicação feito pela eficácia jurídica da delegação sem que os seus fundamentos ou objetivos tenham alterado. A solução legalmente adequada confirmada por um parecer jurídico externo e independente é aprovar uma deliberação de ratificação com efeitos retroativos no abrigo do artigo cento e sessenta e quatro conjugado com a alínea a) do número dois do artigo cento e cinquenta e seis do Código de Procedimento Administrativo. Esta via é a melhor porque satisfaz o interesse público e regulariza o ato em plena segurança jurídica. -----

----- O que se pede hoje é que se confirme e regularize juridicamente aquilo que já foi democraticamente decidido. Não houve qualquer alteração dos pressupostos de facto ou de direito que motivam a deliberação original. -----

----- O município agiu com transparência ao identificar uma omissão e promover a sua correção de forma legalmente prevista em vez de a ignorar. -----

----- A manutenção da ARU em vigor é fundamental para os proprietários, investidores e particulares no centro histórico que continuem a beneficiar de incentivos fiscais e apoios à reabilitação associados a este instrumento. Qualquer lapso na eficácia jurídica da prorrogação prejudicaria diretamente os cidadãos e empresas que investem na revitalização do centro histórico. -----

----- O facto desta proposta ter sido aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, incluindo pela oposição demonstra que há um consenso alargado sobre a necessidade de legitimidade desta regularização. O PS mantém a coerência na Assembleia Municipal. Face ao exposto a bancada do Partido Socialista votará a favor desta ratificação. Tenho dito. -----



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Joana Isabel Moreira Mira Baptista**, para dizer que o grupo municipal do Chega votará favoravelmente à ratificação e confirmação com efeitos retroativos da prorrogação do prazo de operação de reabilitação urbana do centro histórico de Portimão. No entanto, não podemos deixar de registar com firmeza o seguinte. Esta situação resulta de uma falha por parte do executivo, este tipo de falhas não pode ser tratado como erro pontual, revela falta de rigor e compromete a credibilidade da gestão municipal. Esperamos que no futuro o executivo tenha mais rigor e cuidado na execução destes processos. Pelo interesse superior da cidade o Chega votará a favor. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, só duas perguntas. Uma é, os atos que foram praticados desde abril de 2025 até hoje eles estão fundamentados legalmente? Essa é uma questão que eu acho que era importante verificarem, e a segunda é, se é uma ratificação, confirmação com efeitos retroativos em abril de 2025 queriam a prorrogação por cinco anos, nós agora vamos votar cinco anos a contar de agora ou cinco anos a contar de abril de 2025? São essas duas perguntas. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, penso que muitas das coisas já foram ditas, mas há aqui uma questão e porque nós estamos aqui apenas, estamos a limitar a corrigir um erro administrativo e pronto é coisa que tem que... agora, o que me preocupa aqui é se eventualmente, digamos este lapso o que é que poderá ter impactado por exemplo numa empresa ou num investidor do centro da cidade. Isto tem a ver com questões fiscais eventualmente e, portanto, devemos ter sempre muito mais cuidado nestas questões que isto poderia ter impactado aqui na vida de uma empresa ou de um investidor, seja ele empresarial ou individual e por isso gostaria de saber se têm noção que isto poderia ter causado aqui danos às pessoas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a preocupação, recordo que com a saída do diretor e com a mudança do chefe de divisão foi quando este assunto foi detetado e por isso podia ter causado grandes transtornos na vida de muitas pessoas. Felizmente foi detetado a tempo e com este mecanismo conseguimos corrigi-lo. Corrigi-lo e como a deputada Lucinda Caetano perguntou é cinco anos a contar desde a data que é publicado e, portanto, o que fiz foi pedir para abrir o inquérito porque acho que é elementar o executivo saber, não é o executivo que manda fazer estes registos, tem técnicos responsáveis, tem os chefes de divisão, tem os diretores e, portanto, assim que tivemos conhecimento mandei abrir um inquérito para saber qual foi a causa que isto foi posto numa caixa de uma pessoa que não estava ao serviço. Era a pessoa que fazia os registos, mas se não estava ao serviço não podia ter sido posto nesta caixa desta pessoa. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhor Presidente, eu, enfim, não queria prolongar muito a sessão porque a hora já vai adiantada, mas



realmente estamos aqui a laborar aqui em erros sucessivos. Houve o erro da não publicação e agora em resposta aqui a uma pergunta que foi colocada e bem que a pergunta é pertinente, diz que são cinco anos a contar da publicação. Não, senhor Presidente, peço imensa desculpa, efeitos retroativos quer dizer que se esta deliberação for aprovada e a ratificação for aprovada os efeitos retroagem à data da deliberação de abril de 2025. É isso que é retroagir, porque senão eram cinco anos a partir de agora e havia aqui um hiato temporal de um ano e parece-me que é isso que o executivo não quer. Bom, portanto não são cinco anos a partir de abril de 2026, ou de maio de 2026 se, enfim, resta saber quando é que vai ser publicado se ainda será em maio de 2026, presumo que sim. Serão cinco anos a contar de 11 de abril de 2025. Agora, a questão aqui prende-se já foi mais ou menos a florada, a questão aqui prende-se em saber com o que é que aconteceu durante este ano. Quantos pedidos é que houve ao abrigo da ARU ao longo deste ano concretamente e eventualmente quantos pedidos é que deixaram e quantos munícipes ou empresas deixaram de ter benefícios fiscais porque não feita esta publicação, porque uma de duas. Ou a bem que o senhor Presidente diz aqui não houve nenhum pedido durante este ano, portanto não houve ninguém afetado por esta ausência de publicação e vai-se agora corrigir um erro administrativo ou o que se quiser chamar para que durante mais quatro anos a ARU esteja em vigor que é uma coisa que, enfim, é possível, ou então houve alguém prejudicado, mas se foi a primeira hipótese e não houve ninguém a pedir nenhum benefício fiscal durante este ano, ó senhor Presidente, então eu vou ter que repetir aqui o que disse aqui em 11 de abril do ano passado e vou falar de memória, há-de estar na ata. Então, se calhar se não houve ninguém, é uma prova que esta ARU tal qual existe não serve os interesses do município nem dos munícipes e está manifestamente desfasada da realidade. Nós não somos contra a reabilitação urbana, somos contra sim uma ARU que foi feita de forma deficiente desde o início, nomeadamente sem fundamentação técnica e sem uma estratégia para as suas normas e a sua área de intervenção, e aliás tanto foi assim que basta ver os resultados práticos desta ARU, poderiam ter sido muito mais visíveis e muito mais profundos no património edificado e reabilitado e ficou-se por uma coisa muito, enfim, muito aquém daquilo que poderia e deveria ter acontecido. -----

----- Eu gostava de saber porque acho que é o mínimo que esta Assembleia tem o direito a saber é o que é que aconteceu durante este ano. Existiram ou não pedidos que foram inviabilizados por esta ausência da publicação. Se sim então se calhar eventualmente não terei razão, então se calhar a ARU eventualmente ainda faz sentido. Se não existiram ó senhor Presidente, então se calhar estamos a ratificar uma coisa que não tem razão de ser, estamos a ratificar uma coisa que tem que ser revista de fio a pavio e tem que ser feita uma nova ARU com uma estratégia decente, coisa que não foi feita desde o início e, portanto, gostava que o senhor aqui dissesse claramente isto e respondesse claramente a esta questão e gostava que confirmasse aquilo que eu acabei de dizer, ou seja, aplicação retroativa ou ratificação com efeitos retroativos é retroagida a 11 de abril de 2025. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, já pedi a confirmação é consoante aquilo que o senhor deputado disse, é com retroativos à data que devia ter sido publicada, com efeitos retroativos. Portanto, confirmação que é para que a informação seja bem dada. -----

----- Depois, houve processos que entraram na Câmara e por isso a nossa preocupação também é que as pessoas não fiquem prejudicadas, incluindo há processos que estão em avaliação neste momento, estão em avaliação neste momento e, portanto, queremos continuar com a ARU, aliás, a ARU foi criada no mandato de 2013 e foi bem com técnicos responsáveis também e, portanto, é isto que este executivo também quer fazer, é voltar ainda a dar mais força à ARU, porque queremos a reabilitação urbana do centro da cidade e, portanto, queremos voltar a ter uma ARU com força e não queremos como a ARU já foi noutros tempos esvaziada. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, então, é muito breve, isto é uma posição pessoal minha e que decorre daquilo que acabei de dizer e, portanto, só me veicula a mim. Eu vou votar contra esta deliberação não porque esteja contra a reabilitação urbana, não porque ache que o centro histórico da cidade deve ser reabilitado, antes pelo contrário, porque desde o início e quem quiser vá ver as atas, em 2013, quando foi aprovada a ARU, desde o início entendo que esta ARU foi mal feita, com uma estratégia praticamente inexistente e, portanto, estar a corrigir uma coisa mal feita é estar a persistir num erro e, portanto, é nessa medida que vou votar contra dizendo que era altura já de uma ARU nova. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 4-h) – Discussão e Votação da Prorrogação do Prazo da Operação de Reabilitação Urbana da ARU – Centro Histórico de Portimão, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 324/26, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação Unidos Por Portimão	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	7	4	0	0	0	25
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	1	0	1

----- Foi aprovada, **por maioria**, a Prorrogação do Prazo da Operação de Reabilitação Urbana da ARU – Centro Histórico de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 324/26.** -----

----- Não esteve presente o Senhor Deputado Municipal da Bancada do Chega, Emanuel Afonso Torres. ----

Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, parece que vamos ter um momento de sugestão literária, É verdade? Muito bem. -----



----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da Iniciativa Liberal **Ana Sofia Schubeius Corte – Real de Landerset**, para dizer que consegue ser sucinta, mas isto vale imenso a pena. Eu mais do que apresentar-vos um livro, gostava de vos apresentar um escritor e é um escritor que me surpreendeu e que me apanhou desprevenida há uns anos, porque não é nada, nada o meu género, mas foi-me recomendado por uma amiga e do entusiasmo com que ela vinha com o livro na mão... foi o primeiro livro que eu li do Afonso Cruz, foi este, «para onde vão os guarda-chuvas». É um belo calhamaço e se calhar não foi a maneira mais fácil de entrar no Afonso Cruz, mas foi absolutamente delicioso e fui completamente apanhada de surpresa e era de facto um livro que eu trazia para vos apresentar hoje porque foi o primeiro e foi o que me fez realmente entusiasmar-me por este autor tão fora, tão fora daquilo que eu costumo consumir. -----

----- Quando me estava a preparar para trazer este livro descobri que ele tinha publicado outro. Pronto, ele já publicou imensos, eu já li alguns, trouxe-vos o primeiro e o mais recente que eu li e este mais recente chama-se «A cozinheira do ditador» e saiu realmente há poucas semanas, eu quando o encomendei ele ainda estava em pré-venda, mas pronto eu pego num livro deste homem e leio isto agarrada o tempo todo, largo tudo e esta «Cozinheira do Ditador» tal como todos os outros livros do Afonso Cruz que eu li, é realmente uma coisa muito diferente. O Afonso Cruz para além de escritor é ilustrador, é músico, é um criativo em várias frentes e isso reflete-se nos livros também em termos gráficos que são ilustrados por ele e a própria estrutura dos livros é invulgar e reflete sempre um bocadinho aquilo que ele nos está a tentar contar. -----

----- A «Cozinheira do Ditador» é a Maria, é a narradora deste livro e é uma cozinheira que está aprisionada no palácio de um ditador fictício, mas que às vezes parece que estamos a reconhecer. É um ditador que a oprime, que é extremamente cruel e ela ao longo do livro vai planeando a sua vingança, mas o livro não é só sobre a vingança, e apesar de percebermos perfeitamente onde é que isto vai dar o livro passa por um monte de temáticas, seja o papel das mulheres na sociedade, seja a ancestralidade do fogo e do lar na cozinha, o ato de comer como é que ele distingue os humanos dos animais. É um livro que sai da cozinha e realmente vai por caminhos absolutamente extraordinários muitas vezes cruéis, mas mesmo na maior violência eu acho que este autor escreve de uma forma extremamente bela nas situações mais escabrosas que vocês possam imaginar que se passam numa cozinha do palácio de um ditador, e ainda mais particularmente em qualquer um dos salvo erro quatro ou cinco livros que já li do Afonso Cruz o que eu gosto mesmo mesmo é das palavras, é das muitas palavras e das palavras muito diversas que ele usa e que parecem estar sempre no sítio certo, é uma coisa que me agrada pessoalmente, não sei se toda a gente se entusiasma assim com as palavras postas nos sítios certos, mas eu gosto muito e para não vos prender aqui durante muito mais tempo vão-me deixar só ler aqui uma parte de um capítulo em que a cozinheira Maria enquanto está a planear a sua vingança que vai culminar obviamente com o fim do ditador, ela está aqui a escrever sobre compotas e eu acho este trecho particularmente apetitoso. «Planear é um dos segredos para



uma vida com sentido. As receitas são planeamentos que deram certo e que se gravam para poderem ser repetidos. Muito do que se passa na cozinha é planeamento e esperança. Li não sei onde uma pergunta cuja premissa muito me inquietou. Quem faria compotas se não tivesse a esperança de viver pelo menos o tempo suficiente para poder comê-las? Seria possível formulá-la de outro modo revelando algo mais interessante do que a crença na nossa continuidade. Que para o ano ainda cá estaremos para lambar o indicador depois de o espetarmos no doce de abóbora. -----

----- Quem faria compotas se não tivesse a esperança de viver pelo menos o tempo suficiente para comê-las, ou não acreditasse que se acontecesse morrer no futuro próximo haveria quem as comesse. -----

----- Fazer compota é assim um ato de fé e de esperança. Há um otimismo implícito na pessoa que a faz quando espera comê-la, do mesmo modo que há um otimismo implícito em relação ao futuro das pessoas que o fazedor de compotas ama e que possam vir a comê-las. -----

----- Não me parece que oligarcas ou déspotas façam a compota aos domingos. O meu ditador não faz, mas posso estar enganada em relação a outros espécimes do autoritarismo global. Alguns parecem familiares amorosos, pelo menos nas fotografias. São capazes de destruir milhares de vidas durante a semana, mas ao domingo escovam os filhos o pelo do lulu da Pomerânia, bebem limonada e comem brownis, enfim, certo é que o meu repito não faz compota nenhuma. -----

----- Em relação aos outros tiranos, talvez devido a preconceito, tenho muitos, inclino-me mais para a hipótese no caso de o oligarca ou autocrata decidir fazer compota ou espremer limões, ser mais provável que o ordene a uma das criadas: em vez de acender o fogão, estala os dedos. -----

----- Na verdade, hoje em dia ninguém precisa de fazer compotas ou mandar fazê-las. As grandes superfícies têm prateleiras cheias de oferta. Por isso, a insistência nesta prática revela algo muito mais importante que dificilmente encaixaria no currículo de um aspirante a vilão global. -----

----- Fazer compota implica pensar no futuro e não em destruí-lo. É acreditar que os netos ainda vão ter pão onde a barrar. -----

----- Na odisseia os humanos são apelidados de comedores de pão e esse é o traço civilizacional que neste caso tem valor ético. -----

----- Esta questão do pão poderá ser discutível, mas não irei problematizá-la aqui. Pretendo apenas salientar que no contexto do Américo serve para distinguir pessoas de monstros que muitas vezes confundem como Polifemo o ciclope que devorava humanos. Poderia assim arriscar uma definição melhor para a humanidade ampliando a da Odisseia comedores de pão com doce. Tiranetes terão grande dificuldade em compreender o gesto tão prosaico de fazer compotas, de fortalecer laços em vez de destruir a sociedade, o futuro e a esperança. No entanto, não deixa de ser curioso que ao contrário da minha avó têm maior probabilidade de ficar para a história, porque infelizmente não nos esquecemos de alguns nomes incontornáveis quando falamos de atrocidades, mas também acontece muito a história não ter espaço



destacado, pelo menos com esse protagonismo simultaneamente necessário e hediondo para todos os sátrapas. O trono dos horrores com direito a eternidade e tudo já está cheio deles. Todos bastante componentes até na sua ignomínia. Não é fácil chegar tão baixo, apesar das tentativas diárias que testemunhamos nos noticiários. -----

----- A vileza nas suas formas mais grotescas implica grande dedicação à infâmia. Por vezes décadas de crimes continuados. Assim, alguns conseguirão não ser esquecidos, mas inúmeros acabarão mesmo depois de muita torpeza e indignidade no rodapé qualquer da história como vilões sem grande relevância. Ironicamente monstros falhados e ao mesmo tempo humanos falhados. -----

----- A compota é por isso uma lição prática de ética, sendo na sua essência um gesto político. Discreto sim, mas carregado de convicção e humanidade. Não é só doce, é humanamente doce. Abraça o tempo lento, a partilha, a dádiva, a relação social, familiar e de amizade. É um olhar ver o futuro com alguma esperança e ainda se faz aproveitamento de recursos e reciclagem. Quem diria que tudo isto cabe em antigos frascos de pickles ou de feijões. Portanto, quem tiver morangos e um domingo livre, faça compota. É mais revolucionário do que parece. Este é um conselho que sempre sugeri antes da ditadura se ter instalado e eu ter perdido a liberdade, mas raios a esperança é o ingrediente mais teimoso». Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que terminam com as palavras de Afonso Cruz e ele aproveita para desejar, fazer um brinde simbólico à literatura que seria com cerveja, porque o Afonso Cruz além de escritor, ilustrador também acho que músico de uma banda de rock ou de blues também é produtor de cerveja. Muito boa noite para todas e todos vós, até à próxima reunião.-----

----- Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram zero horas e dois minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, deu por concluída a 2ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e seis, realizada no dia quatro de maio, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

----- De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

----- E eu, Telma Maria Nunes Matias Telma Nunes Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

Andreia Filipa Muchacho de Sousa

(Andreia Filipa Muchacho de Sousa)

2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

[Signature]

(José Júlio de Jesus Ferreira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



PORTIMÃO

Largo 1º de Maio
8500 Portimão



4ª SESSÃO ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA

Reunião 29/9/2026

A Ata nº 4/2026 foi aprovada

por "Unanimidade", com os
votos:

Favoráveis: despresenças dessa reunião

Abstenções: — (—)

Contra: — (—)

A ASSESSORIA ADMINISTª.

telma nathas